



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE - PPGTAS**



**JOELMA CERQUEIRA DE OLIVEIRA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE  
PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR-BA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**SALVADOR  
2023**

JOELMA CERQUEIRA DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE  
PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR-BA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade na Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do título de doutora em.

Orientadora: Profa. Dra. Maina Pirajá Silva.

SALVADOR  
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca.

O48 Oliveira, Joelma Cerqueira de  
Educação inclusiva dos alunos com deficiência na Rede Pública Estadual  
de Salvador-Ba: desafios e perspectivas / Joelma Cerqueira de Oliveira  
. – Salvador, 2023.  
143 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de  
Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maina Pirajá Silva.

1. Inclusão 2. Educação Especial 3. Alunos com deficiência  
4. Escolas Públicas de Salvador 5. Políticas Públicas I. Silva, Maina  
Pirajá – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria  
de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 376.1(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Joelma Cerqueira de Oliveira

### "EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR-BA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS."

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciências Aplicadas em Território, Ambiente e Sociedade.

Salvador, 29 de março de 2023.

Banca Examinadora:



---

**Maina Pirajá Silva**  
(Orientadora - UCSAL)



---

**Silvana Sá de Carvalho**  
(Examinadora Interna - UCSAL)



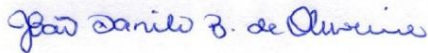
---

**Aparecida Netto Teixeira**  
(Examinador interno - UCSAL)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ALFREDO EURICO RODRIGUES MATTA  
Data: 12/05/2023 23:43:23 -03:00  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

**Alfredo Eurico Rodrigues Matta**  
(Examinador Externo - UNEB)



---

**João Danilo Batista de Oliveira**  
(Examinador externo - UNEB)

*“Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Não importam quais sejam os obstáculos e as dificuldades. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho”.*

Dalai Lama

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer à DEUS, por sempre iluminar os meus caminhos e por abençoar-me a cada dia me dando força e coragem para seguir.

Em memória de minha mãe, Maria Celeste Cerqueira pela educação e pelo exemplo de vida que deixou aos filhos, como, também, pelo amor e carinho que sempre nos deu e mesmo nos momentos difíceis, nos ensinou que tudo é possível quando acreditamos em um sonho e temos a coragem de lutar por ele, conseguiremos concretizá-lo.

Em memória dos meus avós, Juventina Adriana e Tetulino Rodrigues, pelo amor e carinho.

Aos meus irmãos Jackson, Joelia, Jacqueline e Jailton, minha eterna gratidão pela força, pelo amor, pela paciência, pelo carinho e pela colaboração.

Ao meu grande amigo e companheiro Francisco Freire, que sempre me apoia e estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida, sejam eles de alegria ou tristeza e ao meu amado cachorro Gel, que se foi antes desse momento, mas deixa uma importante lição de vida e amizade, pelo amor incondicional que sempre me teve.

Aos meus amigos, Eudes, Aline, José Raí, Alberto, Hildete, Sônia, Bianca, Solange, Jennifer, Jussara, Ana Carla e, em especial, Albervânia Santos Souza pela revisão gramatical e ortográfica da tese, por quem tenho imenso carinho, respeito e amizade. Sou eternamente grata pelos incentivos e apoio nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos estudantes, pais e professores que participaram da pesquisa: Victória Lago, Stefphany, Emerson, Jorge Matheus, Cíntia, Lorena, Diego, Caio, Jasmim, Edivânice, Lázaro, Alexandro, Benivaldo, Ronaldo, Selma, Marisete, Iraci, Silvandira, Anderson Rosa, Aline, Creilton, Jennifer, Silvana, Cristiane, Vanessa, Édilla, Alaim, Adriana, Mônica, José Carlos, Camila, José Roberto, Tharsis, Clayse, Cíntia, Betson, Luíza, Alaim, Édilla, em memória de Josenilson Aguiar, Rosenilda, Luiza Borges, Arnaldo, Walry, Rosângela, Rita Cristina, Celso, Naiades, e Nara, pelo apoio e colaboração para a realização e concretização desta pesquisa.

À minha professora-orientadora, Doutora Maina Pirajá Silva, minha gratidão, não somente pela orientação deste trabalho, mas, principalmente, pela força, ensinamentos, incentivos, cuidado, carinho e amizade que teve durante toda essa caminhada.

Aos professores e professoras doutores membros da banca examinadora, Aparecida Teixeira Netto, Alfredo Matta, João Danilo Oliveira e Silvana Sá de Carvalho, pelo cuidado com análise da tese e ao fazerem parte deste momento tão importante e especial na minha vida.

Aos professores, colegas e funcionários do colegiado e secretaria acadêmica, e a direção desse Departamento de Pós-Graduação do PPGTAS, da Universidade do Católica do Salvador, *Campus* Pituáçu, pela compreensão e colaboração.

Finalmente, agradeço à todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho. A todos vocês, deixo meu muito obrigada!

## RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil tem evidenciado o processo de inclusão social de maneira transformadora. Esses avanços têm se multiplicado a diversos contextos, principalmente na área da educação. Todavia, o número de indivíduos que se apresentam à margem do sistema educacional, sobretudo os que possuem alguma deficiência, ainda é grande, o que demonstra a necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas de educação inclusiva mais efetivas. É neste contexto que este trabalho se propôs a responder a seguinte questão norteadora: Qual é a realidade, os desafios e as perspectivas dos atores envolvidos no processo da educação inclusiva dos alunos com deficiência em escolas regulares públicas estaduais de Salvador? O objetivo foi analisar a inclusão desses alunos em escolas públicas de Salvador, tendo como estudos de caso dois colégios da rede estadual: Edvaldo Fernandes e Central da Bahia, cujo intuito é entender as dificuldades e desafios enfrentados para o acesso desses discentes ao ensino. Os caminhos percorridos para a elaboração deste trabalho se embasaram em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, utilizando como método de procedimento o monográfico (estudos de caso), e foi baseada em uma pesquisa participante. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, coleta de dados em *sites* oficiais e aplicação de questionários semiestruturados com diferentes atores envolvidos no processo de inclusão escolar, além de observações *in loco*. Por fim, com os resultados obtidos foi possível identificar que tanto a escola, como os professores, corpo gestor, educandos e familiares precisam se fortalecer enquanto cidadãos e agentes transformadores para mudar a realidade atual que envolve o processo de inclusão escolar, enfrentar os problemas e desafios de forma coletiva para garantir a todos igualdade de oportunidades, e juntos — comunidade e escola —, poderão proporcionar ações que vão assegurar a inclusão dos educandos com deficiência no contexto escolar em Salvador.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Especial. Alunos com deficiência. Escolas Públicas de Salvador. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

In recent decades, Brazil has evidenced the process of social inclusion in a transformative way. These advances have multiplied in different contexts, mainly in the field of education. However, the number of individuals who are on the margins of the educational system, especially those with a disability, is still large, which demonstrates the need to develop and implement more effective public policies for inclusive education. It is in this context that this work proposes to answer the following guiding question: What is the reality, challenges and perspectives of the actors involved in the process of inclusive education for students with disabilities in regular state public schools in Salvador? The objective was to analyze the inclusion of these students in public schools in Salvador, using as case studies two state schools: Edvaldo Fernandes and Central da Bahia, whose purpose is to understand the difficulties and challenges faced in accessing these students to education. The paths taken for the elaboration of this work were based on a qualitative, descriptive approach, using the monographic procedure as method of procedure (case studies), and was based on participant research. Bibliographical and documentary research was carried out, data were collected from official websites and semi-structured questionnaires were applied with different actors involved in the school inclusion process, in addition to on-site observations. Finally, with the results obtained, it was possible to identify that both the school and the teachers, management body, students and family members need to strengthen themselves as citizens and transforming agents to change the current reality that involves the process of school inclusion, face the problems and challenges collectively to ensure equal opportunities for everyone, and together — community and school —, they will be able to provide actions that will ensure the inclusion of students with disabilities in the school context in Salvador.

**Keywords:** Inclusion. Special education. Disabled students. Salvador Public Schools. Public policy.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização das respostas com os gestores de escolas da rede pública estadual de Salvador - dez. 2021.....	67
Quadro 2 – Sistematização das respostas com os coordenadores pedagógicos de escolas da rede pública estadual de Salvador - dez. 2021.....	69
Quadro 3 – Sistematização das respostas com os professores dos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021.....	72
Quadro 4 – Sistematização das respostas dos pais/mães ou responsáveis dos alunos com deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021.....	75
Quadro 5 – Sistematização das respostas dos alunos sem deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021.....	77
Quadro 6 – Sistematização e análise das respostas dos alunos com deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021.....	82

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Salvador no estado da Bahia/Brasil - 2023.....	19
Figura 2 – Colégio Estadual da Bahia (Central) em Salvador/Bahia - jan. 2023.....	22
Figura 3 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023.....	22
Figura 4 – Quais disciplinas abordam a questão inclusiva na escola?.....	91
Figura 5 – Você acredita que as pessoas ignoram o deficiente?.....	92
Figura 6 – Como a educação inclusiva foi ou está sendo trabalhada?.....	92
Figura 7 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna - banheiro para cadeirantes).....	94
Figura 8 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna - rampa interna).....	95
Figura 9 - Colégio Estadual Central em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna - rampa interna).....	95

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Federal Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PcD	Pessoa com Deficiência
PNE	Plano Nacional da Educação
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PNEE	Portadores de necessidades educacionais especiais
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	21
<b>3</b>	<b>PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CAPACITISMO E A DIVERSIDADE</b> .....	25
3.1	A SOCIEDADE BRASILEIRA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	25
3.2	A VISÃO CAPACITISTA E A DIVERSIDADE.....	28
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b> .....	35
4.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRAVES À SUA EFETIVAÇÃO.....	37
4.2	O PAPEL DAS ESCOLAS E DOS EDUCADORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	43
4.3	OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.....	45
4.4	A INCLUSÃO X COMBATE A SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL.....	50
4.5	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	55
4.6	LEIS E DECRETOS SOBRE A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	60
<b>5</b>	<b>ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR</b> .....	65
5.1	A VISÃO DOS GESTORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SALVADOR.....	65
5.2	A REALIDADE, VIVÊNCIA, COMPLEXIDADES E EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES.....	69
5.3	PAIS/MÃES OU RESPONSÁVEIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	73
5.4	A VISÃO DOS ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA.....	75
5.5	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E SEU PODER DE FALA.....	78
<b>6</b>	<b>POSSÍVEIS AÇÕES INCLUSIVAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b> .....	84
6.1	AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO.....	84
6.2	OUTRAS AÇÕES INCLUSIVAS.....	88
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
	<b>ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UCSAL</b> .....	105

<b>APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AOS GESTORES ESCOLARES (Plataforma Google).....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS (Plataforma Google).....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS DOCENTES (Na plataforma Google).....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PAIS/MÃES OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (Plataforma Google).....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS (que não tem deficiência ou dificuldade de aprendizado – Plataforma Google)...</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (Na plataforma Google).....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem evidenciado o processo de inclusão social de maneira transformadora<sup>1</sup>. Esses avanços têm se multiplicado a diversos contextos, principalmente na área da educação. Todavia, o número de indivíduos que se apresentam à margem do sistema educacional ainda é grande, o que demonstra a necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas de educação inclusiva mais efetivas.

Compete à educação e à escola o importante papel de promover o desenvolvimento pessoal, transmitir conhecimento e formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, pois é na sala de aula que o processo de inclusão começa, por isso, o ambiente escolar deve atender a todas as diversidades, englobando as diferentes particularidades e singularidades dos indivíduos e contemplar o direito de conviver e aprender com as diferenças.

O paradigma inclusivo é um assunto contemporâneo e é um tema que estimula debates e se mantém presente na formulação de políticas públicas educacionais. O Brasil, assim como outros países, possui legislação que garante o processo de inclusão de todos os grupos populacionais ao ambiente escolar. Dentre estes grupos encontram-se os alunos com deficiência. Desde a década de 1980, a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência tem sido formulada ao longo dos anos, com o objetivo não somente de integrá-las ao ambiente escolar, mas adaptar esse ambiente para que esses sujeitos sejam inseridos de forma integral à sociedade.

A Lei Federal Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/15, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi designada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, objetivando a sua inclusão social e de cidadania. Segundo a LBI (BRASIL, 2015, s. p.), “[...] a pessoa com deficiência [é] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial,

---

<sup>1</sup> Onde foi mais implementado.

[...] que pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Desde então, as escolas regulares, com esta orientação inclusiva, devem ter meios eficazes para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, alcançar a educação igualitária para todos, além de proporcionar uma educação de qualidade e ajudar a erigir uma sociedade inclusiva, favorecendo a construção de uma cultura do respeito, empatia, que transmita segurança e permita o exercício da cidadania.

Para os professores, é uma oportunidade de enxergar a educação de maneira mais humanizada, de desenvolver um conjunto de práticas pedagógicas que rompam com estruturas heteronormativas e de eliminar seus próprios preconceitos ou de atuar num espaço livre de discriminação.

Dessa forma, a inclusão escolar tem como uma de suas medidas, conhecer as necessidades de cada uma das crianças e adolescentes, independentemente de suas limitações com objetivo de adequar-se à realidade dos educandos.

Entende-se que a sociedade brasileira enfrenta muitas dificuldades quanto à inserção das pessoas com necessidades especiais no meio social, sobretudo no ambiente escolar. Dificuldades essas que se apresentam desde a falta de estrutura, profissionais capacitados, dentre outros problemas que a escola enfrenta diariamente. Embora com todos esses obstáculos expostos no cotidiano, devem ser criadas possibilidades para a promoção de um sistema inclusivo no seio escolar, bem como em todos os setores da sociedade.

É necessário um olhar profundo acerca de estruturas que colaborem com um sistema de ensino voltado aos alunos e suas respectivas necessidades. Nesse sentido, foi criada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) e com o Plano Nacional da Educação - PNE (2014), que tem por meta proporcionar avanços na educação brasileira.

A BNCC surge com intuito de garantir uma aprendizagem comum a todos os estudantes, com a possibilidade de uma educação cada vez mais inclusiva, para

que se promova uma educação de qualidade além de respeitar as limitações e as peculiaridades de cada aluno. A lei visa a igualdade em escolas regulares de modo efetivo. Assim, é importante priorizar a estrutura adequada para que seja fornecida capacitação aos profissionais, atividades lúdicas direcionadas às individualidades dos alunos, recursos tecnológicos com acesso a jogos, músicas, entre tantos outros instrumentos que são importantes para colaborar com o desenvolvimento educacional. Além destes recursos, deve-se criar mecanismos para a promoção de um sistema inclusivo coletivo no espaço escolar.

No entanto, segundo Mazzota (1996, p.15), “a educação especial tem sido com grande frequência interpretada como um apêndice indesejável”, pois os alunos, na maioria das vezes, são deixados de lado na sala de aula, porque não há preocupação em elaborar as estratégias de aprendizagem, de modo que esses alunos consigam desenvolver suas atividades, interagindo com os demais colegas, tornando-se meros ouvintes no ambiente.

A escola precisa estar adaptada para receber os discentes com toda a estrutura necessária, um currículo elaborado e pensado para eles, dando-lhes possibilidades de desenvolver suas habilidades juntos com a classe, de modo que sintam que fazem parte de tudo aquilo que está sendo desenvolvido na escola. Dessa forma, o processo de inclusão se inicia no sistema educacional, com planejamento, para que o aluno possa estar, de fato, em sala, participando, desenvolvendo suas habilidades com o suporte do professor, pois não adianta ser sujeito passivo no processo de aquisição do conhecimento.

Segundo o IBGE (2010), em pesquisa realizada no último Censo Demográfico divulgado, mais de 80% dos 2,2 milhões de pessoas entrevistadas que se declararam deficiente intelectual, tem o ensino fundamental incompleto ou não tem instrução. Este percentual reflete à falta de conhecimento dos familiares e/ou do medo de expor seus entes queridos frente a uma sociedade preconceituosa, que tem como característica o *bullying*.

É a partir deste cenário que me insiro como pesquisadora. Sou professora da Educação Básica e do Ensino Superior. Atuo na rede pública estadual de Salvador no Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde o ano de 2018. Desde então, tenho atendido crianças, adolescentes e adultos com deficiências,

transtorno do espectro autista, altas habilidades, superdotação e dificuldade de aprendizagem, além das suas famílias com orientações e encaminhamentos. Assim, venho desenvolvendo um trabalho conjunto de apoio aos professores em sala de aula regular, elaborando e planejando as estratégias metodológicas que reforce e contribua para o aprendizado, desenvolvimento, acolhimento e sociabilidade dos educandos no contexto escolar.

A história de cada indivíduo é única e mutável. Ela, a nossa história, se transforma dia a dia, isso porque somos nós e somos o outro, estamos interagindo com a sociedade, com o igual, o desigual, o que pensamos e como agimos. É esse trabalho que dará sentido à nossa história, nos levando a indagações sobre quem somos e onde pretendemos chegar, representa o nosso olhar sobre nós mesmos, nosso contexto pessoal, profissional, acadêmico, social e cultural, numa perspectiva de compreensão do processo de vida construído até então. As minhas vivências partem do pressuposto de que sou um ser humano passível de mudança, que acredita na educação e que todos os seres humanos são capazes de inovar, aprender e transformar a sua realidade e a dos outros.

O meu objeto de estudo do Doutorado surge a partir dessas vivências que trouxeram para mim uma ressignificação da minha prática pedagógica e como meu trabalho pode impactar na vida dessas pessoas. De tal modo, tenho mergulhado nessa área do conhecimento, a fim de propor e contribuir para o desenvolvimento de novas práticas e estratégias pedagógicas de trabalho que venha a ressignificar a vida desses sujeitos dentro e fora do contexto escolar.

Portanto, nutriu em mim um forte desejo e inquietação para contribuir com a transformação da história desses sujeitos, que fazem parte do nosso dia a dia e tem direitos como qualquer outro cidadão. Ratifico que a deficiência é uma característica do sujeito e não pode e não deve ser colocado como um “capacitismo”, ou seja, a discriminação de pessoas com deficiência. O termo é pautado na construção social de um corpo padrão, sem deficiência, denominado como “normal” e da subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas deficiências.

É a partir desses aspectos que nasce o problema de pesquisa: qual é a realidade, os desafios e as perspectivas dos atores envolvidos no processo da

educação inclusiva dos alunos com deficiência dos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Colégio Central da Bahia, em Salvador?

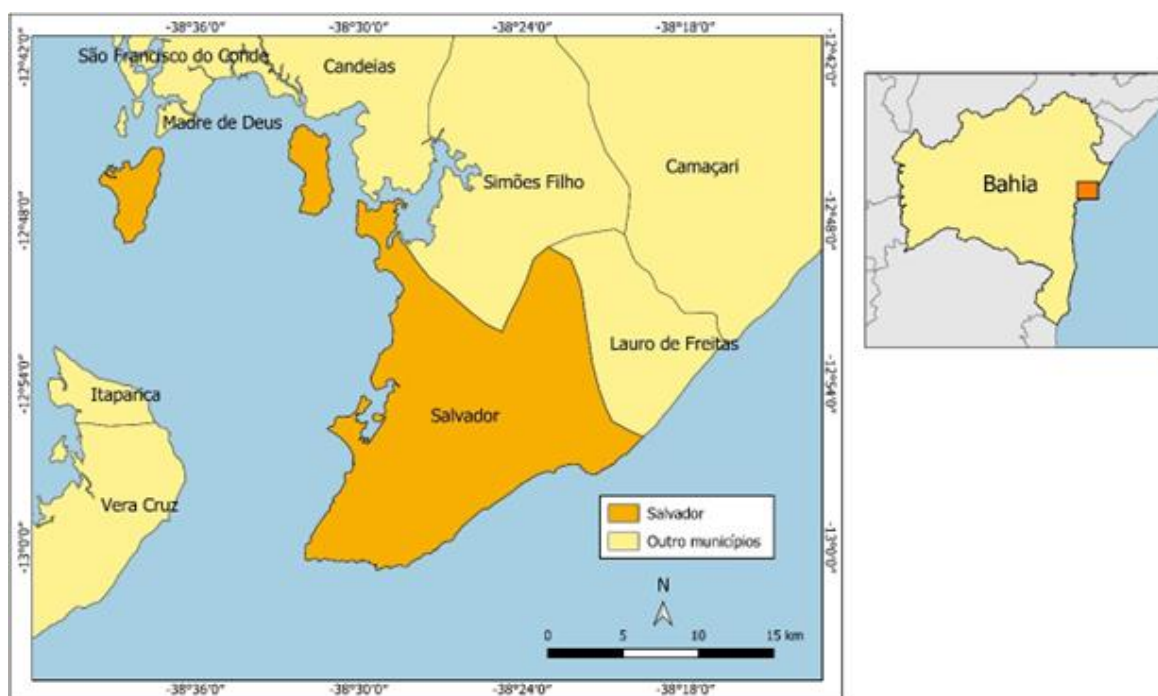
Mediante a análise dos problemas de inclusão na sociedade e da estereotipação que este público é alvo, a hipótese para responder esta questão parte dos entraves que demonstram a precariedade em diversas esferas sociais para propiciar a inclusão adequada destes sujeitos. No âmbito escolar, a discussão é mais complexa, pois envolve outros agentes e elementos que vão desde a estrutura até as relações interpessoais e sociais. Compreendendo tais aspectos, é cabível que a escola tenha que promover uma infraestrutura física, tecnológica e pedagógica através do preparo docente e do *corpus* escolar, visando obter recursos e materiais didáticos específicos para propiciar um espaço de inclusão, cujo objetivo é garantir o acesso e permanência dos discentes com deficiência na escola regular. Sendo válido ressaltar, que no ambiente escolar público estas questões são mais preocupantes em decorrência das questões financeiras dos estudantes e das problemáticas da escola pública e do contexto social ao qual estão inseridos.

No cerne desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a inclusão dos educandos com deficiência em escolas públicas regulares em Salvador, no estado da Bahia (Figura 1), tendo como estudos de caso dois colégios da rede estadual, Edvaldo Fernandes e Central da Bahia, buscando entender as dificuldades e desafios enfrentados para o acesso desses discentes ao ensino.

Como objetivos específicos, temos:

- Fazer um panorama histórico sobre a educação inclusiva no Brasil;
- Compreender as necessidades pedagógicas das crianças e adolescentes com deficiência que estão inseridas nos Colégios Edvaldo Fernandes e Colégio Central da Bahia da rede pública estadual de Salvador;
- Analisar a realidade, os desafios e perspectivas da inclusão escolar desses alunos nas escolas;
- Compreender o papel, a importância e os desafios dos profissionais da Educação Especial na atuação para a inclusão desses alunos deficientes.

Figura 1 – Localização do município de Salvador no estado da Bahia/Brasil - 2023



Fonte: Elaborado pela pesquisadora Joelma Oliveira, abr. 2023.

No intuito de apresentar a pesquisa desenvolvida, dividimos este texto em sete capítulos. Além da introdução, metodologia da pesquisa (primeiro e segundo capítulos) e as considerações finais (sétimo), a estrutura dos demais capítulos contempla as seguintes discussões: no terceiro capítulo traz reflexões sobre a sociedade brasileira e a pessoa com deficiência, bem como analisa a visão capacitista e a diversidade no ambiente social e escolar. A educação inclusiva da pessoa com deficiência, os entraves à sua efetivação, os desafios e perspectivas das escolas e dos educadores, a questão da segregação, a formação de professores e as leis e decretos sobre a inclusão e a educação inclusiva das pessoas com deficiência são abordados no quarto capítulo. O quinto capítulo analisa a inclusão dos alunos com deficiência em escolas da rede pública estadual de Salvador a partir da visão dos gestores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas do município, a realidade, vivência, complexidades e expectativas dos professores, os desafios e perspectivas dos/as pais/mães ou responsáveis em relação à educação inclusiva de seus entes, a visão dos alunos sem deficiência e o momento da fala dos alunos com deficiência, trabalhando com os estudos de caso: os colégios da rede estadual Edvaldo Fernandes e Central da Bahia. E o

sexto capítulo traz possíveis ações inclusivas, porém mostrando seus desafios e perspectivas.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os caminhos percorridos para a elaboração desse trabalho de abordagem qualitativa – que trabalha na compreensão e com objetividade e validade conceitual acerca da visão do problema –, apresenta também um caráter descritivo, utiliza como método de procedimento o monográfico (estudos de caso) e foi baseada na pesquisa participante, onde a pesquisadora está envolvida no contexto e na interação com os membros investigados. Tal metodologia foi instigada pela obra de Freire (1997), “Pedagogia da Autonomia”, que traz a reflexão que os saberes necessários à prática docente e a inviabilidade de uma pedagogia neutra, pois cabe ao educador um posicionamento diante das questões surgidas em consonância com a comunidade escolar, além de não se absterem dos problemas escolares, mas sim, os debater na sua complexidade.

A pesquisa foi elaborada no campo educacional em que a coleta de informações foi obtida junto aos profissionais da educação de Salvador, com a participação dos gestores, coordenadores das escolas, do corpo docente, pais/mães ou responsáveis e discente (com e sem deficiência).

Para a realização do trabalho, seguimos as seguintes etapas:

- (i) a primeira trouxe um estudo panorâmico sobre a temática;
- (ii) a segunda está o aprofundamento utilizando escolas públicas estaduais de Salvador (estudos de caso) – o Colégio Estadual da Bahia (Central), escola tradicional de ensino médio localizada no centro de Salvador, no bairro de Nazaré, criado em 1837, e o Colégio Estadual Edvaldo Fernandes, de tempo integral, localizado no bairro popular Tancredo Neves (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Colégio Estadual da Bahia (Central) em Salvador/Bahia - jan. 2023



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Joelma Oliveira, jan. 2023.

Figura 3 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Joelma Oliveira, jan. 2023.

As atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- i. Pesquisas bibliográficas e documentais para a construção teórico-conceitual.
- ii. Coleta de dados em *sítes* oficiais, a exemplo do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.
- iii. Pré-campo (Whatsapp, E-mail e contatos por telefone)<sup>2</sup>.
- iv. Trabalho de campo. Foram realizadas observações *in loco* e aplicação de questionários semiestruturados<sup>3</sup> (criado no *Google Forms*)<sup>4</sup>, em uma pesquisa participante, com diferentes atores envolvidos no processo (pais/mães ou responsáveis, alunos – com ou sem deficiência –, coordenadores, gestores e professores). Os questionários foram aplicados para obter um melhor entendimento sobre o contexto socioeconômico do aluno, sua inclusão nas escolas regulares, a opinião dos pais/mães ou responsáveis sobre a inclusão do aluno com deficiência em escolas regulares, e sobre os professores, coordenadores e gestores no engajamento e comprometimento com a problemática inclusiva nas escolas. O tempo previsto para responder cada questionário foi de aproximadamente quinze (15) minutos e os atores puderam utilizar equipamentos tecnológicos (computador, tablet ou celular). Os benefícios relacionados a participação foram de grande valia, porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura inclusiva de todas as partes envolvidas.

Houve grande engajamento dos gestores e coordenadores pedagógicos nas respostas dos questionários – 6 (seis) e 4 (quatro), respectivamente. No entanto, por causa da pandemia da Covid-19, houve baixa demanda em relação aos professores, devido à grande sobrecarga, estresse, muitos até com sintomas de ansiedade e depressão, além da falta de acesso aos pais ou responsáveis e dos alunos (com e sem deficiência). Depois de muita insistência, conseguimos chegar a um total de 27 (vinte e sete) docentes, 8 (oito) pais ou responsáveis dos alunos com deficiência, 9 (nove) alunos sem

---

<sup>2</sup> Trabalho realizado durante a pandemia da Covid-19.

<sup>3</sup> Aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador – UCSAL (Anexo I).

<sup>4</sup> Por causa da pandemia da Covid-19, os questionários foram enviados para os e-mails ou WhatsApps dos atores envolvidos. Estes questionários estão em Apêndices (A, B, C, D, E, F).

deficiência e 10 (dez) alunos com deficiências para participarem da pesquisa.

- v. Elaboração e alimentação de um banco de dados.
- vi. Avaliação e análise crítica desses dados a partir da análise de conteúdo, seguindo as diferentes fases, a seguir: (i) Pré-exploração do material ou de leituras do *corpus* dos questionários; (ii) seleção das unidades de análise (ou unidades de significados); e (iii) processo de categorização e subcategorização.
- vii. Elaboração de quadros resumos, a fim de didaticamente facilitar a leitura dos dados coletados, bem como a elaboração de gráficos e mapas de localização (já expostos).
- viii. Redação e revisão dos capítulos da tese.

### 3 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CAPACITISMO E A DIVERSIDADE

Neste capítulo apresentamos reflexões sobre a sociedade brasileira e a pessoa com deficiência, bem como analisamos a visão capacitista e a diversidade no ambiente social e escolar.

#### 3.1 A SOCIEDADE BRASILEIRA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A formação da sociedade brasileira consistiu em uma organização social, cujo poder estava baseado no prestígio e na capacidade dos senhores mais abastados em privilegiar e favorecer seus aliados e dependentes. As pessoas com menor poder aquisitivo eram colocadas sobre a tutela dos mais ricos, onde a questão racial era um dos fatores principais para o reconhecimento da autoridade máxima dos Senhores de Engenho. A sociedade era dividida entre os filhos dos fidalgos e os filhos dos subordinados.

Segundo Pilleti (1990), os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos indígenas e dos povos em situação de escravidão. No entanto, Ribeiro (1986, p. 29) elucida que não só os povos indígenas, como todos aqueles subalternizados, foram apenas catequizados e excluídos da educação.

Três eram as principais fontes de poder desta sociedade senhorial: a primeira delas era o proprietário da terra, que era a principal condição de quem tinha poder em determinar quem poderia administrar os recursos naturais; outra fonte eram as ligações e alianças entre poderosos, em especial, com aqueles que dominavam o poder instituído e o governo local. Contudo, daí vinha a capacidade de atender a muitos dependentes e aliados com favorecimentos e vantagens; e, finalmente, as ligações com o exterior, com a metrópole mercantil e o capitalismo que posteriormente, determinavam às linhas gerais da dinâmica de desenvolvimento econômico e social da sociedade em sua época e de ligação e favorecimento que poderiam depender a influência de um poderoso (elite) local e

sua capacidade de atender as classes dependentes e correligionários (MATTA, 2006).

De acordo com Matta,

[...] o avanço da hegemonia burguesa não se dá de forma linear, e nem sem resistência. As tradições e estruturas próprias da sociedade senhorial, dominantes até então, continuam coexistindo e dividindo o espaço das práxis cotidianas dos sujeitos históricos, o que nos habilita a observar as contradições entre as duas formas de vida e organização social. (MATTA, 2006, p.114).

Nesta sociedade, marcada pela desigualdade social e preconceito racial, a educação servia apenas para legitimar o poder vigente desta população, na qual, o fidalgo é filho de alguém superior cercado por privilégios e a educação formal servia apenas aos filhos dos mais abastados. Assim, com essa classe burguesa, as relações de exploração são reproduzidas na contemporaneidade.

Na sociedade burguesa, a educação era organizada em três funções: inicialmente como um forte elemento massificador e uniformizador para garantir a ampliação dos padrões de consumo desejado; a segunda, facilitar o controle social da população mais pobre e menos instruída, já que os comportamentos são massificados e controlados pela classe dominante; a terceira e última deve aprimorar as habilidades profissionais dos trabalhadores (na maioria das vezes pessoas pardas e negras, pobres e que vivem nas periferias), obtendo uma mão de obra qualificada para ampliar a produtividade que servirá para alimentar as máquinas e aumentar as produções dos lucros (MATTA, 2006).

Nessa mesma direção, o currículo escolar, por mais de um século, buscou atender a classe burguesa, onde era instrumento de massificação, submissão e controle da sociedade trabalhadora. Com isso, a adequação curricular é um passo importante para a sociedade rever as práticas curriculares de maneira que elas impulsionem os sujeitos para a sua emancipação e pensamento crítico:

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à eleição cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder as suas necessidades e aspirações imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudanças da sociedade. Para tanto, é imperioso

buscar uma pedagogia e uma didática que, partindo da compreensão da educação na prática social histórica e concreta, ajudem os professores no trabalho docente com as camadas populares. (LIBÂNEO, 1986, p. 12).

Apesar das considerações de Harvey (1980, p. 81) afirmando que o contexto social é quem deve se adaptar à realidade da pessoa com deficiência e não o inverso, isso ainda é um desafio, haja vista que a efervescência do capitalismo consolida um ambiente que tem diversas precariedades na promoção de medidas de amparo social até mesmo pela conjuntura acentuada pela relação de exclusão do humano pelo capital.

Neste sentido, a exclusão na sociedade capitalista diz respeito aos sujeitos que estão à margem, vivendo num precário sistema de trabalho, moradias indignas e, conseqüentemente, sem acesso efetivo às políticas sociais. Isto posto, é notável que os processos de exclusão estejam para além dos ambientes escolares, mas consolidam-se por meio de cenários sociais mais amplos.

Diante do exposto, a interseccionalidade presente em nossa sociedade são características a serem observadas dentro do processo de inclusão, que deve ser destacada nas perspectivas dos desafios que as pessoas com deficiência enfrentam, sobretudo, na sociedade patriarcal. Percebemos de forma latente, alguns aspectos sociais, como gênero, etnia, raça, localização geográfica ou até mesmo idade, que afetam um número significativo da população brasileira e não somente uma pessoa separadamente.

Para Gonzáles (1984) a interseccionalidade é deflagrada, por exemplo, no tratamento diferenciado de uma mulher negra, moradora da periferia, e uma mulher branca, vivendo em bairros de classe média e alta de Salvador (área de estudo). As mulheres negras sobrevivem na base da prestação de serviços arcando, na maioria das vezes, com as responsabilidades familiares sozinha, pois os homens negros, seus companheiros, irmãos e filhos são os que mais morrem e que, majoritariamente, ocupam as celas dos presídios.

Carneiro (2003) considera como exaustivamente nítida o distanciamento que há entre brancos e negros no país em relação a posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem elucidando essa distância que assume as dimensões

ainda mais intensas no tocante ao gênero e a raça. Com isso, consideramos importante apontar as conquistas obtidas pela luta feminista no mercado de trabalho ocupando cargos importantes e funções até então predominantemente masculinas.

Essa segregação se revela de diferentes formas nas relações sociais, culturais e políticas no país que afetam diretamente a pessoa com deficiência, principalmente, se ela for negra e pobre.

Essa é a realidade em todo o Brasil e, especialmente, em Salvador, onde se encontram o maior percentual de pretos e pardos do país, somando 82% da população. “[...] A cidade de Salvador é conhecida como a “Roma Negra<sup>5</sup>”, e, também, como a maior cidade da Diáspora Atlântica. A incessante busca da África na Bahia tornou Salvador ainda mais africanizada o que ampliou a sua imagética de negritude.” (SILVA, 2018, p. 14).

Em relação às pessoas desocupada em Salvador, 81% da população que está nesta condição são pretas e pardas. A diferença entre salário de pretos e brancos (-67,8%) e de pardos e brancos (-54,4%) também atinge maior nível desde 2012 (IBGE, 2017). Assim, reparar não é consertar. É abrir oportunidades para combater as desigualdades raciais que são provenientes de um processo de colonização e exclusão dessa população subalternizada.

### 3.2 A VISÃO CAPACITISTA E A DIVERSIDADE

As pessoas com deficiência possuem características que as diferenciam umas das outras, assim como todo ser humano tem suas características individuais. Historicamente, o pensamento capacitista evidencia algumas práticas que costuma rotular os indivíduos com deficiência como não aptas ou sujeitos não capazes de gerir sua própria vida, postura adotada pela sociedade em ver o deficiente como ser incapaz, se concretiza no preconceito, na exclusão da pessoa com deficiência,

---

<sup>5</sup> Música do cantor Gilberto Gil.

na falta de acessibilidade, na infantilização, nas expressões utilizadas socialmente de forma pejorativa.

O capacitismo é decorrente da condição na qual a deficiência é vista socialmente, na perspectiva de ser “corrigida” para chegar ao estado considerado de normal, dentro dos padrões da sociedade, onde a Pessoa Com Deficiência (PCD) deve se “adaptar” ao mundo, o qual não foi criado para compreender que a diversidade é uma condição humana, inúmeras vezes invisibilizada pela sociedade excludente.

Para Silva (2015), nos processos das dinâmicas sociais dos deficientes, as estruturas consolidam os intitulados “sobrantes” aqueles concebidos como sujeitos dispensáveis para o bojo social. Dessa maneira, esses pré-conceitos adentram ao muro escolar e as pessoas com múltiplas deficiências tiveram e tem na perspectiva histórica o acesso negado e/ou marginalizado nos espaços educativos.

É cabível memorar que as lutas pela inclusão dialogam com acontecimentos históricos, a exemplo dos pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em que houve a demanda de amparo social para os sujeitos mutilados pelo conflito sendo um episódio de significativa ajuda na luta das pessoas com deficiência.

É a partir das tensões, conflitos e marginalização que na contemporaneidade reforça e se evidencia a necessidade de compreender a diversidade como a forma de existência de cada indivíduo, com ou sem deficiência. É inerente à condição humana e nos possibilita ser quem somos dentro da nossa essência e características singulares, permitindo cada um ser do seu jeito único. Na verdade, a “deficiência” está no modelo de organização das sociedades que constroem barreiras de exclusão, quando deveriam construir acessos para a inclusão e promoção da igualdade de oportunidades.

Ressalta-se que um dos fenômenos mais importantes nas transformações sociais na contemporaneidade é o aumento significativo da desigualdade social. O desenvolvimento e a distribuição de renda no mundo, nas últimas décadas, têm permitido observar a permanência dos altos níveis de concentração de riqueza nos países em desenvolvimento centralizado em uma pequena parcela da população.

Além disso, podemos atribuir essa realidade a um dos fatores fundamentais associado ao aumento da desigualdade que são as mudanças na organização dos postos de trabalho, as novas tecnologias que colaboram para essas transformações junto ao processo produtivo associada à eliminação de numerosos empregos. Nesse contexto social, os postos de trabalho não são criados nos setores tecnologicamente mais avançados, e sim nos serviços em que o custo do trabalho representa uma proporção importante do preço do produto.

Enquanto os setores de alta produtividade podem ter políticas salariais generosas, os setores de serviços, aos quais o vínculo entre salários e emprego é muito alto, estão obrigados a aumentar moderadamente os salários, caso desejem ampliar o número de empregos. Essa situação contribui para a diminuição do emprego nos setores que podem pagar bons salários e aumentar aqueles que pagam salários modestos, explica as razões pelas quais a recomposição do emprego em função da evolução tecnológica aumenta a desigualdade (FOUCAULD; PIVETEAU, 1995).

Com isso, estudos comprovam que as possibilidades oferecidas pelas novas formas de organização do trabalho incorporaram de maneira estável só uma minoria de trabalhadores, para os quais haveria garantias de segurança no emprego em troca de uma identificação absoluta com a empresa e com suas exigências de reconversão permanente.

Para as demais parcelas de trabalhadores, em compensação, seriam criadas condições de extrema precariedade, expressas por formas de contratos temporários, trabalhos interinos, trabalhos de tempo parcial e contratação para funções com menores salários, resultando em perda de benefícios e o aumento gradual do desemprego no país. Com a exclusão provocada pelo trabalho, produzir-se-ia uma exclusão social mais geral, ou como preferem dizer alguns autores, uma desfiliação em relação às instâncias sociais mais significativas (CASTEL, 1995).

A diversidade, de acordo com Nkomo e Cox (1999), Fleury (2000) e Lopez-Rocha (2005, 2006), está relacionada a um grupo de pessoas com diferentes identidades que se relacionam em um mesmo sistema social. Já para os autores Hanashiro, Godoy e Carvalho (2004), o tema da diversidade está incluída na área de interesse dos estudos organizacionais e tem como objetivo analisar o impacto

de diferenças no grupo de identidade, no comportamento e desempenho das pessoas, nos grupos de trabalho e nas empresas.

Diante do exposto, podemos concluir que a definição da diversidade continua não apresentando um significado exato. A concepção do termo diversidade é diferenciada entre os autores por meio de variáveis que incluem características demográficas, sociais, culturais, entre outras que devem ser consideradas ao abordarem o assunto.

Diante dessa realidade encontrada na sociedade, entende-se que na escola como espaço diverso e pluricultural, o poder exercido para recriminar não mais terá força quando o objeto de violência, ou seja, o oprimido, o deficiente, o bissexual o transexual, o transgênero, o não binário e outros, se conhecer e se identificar na sua singularidade enquanto sujeito e individualidade.

Por essa razão, assegurar os direitos dos cidadãos oprimidos por essa sociedade excludente, também é papel da escola como agente transformador, dando visibilidade ao tema. Permitindo que os opressores, se percebam numa sociedade diversa e se reconheça como opressor, assim, através da educação promova uma transformação social e comportamental.

É nesta perspectiva que o processo de socialização e integração molda o indivíduo de acordo com a realidade que ele está inserido e acaba impactando diretamente na reprodução de modelos sociais presentes nesse contexto. Ressalta-se que tal processo é construído no meio social, não significa dizer que a individualidade do sujeito inexistia ou que ela não esteja ligada às dinâmicas de formação do sujeito. Essa identidade é definida historicamente e não biologicamente.

Como explica Hall (2006),

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13).

A concepção do sujeito está totalmente vinculada à realidade presente, já que vivemos em uma sociedade em constantes transformações e o convívio com os diferentes atores no mundo social permite que exerça forte influência na construção do indivíduo social, assim como sua liberdade e individualidade também se torna parte importante na construção da sua identidade.

As transformações sociais oriundas da contemporaneidade criaram outro tipo de instituição, alicerçado em um determinado modelo estrutural, com uma organização técnica, material e uma burocracia que são regulamentadas de forma escritural. Com isso, a evolução destas organizações nos dias atuais foi capaz de se refletir na teoria social e política, uma corrente institucionalista. De acordo com Duverger (2000, p. 104),

[...] as instituições são tipos de modelos de relações humanas, sobre os quais se calcam as relações concretas, que adquirem, por tal fato, caracteres de estabilidade, duração e coesão. Elas se distinguem assim das relações entabuladas fora de qualquer modelo institucional, que são ocasionais, efêmeras e instáveis.

Assim, o mundo passa a ser composto por características culturais e estruturas sociais, institucionais, que fundamentam e guiam o comportamento daqueles que fazem parte desta sociedade. Na qual o indivíduo que nasce nesse meio compreenda que ele deverá aprender os aspectos culturais dessa sociedade vigente, num processo de aprendizagem autodenominado de socialização. Para Duverger (2000, p. 104-105), as organizações não são mais que a casca, seu envoltório exterior, não correspondendo, necessariamente, à sua realidade essencial. Portanto, as instituições remetem ao modelo estrutural e a representações coletivas.

É possível compreender que não nascemos com traços culturais imersos em nossas mentes. A socialização, enquanto aprendizagem de uma cultura, acontece no convívio diário da criança, que já nasce inserida em uma comunidade que possui formas definidas de compreender sua realidade e de interagir com os demais membros de sua sociedade.

Contudo, esse processo é responsável por garantir que esse novo sujeito social aprenda como se orientar em meio ao mundo de significados e descobertas que a sua realidade possui, exercendo uma grande influência sobre seu comportamento. É a identidade do indivíduo que passa a ser parte fundamental na construção da individualidade do sujeito, já que é nela que estão inseridas as particularidades de cada um: nossas prioridades de valores, crenças, cultura, orientação sexual, nacionalidade, entre outros.

Diante dessas perspectivas de inclusão, em relação às escolas, elas devem garantir o ensino igualitário, com qualidade e preservando o respeito às diferenças contidas em seu ambiente escolar. Segundo Magalhães (2011, p. 13), “o sistema escolar deve receber toda e qualquer clientela, independente de características [...]”.

Em se tratando do deficiente, a inclusão social e nas escolas ganhou grandes contribuições com a Constituição Federal (1988), que caracteriza, em seu artigo 205, a inclusão como princípio de direito dessas pessoas:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2013, p. 34).

As leis que orientam a educação brasileira explanam que o acesso à educação é para todos, com ou sem deficiência. E, em relação à educação especial, “devemos considerar como uma prática historicamente produzida, e não simplesmente como uma especialização para alguns profissionais das áreas de educação e saúde.” (MAGALHAES, 2011, p. 14).

Vale ressaltar a importância que a educação assume no desenvolvimento das crianças e adolescentes, sendo necessário o conhecimento sobre as características dos discentes com deficiência que estão incluídos nas escolas regulares, para que se garanta não só à acessibilidade física, mas todos os recursos e materiais pedagógicos necessários para o seu pleno desenvolvimento social.

Consideramos indispensável que as instituições de ensino se organizem com base no conhecimento das necessidades educacionais especiais apresentadas por cada aluno, para oferecerem respostas às mesmas.

## 4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Camargo (2017) esboça que a educação inclusiva se pauta na integração de todos os sujeitos, independentemente de qualquer diferença, mas a prioridade deve ser dos excluídos do sistema educacional que são os sujeitos considerados “anormais”, “deficientes”, “incapazes”, que, em geral, não frequentam as escolas comuns.

A inclusão rompe o paradigma da escola tradicional, gerando um repensar na comunidade acadêmica, bem como propicia uma democratização escolar por meio da inserção de novos grupos sociais. Visando garantir a eficácia da inclusão, é cabível o repensar das estruturas curriculares, compreensão das diferenças e a presença de professores especializados, por isso os autores Mantoan, Prieto e Arantes (2006) destacam que a inclusão efetiva gera uma reviravolta nas diversas categorias que vão desde o nível institucional até o pessoal, reestruturando um cenário de dúvidas, polêmicas e problemas que abalam diversas esferas sociais: receio dos educadores de salas comuns, pais que acham prejudicial à inclusão e etc.

Os autores supracitados afirmam que o movimento da integração surge nos países nórdicos em 1969, através de debates de segregação, logo, não é um processo novo, mas é permeado por diversos embates. A mesma elucida que a integração permite uma gama de oportunidades escolar ao jovem, mas, infelizmente, o que ocorre em muitos casos é a inserção parcial, porque ainda se propaga serviços educacionais segregados que seleciona quem está apto a inserção.

A Inclusão só ocorre de fato quando questiona todo o sistema e o próprio conceito de integração, compreendendo que todos, sem exceção, devem frequentar o ensino regular. Para a consolidação da inclusão é cabível a reformulação do bojo educacional.

Ao longo de muitas décadas, muitos foram os movimentos pela inclusão escolar. É sabido que é direito de todos os cidadãos ter acesso à educação, é um direito constitucional. Dessa forma, a escola tem papel fundamental, deve garantir uma educação de qualidade aos indivíduos e proporcionar meios para inserir as

crianças portadoras de necessidades especiais. Acolher todos, independentemente das suas limitações, implica em aprender, aceitar, valorizar e resgatar valores culturais e sociais, fortalecendo nas pessoas a importância do coletivo.

Quando pensamos na história da inclusão no Brasil, especificamente, à época colonial, apenas um grupo seletivo representado por uma minoria da população conseguia ter acesso à educação. Nem sempre o acesso à educação e escolarização foi um direito assegurado a todas as crianças. Somente no século passado este cenário foi se transformando, através de movimentos, lutas e discussões advindas de estudiosos e grupos direcionados à causa.

Segundo Carvalho (2000), ao final do século XX, muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial. Surgem, então, as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Porém, a autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida desde o século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando eles afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, 2000, p. 145).

É importante pensar que no sistema brasileiro antes da década de 1980 prevalecia a perspectiva da pessoa com deficiência como inválida, porém o alvorecer de 1981, trouxe novos horizontes para esse público a partir do momento que a ONU declara como o ano da pessoa deficiente, o que foi significativo para visibilidade a essa população (CARVALHO, 2016).

De acordo com D’ Albuquerque (2017), em seu texto “O estatuto da pessoa com deficiência e as novas perspectivas em torno da mudança da capacidade civil”, a autora inicia delineando as questões debatidas na lei 13.146/2015 e a relevância dos direitos que são assegurados pela mesma, tal lei atua como mecanismo de promoção da igualdade, além de servir como demarcador na importância do debate de proteção a esses indivíduos. O artigo 07, por exemplo, auxilia no processo de denúncias, violações e ameaça a pessoas com deficiência, outro ganho significativo.

É importante frisar que para alcançarmos essas transformações o diálogo ainda é o melhor caminho para transitar por esses espaços distintos e complexos. Observamos que as pessoas com deficiência possuem características biológicas

distintas. Assim, estes necessitam de atenção especial, pois ao identificar suas limitações e singularidades funcionais correspondentes a cada indivíduo, é exigido não somente que o ambiente disponha dos recursos necessários para possibilitar sua acessibilidade, de maneira plena e efetiva, mas para sua participação e locomoção no ambiente público, buscando a preeminência no tratamento e acessibilidade de todos e garantindo a equidade de oportunidades para todas as pessoas com deficiência, direito esse assegurado por lei.

Sendo assim, é preciso compreendermos que incluir vai muito além de receber esses sujeitos no espaço escolar. É importante salientar que o acolhimento precisa ter uma atenção e preparo especial que vai além de estrutura adequada e profissionais preparados para que a inclusão aconteça de forma plena.

#### 4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRAVES À SUA EFETIVAÇÃO

De acordo com Mantoan, Prieto e Arantes (2006), em “A exclusão escolar: o que é?”, iniciam abordando a crise do paradigma que corresponderia a uma crise de visão de mundo, da concepção etc., quando tais crises são mais radicais consumam-se as revoluções científicas. A inclusão elucida bem tal processo, pois muda os tradicionais paradigmas educacionais.

As dinâmicas da exclusão reverberam também no contexto escolar. O processo de escolarização era privilégio de uma pequena parcela da população, de tal maneira que muitos já eram afastados dos ambientes sociais e impedidos de frequentarem espaços escolares, principalmente as pessoas com algum tipo de deficiência, as quais eram subjugadas e consideradas seres incapazes e dependentes. Vistos como sujeitos inabilitados de executar qualquer função na sociedade.

Dessa forma, eram reconhecidas como pessoas improdutivas, suas potencialidades e habilidades resguardadas, pois não havia estímulo, assim como não eram identificadas as suas especificidades e potencialidades como indivíduos capazes de desenvolver tarefas de acordo com suas limitações.

Diante desse contexto, se perpetuava um cenário de segregação. Mesmo que de forma velada, à exclusão desses sujeitos ainda era uma realidade. Prevaleciam, no âmbito social, atitudes de rejeição que estimulavam e contribuíam para a invisibilidade das pessoas com deficiência que conseguiam ocupar um espaço na sociedade.

A busca por mudanças e a necessidade de sair da invisibilidade social, contribuíram para que esses sujeitos passassem do lugar de excluídos para ocuparem a posição de segregados. Ou seja, na concepção da sociedade vigente, as potencialidades dos sujeitos com deficiência não tinham confiabilidade e havia uma convicção propagada em âmbito social de que as pessoas com deficiência poderiam oferecer algum perigo para a sociedade sendo estes indivíduos isolados em instituições segregadoras.

A pessoa com deficiência é considerada como um indivíduo que tem algum tipo de dificuldade física permanente, mental, intelectual ou sensorial. Porém, isso não o impossibilita de ter interação social, de ter uma participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de direitos em condições idênticas aos demais cidadãos.

O multiculturalismo dentro do ambiente escolar como tema transversal, deveria ser pauta crucial, haja vista que visa o respeito à tolerância e a diversidade, assim sendo se constitui como uma temática primordial para se pensar o fim das exclusões sociais e escolares. Neste sentido, para elucidar melhor sobre o multiculturalismo, é necessário explicar o que é identidade e diferença.

Identidade e diferença são configuradas pela relação com o âmbito linguístico, sendo parte integrante dos elementos culturais e sociais, sendo instituídos por meio da fala. É pensando nessa questão mais linguística que os ideais de Saussure (1916) podem facilitar a discussão. Para ele os signos não possuem um valor abstrato e os signos linguísticos são arbitrários, por isso esses dois elementos supracitados compreendem a cultura e os sistemas simbólicos que a compõem.

Entendemos, assim, que é cabível pontuar que por existir no âmbito social e cultural elas são maleáveis e não fixas, conseqüentemente, instáveis e indeterminadas pelo próprio aspecto vacilante da linguagem.

Pontua-se, ainda, que não seja possível desconsiderar as relações de poder existentes nas questões da identidade e diferença. Incluir/excluir, classificar e normalizar, são fruto da maneira que a sociedade encara e produz as classificações, por conseguinte esse processo ocasiona hierarquizações, especialmente, por se ordenarem em oposições binárias: homem/mulher, branco/negro, entre outros.

Uma das maneiras que esse poder se articula no processo das identidades diz respeito a engessar a identidade, criando a noção do normal, único e desejável e, em consequência, desmoralizando todas as outras identidades. Um exemplo disso é uma sociedade que valoriza demasiadamente o sujeito branco, logo, as identidades não brancas (pretas, pardas) seriam negativadas e vistas como errôneas e que deveriam se ajustar ao padrão proposto.

Os modelos de análise para entender as identidades, de gênero e os mitos dos fundadores para as identidades nacionais que era enriquecido pelo uso da língua. É importante salientar que não podemos esquecer que existem movimentos para subverter a identidade e colocar sua mobilidade em evidência: a miscigenação, metáforas do hibridismo, travestismo etc. Neste sentido, é notável que a identidade não é um processo fechado, mas variável conforme os contextos e meios dos indivíduos através de sua identificação.

Através da perspectiva da identidade, podemos pensar na inclusão como o olhar do outro, prezar não apenas pela diversidade cultural, sendo cabível uma teoria que descreva e explique a produção da identidade e diferença para que os jovens possam compreender como ela se configura na sociedade. Promovendo a pedagogia da diferença e um currículo que questione os moldes de poder que a identidade se insere, buscando meios que desestabilizem sua concepção única.

Faz-se emergente novas perspectivas educacionais inclusivas e plurais, haja vista que, o ensino curricular dividido em disciplina fragmenta o conhecimento e, conseqüentemente, promove um recorte da realidade. Além disso, há o próprio

contexto segregador separando os alunos, professores/especialista naquela ou noutra deficiência, ocasionando uma visão determinista, mecanicista.

Dessa forma, a inclusão efetiva gera uma reviravolta nas diversas categorias que vão desde o nível institucional até ao pessoal, reestruturando um cenário de dúvidas, polêmicas e problemas que abalam diversas esferas sociais: receio dos educadores de salas comuns, pais que acha prejudicial à inclusão etc. Estes receios são negativados por Mantoan, Prieto e Arantes (2006). Os autores esclarecem que a integração permite uma gama de oportunidade escolar ao jovem, mas, infelizmente, o que ocorre, em muitos casos, é a inserção parcial, porque ainda se multiplica serviços educacionais segregados, selecionando quem está apto a inserção.

A Inclusão só ocorre de fato quando questiona todo o sistema e o próprio conceito de integração, compreendendo, que todos, sem exceção, devem frequentar o ensino regular. Para a consolidação da inclusão é cabível a reformulação do bojo educacional e a escola, atuar como espaço pedagógico e de transformação, devendo colaborar de forma oportuna, além de favorecer um ensino qualitativo, no qual sejam ampliadas as possibilidades de aprendizagem de maneira inclusiva, para que seja direcionada a construção de conhecimentos. Carvalho (2004, p. 157) corrobora com esse pensamento,

[...] A individualidade - o que significa não perder no toda a satisfação das necessidades e interesses de cada um;

A identidade - o que significa reconhecer se aceitando as próprias características distintas das demais pessoas. E, no caso de pessoas com deficiência, significa não negá-las ou mascará-las, possibilitando o desenvolvimento da personalidade dos alunos, conferindo-lhes autonomia e autoestima positiva;

Os ideais democráticos que significa a busca da equidade, isto é, da equiparação de oportunidades, oferecendo-se, de direito e de fato, o que todos e cada um necessitam para o exercício da cidadania;

A remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos - o que significa pensar nas barreiras enfrentadas pelos alunos e naquelas experimentadas pelos educadores e pelas famílias, interferindo no processo de construção dos conhecimentos pelos alunos.

Portanto, a escola deve estar preparada para receber os alunos especiais, de maneira que eles possam se desenvolver em meio aos demais, quebrarem as barreiras existentes rumo à educação. Essa demanda por melhores condições de

desenvolvimento ao aluno especial vem sendo questionada, pois ainda há muita resistência das escolas em receber esses alunos cujas dificuldades exigem melhor preparo de profissionais, uma adaptação estrutural adequada, mudanças curriculares, dentre outros requisitos que são indispensáveis para lhes assegurar melhores condições de desenvolvimento.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola, especificadamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações (GLAT, 2007, p. 34).

Nessa perspectiva, constatamos a necessidade de melhor preparo dos profissionais, infraestrutura entre outros fatores que contribuem para potencializar esses entraves que dificultam o acesso e permanência dos educandos na escola regular. Entende-se que o sistema de ensino na perspectiva da educação inclusiva deve dispor de recursos básicos para um bom funcionamento, a exemplo de instrutor, profissionais capacitados e especializado, recursos adaptados, materiais didáticos, professores mais preparados para trabalhar com esse público diverso, que exige conhecimentos específicos na área da educação inclusiva.

A precariedade do sistema escolar brasileiro, acentuado pelos entraves econômicos, constrói um ambiente educacional desfavorável a construção do saber discente. Tal cenário ocasiona problemas que impactam na aprendizagem do discente e, infelizmente, a culpa sempre reside no educando.

É corriqueiro buscar válvulas de escape para alunos que não respondem ao método, além de muitas vezes repassarem o problema de aprendizagem para o professor da turma seguinte. Surpreendente que as políticas de inclusão ainda estejam alicerçadas à perspectivas arcaicas e pautadas no sentimento de tolerância e respeito ao outro, mas expressa também superioridade quem possui tal sentimento.

Dessa maneira as deficiências são fixadas no indivíduo e a falta de perspectiva sobre o possível avanço é justificada pela chamada “limitação”. Um

exemplo disso são os espaços para colocar portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE). O ambiente assinala-se como mola propulsora da segregação, além de limitar o conhecimento da diversidade, sendo que as diferenças devem compor o espaço educacional da inclusão devido ao seu caráter plural, democrático e transgressor.

Muitos alunos que não são PNEE são enquadrados como tal, por não conseguirem acompanhar, serem pobres, negros etc. Isto promove retrocesso às medidas inovadoras para educação de alunos com deficiência, que, por sua vez, são marcadas por precariedades, pois não basta incluir.

Constata-se, desse modo, que as escolas regulares precisam rever suas práticas de ensino e seus estatutos, de forma que a inclusão escolar seja promovida vinculada as seguintes práticas: fim das barreiras arquitetônicas, práticas diferenciadas de ensino, recursos de ensino especializado, reorganizar os critérios de avaliação para cumprir os pressupostos de igualdade de acesso e permanência, promovendo a criação artística e de pesquisa de cada um.

Essas medidas referenciam ainda as creches e escolas da educação infantil, Política Nacional de Educação Especial (PNEE) pela LDB. Cria-se a distorção do processo de inclusão reforçando a exclusão, pois o currículo não acompanha essas transformações. Por isso, é necessário fazer uma crítica sobre os moldes estruturantes do ensino que coloca o educador como o responsável pela transmissão do conhecimento acadêmico e os alunos como meros reprodutores em aulas e provas.

O receio da inclusão para o ambiente escolar abala a estrutura tradicional já fortalecida, pois emerge a necessidade de novos horizontes para se educar e atender aos novos educandos, exige a necessidade de sair da rotina. Essa dinâmica revela a incapacidade da escola tradicional de se adaptar, de não compreender a diversidade e variedade dos sujeitos.

Assim, a inclusão desestabiliza quem sempre defendeu um modelo mais tradicional, ocasiona a prioridade de transformação escolar, bem como traz a importância do papel familiar nesse processo. Neste sentido, a inclusão é um processo repleto de façanhas positivas, especialmente se tiverem os pais/mães ou responsáveis como aliados, sendo uma maneira de preparar os jovens para uma

vida sem preconceitos e/ou barreiras, mas, obviamente, isso exige uma modernização e reestruturação escolar para atender as demandas de cada discente e sua família.

#### 4.2 O PAPEL DAS ESCOLAS E DOS EDUCADORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Para Saviani (2015), a inserção dos direitos e qualidade de ensino pautados numa educação inclusiva é um processo novo que reflete as lutas de diversos movimentos sociais, pois, anteriormente, não havia um processo inclusivo. As pessoas vistas como especiais eram excluídas devido a própria carência social de lidar com esses sujeitos.

Positivamente as crianças e jovens portadores de necessidades especiais vêm ocupando cada vez mais as salas de aulas regulares, tornando necessária a formação continuada e adequação dos processos pedagógicos. Capacitar os professores significa garantir um processo de ensino-aprendizagem satisfatório, no qual ele servirá como mediador dos discentes para que cada um deles possa atribuir significado e construir seu próprio conhecimento.

A disponibilidade do professor frente aos educandos com deficiência se esbarra num currículo pronto e único para toda a classe, sabendo que este não oferece elementos suficientes para que o desenvolvimento educacional alcance a todos na classe. Apesar de já termos um grande avanço nos parâmetros legais, vivenciamos a LDB apenas na teoria, ainda há muito a se fazer para que a realidade da sala de aula e a formação inicial do professor sejam uma realidade que atenda a todos.

Neste sentido, é cabível que o educador esteja preparado para lidar com as demandas e emergências consolidadas pelas questões do processo de inclusão. No entanto,

[...] trabalhar com todos os alunos, no mesmo espaço, ainda que em cooperação com a educação especial e outros técnicos, não é uma tarefa linear, que possa ser implementada sem uma retaguarda de suporte que ajude à reflexão sobre o processo. Na ausência de apoio às dificuldades que vão sentindo, as escolas vão respondendo como sabem e como podem a populações cada vez mais diversificadas, como resultado da

emigração que tem havido nos últimos anos. Encontrar, no mesmo espaço, crianças portuguesas, brasileiras, orientais, africanas, da Europa do leste, algumas das quais não falam português, é uma situação comum. Responder a estes e àqueles que de entre estes têm necessidades educativas especiais, numa perspectiva de educação inclusiva, sendo um desafio que indiscutivelmente contribui para a melhoria do ensino, é uma competência indiscutivelmente difícil. (SILVA, 2007, p. 25).

Através das colocações de Silva (2007) é notável que uma inclusão significativa é um caminho tortuoso e desafiador, especialmente devido à carência de preparo tanto da escola no que se refere ao suporte estrutural para receber os variados sujeitos, bem como dos educadores que não possuem uma formação inicial e continuada para responder a essas novas demandas.

Pode-se afirmar que, a necessidade de adaptar as metodologias deve fazer parte da formação do professor de forma contínua, possibilitando a estes profissionais, uma formação que venha a reverberar no processo de ensino aprendizagem dos seus educandos.

Essas metodologias de ensino devem estar pautadas em uma prática pedagógica reflexível, levando em consideração as características individuais de cada sujeito, reguladas na ética em conformidade com as exigências do contexto educacional atual.

Contudo, não se pode esquecer a relevância da inclusão escolar/social e da necessidade de resolução dessas barreiras, pois incluir dialoga diretamente com os pressupostos da Constituição Brasileira (BRASIL,1988) que definem todos os indivíduos como iguais. Há, ainda, outras questões por detrás dessa dinâmica como pode ser visto a seguir:

O princípio da igualdade de direitos entre deficientes e não deficientes implica que as necessidades de cada indivíduo tenham igual importância, que essas necessidades deverão constituir a base do planejamento das sociedades e que todos os recursos devem ser empregues de modo a garantir a todo o indivíduo igual oportunidade de participação. As políticas para o deficiente deveriam garantir o seu acesso a todos os serviços comunitários. (PROGRAMA MUNDIAL DE AÇÃO PARA AS PESSOAS DEFICIENTES, 1993, p. 25).

Por meio da inclusão, pode-se findar algumas questões, por exemplo, as deficiências fixadas no indivíduo e a falta de perspectiva sobre o possível avanço

que são justificadas pela chamada “limitação”. Uma comprovação disso são os espaços para colocar Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE). Estes espaços se caracterizam como mola propulsora da segregação, além de limitar o conhecimento da diversidade, sendo que as diferenças devem compor o espaço educacional da inclusão devido ao seu caráter plural, democrático e transformador.

#### 4.3 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Estudos revelam que não basta incluir, é necessário reconhecer as diferenças, os múltiplos saberes e em quais condições o conhecimento é aplicado, de forma a estabelecer as relações entre o que já se conhece e o que há de se conhecer dos conteúdos disciplinares.

Contudo, constatamos que não basta apenas a existência de documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2014) ou, ainda, as declarações como a de Salamanca (UNESCO, 1994), entre outras, que não garantem que os aspectos neles indicados como pressupostos do processo de inclusão escolar sejam contemplados pela escola, ainda que a garantia do acesso e permanência de todos os alunos em escolas de educação básica seja uma preocupação presente nos sistemas de ensino.

A inclusão escolar de alunos com deficiência, apesar dos avanços existentes, ainda impõe desafios à comunidade escolar, principalmente aos professores que recebem em suas salas de aula alunos com deficiência e que precisam desenvolver um trabalho voltado ao seu aprendizado.

O paradigma da inclusão implica na reestruturação do sistema de ensino, a partir do desenvolvimento de programas de formação para a qualificação dos professores buscando promover aquisição de novas competências de ensino favoráveis à educação inclusiva. Cabe ressaltar também que a qualificação não pode se restringir apenas a mera transmissão de conhecimentos, entretanto, trabalhar as resistências inerentes a cada professor.

Destacamos a necessidade de criação de espaços para escutar, debater, refletir e dividir as angústias e medos com seus pares e familiares. A socialização dessas informações permite ampliar os conhecimentos, essas são algumas ações que poderão ajudar o professor e as famílias dos educandos a se apropriar do processo de inclusão e educacional dos discentes.

A mobilização da sociedade dentro do processo inclusivo é fundamental para que as pessoas com deficiência venham a conquistar seus direitos. Essas ações não podem ser pensadas como exclusiva dos profissionais da área de educação que lidam com esse público.

É preciso exterminar toda e qualquer prática segregacionistas, que ao longo da história marginaliza e estigmatiza as pessoas com características individuais acentuadas. Superar o estigma dado às pessoas com deficiência é uma demanda social, que envolve todos os sujeitos em prol da garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Em suma, o maior desafio para inclusão de PcD na escola regular é a flexibilização curricular, a postura do corpo docente (muitas vezes despreparados ou sem noção de como proceder mediante as dificuldades), a família e a falta de sensibilidade e/ou aceitação com a situação de seus entes e o preconceito que ainda hoje assola e desconfigura as relações interpessoais.

Quando falamos em inclusão para o ambiente escolar, surgem diversos receios, já que essa nova estrutura abala o sistema escolar tradicional já fortalecido, emerge a necessidade de novos horizontes para se educar e atender os novos alunos, exige a necessidade de sair da rotina comum. Essa dinâmica revela a incapacidade da escola tradicional de se adaptar, de não compreender a diversidade e variedades dos sujeitos. A inclusão desestabiliza quem sempre defendeu um modelo mais tradicional, ocasiona a prioridade de transformação escolar, bem como traz a importância do papel familiar nesse processo.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão é incompatível com os moldes mais arcaicos e de visão conservadora da escola conteudista que visa preparar o aluno sempre para o futuro (vestibular). Neste sentido, Mantoan (2015) define o que é um ensino de qualidade. Para ela este deve ser pautado na formação de saberes e das relações sociais, ações educativas alicerçadas na solidariedade,

colaboração e na ação educativa como responsabilidade de todos, sendo a escola o espaço que atua diretamente na qualidade e construção desse ambiente social inclusivo e colaborativo.

É preciso conjugar os objetivos da inclusão escolar que está vinculada aos movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos no acesso de bens e serviços que estejam diretamente ligados à sociedade democrática, pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades. A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. É importante fazer valer o direito à educação que é direito de todos e não se limitar a cumprir o que está na lei, aplicá-la, sumariamente, às situações discriminatórias que a sociedade já não mais suporta.

Ressalta-se que o ensino individualizado não é inclusão, pois não se pode diferenciar um aluno por sua deficiência, por isso o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora da sala. De certo, que não se pode prever até quando o aluno irá absorver, pois é ele quem regula seu processo intelectual, mas a maioria dos educadores não se atenta a esse aspecto e, por isso, receiam receber alunos com deficiência.

Assim, é cabível reorganizar as escolas do ponto de vista pedagógico e administrativo. Certamente, muitas mudanças vêm ocorrendo nas escolas, tais alterações devem contar no PPP (projeto político – pedagógico) como maneira de explicitar as modificações para toda a comunidade escolar, além disso, romper as fronteiras das disciplinas curriculares, fugir do currículo conteudista, promover a autonomia, trazer temas de estudo que dialoguem com a realidade e a identidade sociocultural dos alunos. Para que o aluno atue como ator principal no seu desenvolvimento de aprendizado, é preciso findar o mito do professor como detentor do saber, buscar por um ensino que emancipa através de debates, pesquisas, registros falados e escritos, observação e vivências.

Reformulação da atuação dos professores, gestores, supervisores pode promover a integração desse profissional no que ocorre nas salas de aula, prevalecendo que o importante é ensinar a turma toda: sem exceções e exclusões, pois todo aluno sempre sabe algo, atender as diferenças ao ensinar, mas sem

diferenciar. Dessa maneira, por meio da reorganização dessas questões supracitadas, pode-se haver um diálogo com as prerrogativas colocadas pela legislação.

A Constituição de 1988 trouxe a garantia de que todos os cidadãos devem ser livres e iguais perante o país, sem nenhuma prática discriminatória. Com isso, a educação inclusiva nas escolas regulares deve garantir igualdade de condições e permanência desses discentes.

Portanto, temos legitimado pela nossa Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 56).

No ano de 1996, a proposta da educação inclusiva é que todos os indivíduos, com qualquer tipo de deficiência, sejam matriculados na escola regular, tendo como base a educação para todos, porém, isso acaba não acontecendo devido problemas e condições estruturais nas escolas. Salientamos que buscamos enfatizar a educação inclusiva e a problemática em torno das necessidades e adaptações necessárias para receber a Pessoa com Deficiência (PcD). Diante dessa realidade, estamos traçando um paralelo entre a teoria e a prática, isto é, uma educação de práxis aplicada e as leis vigentes com referências teóricas, e o cotidiano dessas crianças na escola regular.

Bezerra (2011) pondera em suas escritas os entraves do processo de inclusão escolar que se inicia em 1990 e só se concretiza efetivamente apenas em 2008 através da ampliação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Esse documento possui suma relevância, pois ressignificou o conceito de educação especial. Neste sentido, o uso de salas de recursos multifuncionais abriu novos horizontes no que diz respeito à preparação dessas aulas.

Todavia, o autor debruça-se a analisar o panorama mundial para debater sobre as escolas enquanto espaço de inclusão (na teoria), mas na prática atuam muitas vezes como um ambiente de “exclusão por dentro”. Partindo das leituras de

Bourdieu (1998) e do modelo escolar francês, o autor destrincha as realidades dessa dinâmica excludente, assim recorre ao texto “A reprodução” para compreender os moldes do sistema escolar francês considerando a perpetuação das desigualdades e a carência de debates para se pensar numa educação inclusiva, portanto, utiliza o conceito de violência simbólica.

A chamada “exclusão de dentro” é reflexo da carência de efetivação das políticas de inclusão, além do próprio despreparo do corpo docente que muitas vezes não detém formação suficiente para assistir esse público, recursos necessários e toda uma estrutura que contemple a perspectiva de escola pluralista que visa integrar os múltiplos sujeitos e propiciar as mesmas oportunidades.

Em relação ao cotidiano escolar, persiste um sistema que mais exclui do que inclui, pois não se presencia uma significativa mudança nos moldes de incluir, favorecendo a permanência da exclusão, mas agora uma exclusão interna promovendo o distanciamento entre os alunos das escolas comuns e os alunos que possuem deficiência e, conseqüentemente, prejudicando o desenvolvimento social e cognitivo desses indivíduos. Outra questão criticada pelo supracitado autor é o uso do laudo médico, pois é uma maneira de marcar o aluno.

Através do laudo o professor pode ter receio de não suprir as necessidades de aprendizagem desses sujeitos, tampouco sentir que detém os recursos precisos para a ação. Além disso, nas entrevistas coletadas pelo autor é notável que os preconceitos da educação especial reverberam também no educador, pois as educadoras relatam no decorrer do diálogo como muitas vezes são vistas como pessoas que possuem problemas, estranham ao saber que elas atuam como educadoras do ensino especial.

Segundo Bezerra (2011 apud BORDIEU, 1970), os ideais acerca o sistema educacional francês possui atemporalidade para se refletir os contextos educacionais, inclusive no Brasil. Um exemplo disso seria o caráter seletivo do ensino como reflexo do sistema, em que não existiam bases para expansão social. Com isso, a escola era um espaço de reprodução excludente que marcava o cenário social, certamente como o autor coloca esses ideais muito se assemelham com a sociedade brasileira, pois por muito houve uma carência de leis que

contemplassem esse público, haja vista que por muito a escola era concebida como ambiente de ascensão social, ou seja, não era um ambiente para todos.

#### 4.4 A INCLUSÃO X COMBATE A SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL

Os entraves da inclusão estão vinculados ao preconceito e práticas segregacionistas que perpassam a sociedade, além, do receio dos educadores em trabalhar com esse público. Outro ponto crucial é como a sociedade atribui como responsabilidade do educador e da escola, exigindo novas estratégias, métodos, práticas, entre outros, sem oferecer os meios de preparo necessário. Obviamente, isso não isenta o papel ético e pedagógico que o educador possui com o público. Mas, em muitos casos, a atuação do educador é incompreendida ou apagada e ainda precisam lidar com os equívocos de igualar as deficiências numa caixa única, impossibilitando uma formação complementar compatível com as realidades da sala de aula.

Esses aspectos legais repudiam veemente a marca e característica excludentes que compõem o bojo da sociedade capitalista. Dessa maneira, é válido ponderar o que seria o processo de segregação social que reverberam no ambiente educacional. Este conceito, na perspectiva de Harvey (2005) é consequência da ascensão capitalista que ao se consolidar, configuraram realidades distintas, promovendo desigualdades sociais que se desvelam cotidianamente, ou seja, todas essas disparidades podem ser interpretadas como fruto do capitalismo, o autor supracitado elenca como a dinâmica capitalista reverbera um espaço geográfico desigual.

Villaça (2012), corroborando com as ideias de Harvey (2005), expõe o cenário das desigualdades ao elencar que classes diferentes ou camadas sociais tendem a concentrar-se em diferentes regiões e/ ou conjuntos de bairros nas metrópoles. As percepções desse ambiente urbano levam Eduardo Marques (2005) a promover uma crítica sobre os parâmetros que ocorrem a segregação no Brasil, em que barreiras entre a cidadela e o gueto são criadas e fortalecidas.

Marcuse (2004) corrobora com essas perspectivas ao entender o processo de segregação como uma questão involuntária na aglomeração específica do

gueto. O surgimento do primeiro gueto se deu na sociedade romana com o Papa IV (1556), posteriormente na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram usados pelos nazistas. Esses guetos se fazem existentes também nos Estados Unidos, que acabam residindo em locais separados, assemelha-se ao Apartheid ocorrido na década de 1990 na África do Sul e a segregação socioespacial que ocorre no Brasil como resultado das desigualdades.

Em relação ao Brasil, o termo periférico, muitas vezes, diz respeito a pessoas vistas como “criminosos”, “delinquentes” etc. Por sua vez, periferação substitui a marginalização, faz alusão às pessoas que não estão segregadas, mas ocupam áreas permitidas pelo governo e que não interessam ao setor mobiliário. Por fim, a ocupações espontâneas que corresponde a pessoas que ocupam áreas para poder morar possui nomes diversos: invasões, favelas, bidonvilles, villas misérias etc.

No cerne desse contexto, a educação inclusiva, está sendo promovida em países desenvolvidos e em desenvolvimento já há algumas décadas. Existe uma série de barreiras que enfrentam e dificultam a plena participação de todas as crianças e adolescentes, sobretudo, as com características especiais.

A falta de apoio político relevante, a atitude discriminatória e a negligência em relação ao direito à educação são os principais desafios enfrentados pelo seu direito de acesso às escolas. Além disso, ainda há infraestrutura escolar inacessível, materiais de aprendizagem limitados, capacidade limitada de professores, pobreza, conflito e falta de estruturas de políticas de apoio. Tudo isto e muito mais provocam a exclusão e a segregação de muitas crianças do sistema de ensino regular.

Com o passar dos anos e o apoio da população, surgiram inúmeras discussões, protestos de profissionais e estudiosos que ganharam repercussões internacionais sobre essa forma desumana de lidar com questões sociais que diziam respeito às diferenças humanas. Os protestos ecoavam como uma necessidade de avanços e mudanças das ciências sociais, da saúde e também da educação. Ocorreu, assim, um amplo movimento em defesa dos direitos humanos, que se opunha, terminantemente, à mentalidade da época e já não aceitava mais esse tipo de comportamento.

Essas discussões ganharam visibilidade internacional e contribuíram para que as pessoas com deficiência passassem dos espaços de segregação para serem inseridas em ambientes em que fossem preparados para viver socialmente. Inúmeros espaços escolares foram criados, espaços esses em que as pessoas eram agrupadas de acordo com a deficiência que apresentavam e, deveriam adaptar-se a esses ambientes. Entretanto, quanto mais favorável a adaptação maior a probabilidade de corresponder aos interesses sociais, assim aumentava também a chance desse indivíduo ser aceito e integrar-se socialmente. Nesse sentido, potencializava a concepção de que o sujeito era quem deveria adaptar-se à escola e não a escola adaptar-se ao mesmo.

A política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência. (CORREIA, 1997, p. 13).

A inclusão escolar deve levar em consideração a pluralidade cultural, a complexidade das redes de interação humanas, não limitando-se à inserção de aluno com deficiência nas redes regulares de ensino, uma vez que a inclusão beneficia todos os alunos, com e sem deficiência e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aula do ensino regular. É fundamental que a escola se torne um espaço inclusivo, desde a implementação da educação inclusiva, abolindo práticas segregativas.

A integração e inclusão escolar foram consequências da aplicação do princípio de “normalização” e, nesse sentido, como a deficiência deve ser de responsabilidade das instituições de educação de ensino regular. As práticas pedagógicas devem colaborar para diminuir a exclusão nos espaços escolares que venham a reverberar em toda sociedade.

A inclusão é um processo contínuo, melhorado através de avanços na legislação e pautas públicas. Neste processo cabe a escola regular compartilhar pontos positivos e negativos para que os profissionais atuantes possam refletir sobre suas atitudes e modificá-la. É inegável os avanços que tivemos com a

inclusão no espaço escolar dos alunos com deficiência, contudo muito ainda precisa ser feito.

Para Cavalcanti (2006), o conceito de inclusão deve está contemplado no projeto pedagógico da escola. Com atividades cotidianas que sejam inseridas no dia a dia dos professores e dos discentes, para o fortalecimento das relações e aprendizados dos educandos em que sejam respeitados o tempo de aprendizagem de cada um.

Assim a escola como espaço formativo inclusivo, onde os discentes constroem conhecimento de acordo com suas habilidades, competências e capacidades de aprendizagem, já que cada sujeito tem seu tempo de aprender e suas características individuais. A escola deve ser um espaço onde os educandos possam expressar suas ideias, participar das tarefas que favorecem para seu desenvolvimento intelectual e como cidadãos vivendo em comunidade.

As escolas como espaço inclusivo formativo deve estar atenta a sua responsabilidade social e às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. “[...] Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegurem uma educação efetiva [...]” (UNESCO, 1994, p.8).

Discutir sobre à marginalização tanto social como dentro do espaço escolar são pontos fulcrais para se reforçar a necessidade de uma educação inclusiva, pois a mesma atua como uma das principais vias possíveis de findar a segregação. Crochík (2012) elenca como alguns alunos, a exemplo dos portadores de Síndrome de Down são vistos como bons, pois não atrapalham e nem dão trabalho nas salas comuns e professores parecendo que “nem está ali”, isto favorece a autosegregação do indivíduo que não possui atividades inclusivas que não contemplam as singularidades os colocando como sujeitos que precisam de atividades mais simples o que gera limitação no desenvolvimento intelectual.

Dessa forma, há a necessidade de uma reformulação curricular que abarque os variados públicos, respeitando e reconhecendo as disparidades no processo educativo, mas sem os limitar.

A educação inclusiva e todas as suas leis e decretos vieram para garantir o direito a inclusão escolar, considerando todas as suas especificidades, respeitando a individualidade e singularidade de cada sujeito, na garantia da igualdade, respeito e valorização das diferenças, salvaguardando seus direitos sociais, culturais, intelectuais, sensoriais, físicos, entre outros, para assegurar o acesso e participação de a todos a educação, sem exceção.

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam em um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

O debate em torno da educação inclusiva é um tema amplo, atual e imprescindível para as relações humanas e se apresenta como paradigma educacional na luta por um sistema que priorize e respeite as diferenças, sejam elas físicas, psíquicas, visuais, auditivas, entre outras. Essa preocupação em oferecer suporte ao processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais já é uma realidade mundial e uma preocupação presente nas escolas regulares. Contudo, ainda é um desafio fazer com que estes ambientes se adequem às necessidades de seus alunos e não o contrário. Na perspectiva de Sasaki (1997, p. 3), essa conjuntura social é fruto do

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

#### 4.5 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com relação à formação docente e profissional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 descreve e sinaliza a importância da formação especializada do pedagogo para atender pessoas com necessidades especiais, a fim de que tenham habilidades e competências para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com estes discentes.

De acordo com Moraes (2003, p. 16):

Acreditamos que as coisas não mudam na escola, principalmente pelas dificuldades enfrentadas por todos aqueles que nela exercem suas atividades profissionais ao tentarem se adaptar a uma nova realidade cultural de trabalho, que, por sua vez, requer uma profunda revisão na maneira de ensinar e aprender. Embora quase todos percebam que o mundo ao redor está se transformando de forma bastante acelerada, a educação continua apresentando resultados cada vez mais preocupantes em todo o mundo e a grande maioria dos professores ainda continua privilegiando a velha maneira de ensinar como foram ensinados, reforçando o velho ensino, afastando o aprendiz do processo de construção do conhecimento, conservando um modelo de sociedade que produz seres incompetentes, incapazes de criar, pensar, construir e reconstruir conhecimento.

Particularmente, o nosso propósito é um trabalho a favor da educação inclusiva, que exige de nós professores uma revisão das concepções de aprendizagem e ensino. Podemos afirmar que independente da carência encontrada no contexto escolar, percebemos a necessidade da formação docente para contribuir e refletir sobre várias questões que a inclusão levanta, e para pensar sua reformulação que são processos enriquecedores para todos.

Ao se permitir trocar experiências, partilhar reflexões sobre a inclusão e as características atuais da formação docente, podemos melhor compreender os desafios que envolvem o ato de incluir. Diferentes preocupações podem constituir como ponto inicial da prática docente, ao perceber a “diferença”, como elemento primordial e entender que a complexidade, individualidade e característica de cada sujeito vai nos ajudar a atuar de forma significativa na vida de cada educando.

Assim, reforçamos que a inclusão não depende apenas da formação de professores, mas a formação pode contribuir para atenuar receios e mitos socialmente construídos e conceder segurança às práticas que necessariamente

têm de ser implementadas. Sem isso, dificilmente teremos uma escola para todos na sua verdadeira compreensão, isto é, uma escola que responda aos seus alunos de acordo com suas potencialidades e capacidades.

Porém, destaca-se a necessidade de deixar os educadores prontos para além do preparo teórico, mas sim um preparo efetivo, sendo assim, essa preparação deve ocorrer pioneiramente dentro do espaço universitário, gradualmente, atingindo as variadas esferas da comunidade escolar repensando o ambiente escolar do ponto de vista físico e também nas questões metodológicas, incluindo o projeto político-pedagógico. Isso é um grande desafio mesmo que os ambientes escolares estejam desenvolvendo-se do ponto de vista arquitetônico e estrutural, mas carecem do preparo docente.

A educação inclusiva leva o professor a repensar a prática docente e buscar novas metodologias que contemplem as necessidades individuais de cada aluno. Com isso, é cabível uma formação continuada para especializar os professores no processo inclusivo, pois os mesmos precisam estar aptos para utilizar os recursos especiais para mediar um ensino eficaz.

Crochík (1998) justifica que compor as salas comuns e a rede pública não é o suficiente, é preciso integrá-los, pois quando a educação é segregadora ela não propicia significativos ganhos para os envolvidos no processo de aprendizagem. Neste sentido, o autor recorre a Adorno (1972 *apud* Crochík, 1998) para dissertar que a partir do momento que os alunos ditos “normais” se identificam com os portadores de necessidades especiais, há uma identificação mais frágil e, conseqüentemente, rompe-se com a violência simbólica.

Dessa forma, o autor aponta que o importante mesmo é promover um ensino pautado na inclusão, pois nesse modelo diversas modificações que vão desde a arquitetura até os métodos de ensino e avaliação são feitas.

Pelas proposições do autor supracitado é concebível que o processo de educação integrada deve articular todo um suporte que está para além de respaldos legislativos, por isso à atuação do educador deve contemplar lidar com as diferenças, as reconhecendo e respeitando a fim de findar uma segregação dentro da sala e quebrar as barreiras do preconceito.

Em virtude das novas exigências no sistema educativo envolvendo as novas tecnologias, a inclusão e suas reais necessidades e carências, com vistas a atender as demandas emergentes do alunado, sobretudo os com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), compreendemos a necessidade de recomposição na formação docente.

Tais transformações perpassam as percepções dos docentes, o que nos remete para desejos, preferências, expectativas ou problemas que os professores encontram em sua prática pedagógica. Necessário se faz que seja definido, previamente no currículo, uma nova concepção que tome como referência a necessidade em determinar modelos e instrumentos que subsidiarão a formação docente em favor da prática em sala de aula.

A contribuição da ação pedagógica eficaz no âmbito escolar, de forma que esteja voltada para emancipação dos indivíduos, possibilita melhorias no ambiente escolar. Para que assim venha atingir os educadores, a gestão escolar e todos os seus colaboradores em prol de uma educação acolhedora e inclusiva.

Entretanto, apesar de reconhecer os benefícios de uma prática docente inclusiva, a portaria ministerial 1793 reconhece a importância de complementar à formação docente, os atos formativos de professores neste âmbito ainda são precários. Neste sentido, para atuar na educação especial, o professor deve ter como base na sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos. Mantoan, Prieto e Arantes (2006) afirmam que os professores esperam aprender uma prática inclusiva, isto é, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos nas suas salas de aulas, garantindo a solução dos problemas que pensam encontrar nas escolas inclusivas.

A prática da inclusão exige mudanças na formação e na prática docente. É de extrema importância que o educador em sua formação, construa conhecimentos teóricos em relação ao ensino e aprendizagem, que lhe possibilite exercer melhor a sua prática. Sendo assim, poderá fazer com que o processo de ensino aprendizagem seja algo prazeroso e enriquecedor para ambos.

Em 2001, surge a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02/2001 que reconhece a necessidade de capacitar tanto os profissionais da

educação básica como os docentes especializados para atender as necessidades dos educandos e garantir a formação permanente ressaltando que a educação inclusiva é um dever de toda comunidade escolar.

A formação continuada de professores, neste âmbito, é fundamental para que não se perca o trabalho baseado na melhor das intenções, com os alunos, famílias e comunidade, sem grandes preocupações com o enquadramento dessas intervenções. No entanto, não podemos modelar nossas ações de forma compactadas, dirigidas para certos aspectos, de maneira a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade. A inclusão escolar vai muito além da referenciação ou rotulação das necessidades educativas especiais dos alunos e da implementação de programas específicos, ainda que estes sejam responsáveis pela sua aplicação e avaliação.

Contudo, Mantoan (2015) pontua como muitos cursos e eventos voltados à área da inclusão escolar estão alicerçados num modelo tecnicista e arcaico promovendo a manutenção do olhar tradicional para atender as necessidades desse público.

Como afirma Cunha (2014, p.101)

Não tem como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor, é preciso que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre as dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. (CUNHA, 2014, p. 101).

A inclusão abala a forma de ensino conhecida pelo professor, quebra o perfil do educador que ensina a turma toda de maneira isolada, mas, em contrapartida, ocasiona um educador que partilha a construção e autoria do saber e explora os ambientes educacionais. Assim, o professor conhece melhor as dificuldades dos seus alunos não ignoram as diferenças e promove o diálogo entre as singulares vozes.

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam em um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes. (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

A educação inclusiva para a formação de professores ainda não foi bem assimilada, alguns avanços foram galgados com a presença de disciplinas voltadas para a inclusão, mas carece de uma formação específica nos cursos de pedagogia. É necessária uma formação além dos aspectos instrumentais de ensino, tendo foco uma formação de desenvolvedor de problemas pedagógicos.

É neste sentido que a criação de centros de gestão da proposta educacional da rede e apoio aos educadores, se torna uma via de excelência pedagógica e inclusão, pois por meio de ações de aprimoramento de eventos, *workshop*, seminários, entrevistas com especialistas, fóruns, entre outros, pode preparar mais significativamente o educador.

Mantoan (2015) defende a criação dos centros e crítica o professor itinerante por ser raso na análise do problema. Por muitas vezes a prática pedagógica neutraliza os entraves da inclusão devido ela acomodar o professor comum, além de acentuar esses problemas como se fosse do aluno e, somente, o especialista pudesse resolver. Essa problemática estende-se também ao coordenador pedagógico que não tem atuado de modo a melhorar a escola, pois lhe falta ousadas atitude para remodelar o espaço escolar.

A proposta dos centros e formação na escola apresentam dados benéficos, a citar: reconhecimento e a valorização das diferenças, professores conscientes do modo como atuam para promover a aprendizagem de todos, transformação escolar, respeito aos alunos e suas possibilidades de avançar; relação escola/família, exigido de o educador rever sua maneira de ensinar por meio de novas concepções e práticas educacionais.

No texto, “Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores” de Sileide e Mendes (2017), os autores debatem acerca de uma prática inclusiva e da necessidade da mesma uma maior preparação do educador, tal postura pode ser consolidada por meio da legislação já existente, um exemplo disso é a LDB 9.394/96 que discute a formação dos professores considerando aspectos metodológicos, os tipos e modalidades de ensino.

No decorrer do texto, os referidos autores descrevem acerca de como o processo de inclusão deve ser pautado no desenvolvimento do educador, através da valorização e dedicação como pontos-chave para dar mais possibilidades ao

aluno. Entretanto, os entraves para sua consolidação são existentes, haja vista que com base na pesquisa desenvolvida pelos autores muitos professores se sentem incapazes para trabalhar com esse público e ocasionam um ruído na aprendizagem, além de deterem uma concepção arcaica do cenário educacional sobre o que é inclusão e, por isso, não inovam.

Uma solução apresentada pelos escritores citados é a formação continuada visando sempre inserir o educador nesse cenário da prática inclusiva, complementar suas formações vinculadas às temáticas que perpassam a inserção desses alunos nas salas comuns. Isto posto, o texto agrega a relevância de se pensar nas *práxis* inclusiva considerando também o papel do educador.

O educador na sua prática é que se perceber um dos maiores desafios dessa inclusão, pois é preciso compreender que não há um único modelo de ensino para os sujeitos, é preciso refletir que a deficiência possui características diversas em e cada pessoa precisa entendida a partir da sua individualidade e características.

De acordo com Mantoan (2015, p. 71),

Ensinar sem diferenciar o ensino para alguns depende, entre outras condições, de abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contraponha a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

Ressalta a relevância dos cursos de licenciatura que inseriram em seus currículos disciplinas voltadas à educação especial e como esse processo é importante para os futuros educadores que estão na formação inicial, assim dando margem a compreender como significativos passos foram galgados, mas há ainda um percurso longo pela frente. Em alguns casos as falhas no sistema educacional de inclusão recaem sobre os docentes que, muitas vezes, são vistos como despreparados, mas na verdade não possuem os recursos necessários.

#### 4.6 LEIS E DECRETOS SOBRE A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Antes de apresentar a evolução das leis e decretos criados no sentido da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e dos alunos com deficiência nas

escolas regulares, é importante ressaltar um panorama dos entraves que retardaram a elaboração de medidas para atender as necessidades desse público em específico.

No Brasil, tal processo inicia-se no decorrer das conjunturas Imperiais através do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), seguido pelo Instituto dos “Surdos mudos” (1857), no século XX, do Instituto Pestalozzi, e, por fim, em 1954 a APAE.

No âmbito escolar brasileiro, inicialmente, o modelo de institucionalização da educação especial foi marcado por iniciativas de caráter privado, inspiradas por experiências estadunidenses e europeias (MAZZOTTA, 1996). Apenas no início dos anos 1960 que a educação especial passou a ser considerada parte integrante do sistema educacional brasileiro, com o título de “educação dos excepcionais”.

Apesar da promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de nº 4.024/1961 e de nº 5.692/1971, as quais, mesmo de forma breve, iniciaram as discussões sobre o atendimento educacional para pessoas com deficiência. O grande trunfo ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, a qual trouxe a inclusão da pessoa com deficiência com uma nova perspectiva, pois expõe que cabe ao Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, Art. 3).

O artigo 208 da Constituição Brasileira especifica que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art. 208). Com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para reforma de políticas e sistemas educacionais e com a possibilidade de reforçar a “educação para todos” criou-se a “educação inclusiva” com propósito de que todos os alunos frequentassem as escolas, mesmo possuindo algum tipo de deficiência ou outras necessidades educacionais, conforme propõe o Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial.

Um momento importante foi impulsionado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), aprovada pelos representantes de vários países e organizações internacionais, cuja defesa pauta-se em:

[...] A escola regular deve ajustar-se a todas as crianças e independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência, superdotado, crianças em situação rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994, p. 6).

Neste sentido, é importante salientarmos que este documento contribuiu decisivamente para uma nova perspectiva da educação inclusiva, além de pensar nesses alunos em termos de suas potencialidades e capacidades, repensando currículos, estratégias pedagógicas e recursos a serem utilizados de forma a atender os discentes. Tornando a escola como facilitadora destas medidas de cooperação entre docentes, discentes e comunidade.

Outros importantes documentos neste processo de inclusão foram: a nova LBD nº 9.394, em 1996, que trouxe uma nova visão e modelo, evidenciando oportunidades educacionais. A Convenção de Guatemala (1999), que exigiu uma nova interpretação para a educação e defendia o acesso a todas as pessoas com deficiência, liberdade e rompimento de barreiras. E a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que foi inserida no conteúdo curricular dos cursos superiores através da Lei nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05.

As mudanças trazidas para a sociedade a partir dessas leis deliberou novos anseios de profissionais que estavam diretamente trabalhando com o público da Educação Especial Inclusiva, corroborando para discussões e objetivando desenvolver um documento capaz de atender e representar de forma efetiva a prática, o cotidiano, mas que, principalmente, sirva de base para o planejamento de uma escola que está pautada pela heterogeneidade e que permite o empoderamento desses sujeitos e o desenvolvimento com a diversidade social e biológica de cada indivíduo.

Em 2001 houve a criação do Plano Nacional da Educação. Neste mesmo ano cria-se a resolução na Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, posteriormente, em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento para Educação Profissional por meio das salas adaptadas,

mecanismos de acessibilidade e permanência, com isso valorizando e ressaltando a importância das diferenças.

Nesse intuito, foi criada a lei 13.146/2015 — Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, cuja base se sustenta na convenção dos Direitos dessas pessoas. Tal lei busca promover e assegurar condições de igualdade, do exercício do direito e liberdades fundamentais e visa proporcionar a inclusão e a cidadania, pois institui que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, Art. 4). A educação, sem dúvida, é uma luta contínua, em que os avanços e os desafios ainda são vivenciados pelos alunos com necessidades especiais no âmbito escolar.

A Bahia tem acompanhado as políticas públicas voltadas para a educação, em especial para a educação de pessoas com deficiência. Desse modo, desde o século XX o estado vem acompanhando as decisões da União e colocando em prática as diretrizes correspondentes a essas políticas.

O estado assume a Educação Especial de forma abrangente, não apenas oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas, também, oferecendo e expandindo o número de matrículas para as pessoas com deficiência, além de ofertar serviços educacionais especializados, de criar material didático e paradidáticos, e de criar centros de apoios pedagógicos, inicialmente na capital e a partir do ano de 2002 no interior, Feira de Santana.

Dessa forma, no ano de 2005 a Secretaria de Educação de Estado da Bahia, em parceria com o MEC, criou o Centro de Capacitação dos Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/BA), com o propósito de expandir a língua de sinais e a formação de profissionais, além de ampliar os serviços educacionais voltados aos surdos inclusos na rede regular de ensino.

Já no ano de 2008 a Secretaria de Educação implementa o programa Rede de Educação Especial, estreitando os laços entre as secretárias estadual e municipais, objetivando a permanência e a aprendizagem das pessoas com deficiência e o aprimoramento dos docentes. E ainda em 2008, criou-se mais 5 (cinco) centros de apoio pedagógico especializado, e os mesmos foram inseridos

em algumas cidades do interior com o intuito de ampliar e fortalecer a Educação Inclusiva.

Em 2009 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, resolveu estabelecer normas e a criação de meios para que a Educação Inclusiva seja de fato ofertada na educação regular de ensino. Dessa forma, a Resolução Nº 79/2019 deixa claro os princípios éticos; a promoção da igualdade; e a normatização das políticas educacionais; e o amplo respeito as diferenças.

No cerne desse contexto, podemos identificar que mesmo com todos os avanços pautados nas leis existentes, ainda há demasiada carência de um *corpus* estatal articulado e organizado para contemplar as diversas esferas dessa população em específico. Essa precariedade reverbera-se até mesmo no olhar desses sujeitos, que são vistos socialmente como doentes que precisam ser curados, ou indivíduos que precisam adaptar-se para serem inseridos de fato na convivência social.

## 5 ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR

Este capítulo traz a análise sobre a inclusão dos alunos com deficiência em escolas públicas estaduais em Salvador, buscando entender as dificuldades e desafios enfrentados para o acesso desses discentes ao ensino regular. A pesquisa foi realizada a partir da visão de diferentes atores: gestores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas de Salvador, e professores, pais/mães ou responsáveis e alunos com e sem deficiência ligados à dois estudos de caso: os colégios estaduais – Edvaldo Fernandes e Central da Bahia.

### 5.1 A VISÃO DOS GESTORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SALVADOR

Com base nas informações passadas pelos gestores<sup>6</sup> sobre a atuação dos órgãos regulamentados estaduais para o acesso às crianças e adolescentes com deficiência ou dificuldade de aprendizado à escola regular, a maioria relatou que, em geral, apenas a metade das escolas públicas de Salvador possuem políticas públicas e assistência dos órgãos regulamentares da educação inclusiva, e que embora as políticas educacionais tenham contribuído para a melhoria e garantia de direitos desses cidadãos, as mesmas não asseguram o acesso das crianças e adolescente com deficiência na escola regular, pois percebe-se a resistência de algumas instituições, mesmo que ainda de forma velada, já que é lei e direito de todo cidadão ter acesso à educação.

Segundo um dos gestores que participou da pesquisa, também “[...] há muita burocracia para a contratação de profissionais especializados e adequação das unidades escolares para uma eficaz inclusão dos PCDs.” (G<sup>7</sup>2, dez./2021). Este é um dos fatores que contribui para dificultar a assistência e permanência das pessoas com deficiência no espaço escolar.

A falta de efetivação das políticas públicas e uma melhor participação da sociedade, além da adequação das unidades e a deficiência na capacitação dos

---

<sup>6</sup> Ver metodologia nas páginas 21 a 24.

<sup>7</sup> G – Gestor.

professores e funcionários são fatores que não ajudam na eficaz inclusão dos alunos deficientes nas escolas públicas estaduais, de acordo com os gestores.

Por outro lado, as tecnologias e equipamentos adequados têm sido importantes aliados no processo de ensino. Os gestores foram unânimes em concordar que com recursos, a exemplo: da internet, computadores, sala multifuncional, máquina de braille, retroprojeção e matérias de libras, haverá um maior engajamento coletivo e fortalecimento da identidade dos discentes. De acordo com o relato de outro gestor: “[...] em se tratando da nossa unidade escolar, estamos equipadas para o atendimento das demandas de acesso e até da permanência dos PCDs.” (G3, dez./2021).

As tecnologias educacionais são consideradas recursos agregadores e colaborativos para a educação e inclusão dos discentes com deficiência. Eles têm contribuído para melhorar a convivência e socialização dos discentes com e sem comorbidades no espaço escolar. Esses recursos associados às ações de conscientização, inclusão, adaptações dos ambientes e dos materiais, tende a favorecer a um melhor desenvolvimento dos educandos no contexto escolar.

Embora a escola referida pelo gestor anteriormente citado esteja com a estrutura e equipamentos adequados, essa não é uma realidade da maioria das escolas quando analisamos relatos de outros atores envolvidos no processo, e existem outros fatores que também influenciam. Diante disso, trazemos aqui algumas falas dos gestores que corroboram com essa realidade encontrada nas unidades escolares:

Em se tratando da nossa unidade escolar, estamos equipadas para atendimento das demandas de acesso e até da permanência dos PcDs. No entanto, nos deparamos com a falta de profissionais para acompanhamento desses alunos. (G1, dez./2021).

Precisamos de profissionais especializados para atendimento desses alunos e uma coordenação pedagógica com empatia para esse acompanhamento. (G3, dez./2021).

É necessário reavaliar a política de assistencialismo da Secretaria de Educação da Bahia quanto à situação dos alunos com deficiência, pois enquanto algumas escolas estão aptas para receber este público, outras são desprovidas de qualquer condição. (G2, dez./2021).

Precisa ainda de melhoria da parte física; capacitação dos professores e funcionários; investimento no material didático e tecnológico; profissionais com habilidades específicas para trabalhar com este público. (G1, dez./2021).

A partir desses relatos, o quadro 1 abaixo sistematiza a análise do conteúdo das respostas com os gestores:

Quadro 1 – Sistematização das respostas com os gestores de escolas da rede pública estadual de Salvador - dez. 2021

<b>Análise geral</b>	<b>Observações</b>
<p>Considerando as perguntas de pesquisa no questionário dos gestores, foi possível identificar a necessidades de melhorias em todos os âmbitos que envolvem uma melhor permanência e vivência dos educandos com deficiência no contexto escolar.</p> <p>Embora a escola comum esteja melhor se organizando para receber esses estudantes, espera-se que essas melhorias venham a atingir a todos de forma a melhorar sua vivência e permanência nas escolas.</p>	<p>Diante da análise das respostas dos gestores, foi possível compreender que embora já tenhamos avançado no que diz respeito à inclusão, ainda tem muito a ser realizado.</p> <p>Sendo importante destacar que as unidades escolares têm ganhado novas estruturas para melhor atender e receber esses discentes. Contudo, identificamos também, no que se refere a profissionais capacitados, que isso ainda é algo que precisa ser melhorado e organizado para atender a este público.</p>

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, dez. 2021.

Assim como os gestores, quatro coordenadores pedagógicos foram convidados para responder questões pautadas na realidade vivenciadas no seu contexto escolar. Eles ressaltaram a importância de tratar essa temática para o desenvolvimento e inclusão dos educandos com deficiência na escola regular.

Com base na realidade vivenciada por cada um dos quatro coordenadores, constatou-se que a quantidade de atividades e projetos realizados nas unidades escolares voltadas à educação inclusiva ainda é muito aquém da real necessidade dos educandos com deficiência.

Para os coordenadores, é preciso promover mais ações de inclusão e socialização dos educandos na escola. De acordo com o relato de um coordenador pedagógico “[...] a escola não desenvolve projetos de educação inclusiva. Dispomos apenas de uma profissional na área de Assistência Social que tem nos

ajudado no acolhimento desses alunos, tentando acompanhar os alunos especiais no processo de ensino aprendizagem.” (C<sup>8</sup>6, dez./2021).

Já segundo outro coordenador, “a escola contempla estudantes de inclusão nas turmas regulares e nos cursos de educação de jovens e adultos. Deste modo, os projetos temáticos são também desenvolvidos com estes estudantes, com as devidas adaptações e apoio técnico. É realizado um projeto a cada semestre, por área, interdisciplinar ou multidisciplinar. (C4, dez./2021).

Diante da realidade encontrada nas escolas e das falas desses coordenadores, faz-se necessário que a escola atue de forma mais intensa para a inserção desses discentes na escola regular. Os projetos desenvolvidos durante o ano letivo voltados para a educação inclusiva devem contar com grande participação dos professores, pois carecem compreender a real necessidade de conhecimento sobre a inclusão e socialização dos discentes em todas as suas esferas educacionais.

Deve ser incentivada a participação dos professores nas atividades que envolvam o planejamento em suas respectivas disciplinas e conteúdos voltados à educação inclusiva, pensando nos pressupostos orientadores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a efetiva realização desse trabalho.

Com isso, por se tratar de um assunto tão importante e necessário para trabalhar no ambiente escolar, deve ser provocado entre os educadores ações que venham a corroborar com o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, objetivando mudar a realidade atual.

Mediante os resultados encontrados com a devolutiva de cada coordenador ao responderem o questionário, ficou evidente que existem ações em algumas escolas que estão sendo desenvolvidas para a inclusão, mas muito ainda tem a ser feito para que a inclusão aconteça de forma satisfatória.

A partir desse contexto, o quadro 2 sistematiza a análise do conteúdo das respostas com os coordenadores:

---

<sup>8</sup> C – Coordenador.

Quadro 2 – Sistematização das respostas com os coordenadores pedagógicos de escolas da rede pública estadual de Salvador - dez. 2021

Análise geral	Observações
<p>De acordo com a resposta dos coordenadores pedagógicos, foi possível constatar que existe um trabalho sendo realizado no contexto escolar, na promoção da acessibilidade e inclusão das crianças e adolescentes com deficiência nas escolas comuns.</p> <p>Compreende-se que muito ainda precisa ser feito para que possamos conquistar um espaço que é legítimo e de direito. A participação da comunidade escolar nesse processo torna-se essencial.</p>	<p>Nas respostas dos coordenadores foi possível observar uma constante preocupação em trazer para o ambiente escolar ações que visem incluir e socializar os alunos com deficiência. Tudo isso aliado ao trabalho docente é sem dúvida uma importante ação transformadora que busca incluir e proporcionar um ambiente afetivo para essas crianças e adolescentes.</p> <p>O trabalho desenvolvido nas escolas, visa promover ações e estratégias para contribuir com melhorias e mudanças frente a atual realidade encontrada no contexto escolar.</p>

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, 2021.

## 5.2 A REALIDADE, VIVÊNCIA, COMPLEXIDADES E EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES

Para entender e ter a visão dos atores envolvidos no processo de inclusão dos alunos com deficiência em escolas públicas de Salvador, em dois estudos de caso – os colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia, a pesquisa também foi realizada com 27 (vinte e sete) docentes que trabalham nas escolas mencionadas.

Nos conteúdos analisados, de forma unânime, os professores ressaltaram a importância da temática para o desenvolvimento e inclusão dos discentes com deficiência.

Para 50% dos professores entrevistados, este tema vem sendo discutido nas escolas, no entanto, acreditam que poderia ter mais formação e atividades proporcionadas pela Secretária de Educação do Estado da Bahia para melhor preparar os professores. Para os outros 50%, não souberam ou não quiseram responder.

A infraestrutura é um ponto importante evidenciado em todas as escolas participantes. Os recursos didáticos também são fatores essenciais para que se desenvolva uma educação de qualidade e relevante diante dos desafios que envolvem a educação inclusiva. Assim, a imensa maioria acredita que a grande dificuldade está na:

- i. Falta de infraestrutura.
- ii. Falta de uma formação inicial e continuada.
- iii. Falta de material e recurso.
- iv. Falta de capacitação dos professores e funcionários.
- v. Ausência de cursos de especialização na área.
- vi. Falta de preparação na graduação.

O trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas objetiva realizar atividades adaptadas para que os alunos consigam adquirir as competências e habilidades necessárias, propondo reflexões dialogadas, parcerias e práticas de acolhimento deles com os colegas com deficiência, bem como buscar da Secretaria o suporte que eles têm direito. No entanto, conforme um dos docentes que participou da pesquisa: “Não encontramos apoio da comunidade interna e externa da escola, material que possibilite um melhor processo e desenvolvimento da atividade e infraestrutura.” (D<sup>9</sup>4, dez./2021).

A partir de uma prática social ligada à busca de soluções para os problemas e dificuldades enfrentadas com a inclusão escolar. É necessário neste ambiente promover, reuniões, intervenções psicopedagógicas, palestras e encontros presenciais e *online* sobre o tema inclusão. Essas ações, podem favorecer para melhorar o acesso e permanências das pessoas com deficiências no contexto escolar, possibilitando a integração desses sujeitos, além de difundir e instrumentalizar o espaço escolar com ações pedagógicas e estratégias adotadas para promover a inclusão, o respeito e a diversidade.

Com isso, compreendemos que a escola como espaço de transformação social e inclusão. Ao estar mais equipada, com profissionais capacitados para

---

<sup>9</sup> Docente.

incluir os discentes com deficiência, de forma assertiva e segura. Objetivando melhor apoiar as demandas dos professores e garantir o acesso, permanências e interação entre os educandos com e sem deficiência, visa oportunizar esses sujeitos a um convívio escolar que promova o estreitamento em suas relações e reduza a exclusão.

Ainda seguindo a análise de conteúdo dos questionários respondidos pelos professores, a questão da infraestrutura nas escolas precisa melhorar e com relação à capacitação do corpo docente, gestão, coordenação e pais/mães ou responsáveis há muito o que se trabalhar para quebrar esse medo do diferente. Reforçam, em geral, que a capacitação da comunidade escolar e a estrutura da escola não são acessíveis à inclusão, mas já conseguiu avançar um pouco.

Para eles as tecnologias educacionais têm sido um importante aliado no processo de inclusão das crianças e adolescentes com deficiência. A falta de conhecimento e informação ainda é a maior barreira encontrada para trabalhar com esses sujeitos. Há a necessidade de melhorar a qualificação dos docentes, com curso de capacitação, especialização, boa remuneração, incentivos de projetos e programas.

Com a aplicação desse questionário, foi possível concluir que apesar de todas as dificuldades aqui relatadas, o acesso das crianças e adolescentes com deficiência a escola regular tem contribuído para promover empatia pelo outro, e aprender a interagir com as diferenças.

Diante do que foi posto, seguem algumas falas dos docentes entrevistados:

É preciso incluir nas ações escolares questões que possam incluir o excluído. (D6, dez./2021).

Há falta de estrutura do corpo docente e falta de estrutura física da escola e todo o corpo escolar. (D9, dez./2021).

É necessária uma educação que engloba os sujeitos especiais ou não, abarcando o indivíduo em sua complexidade e totalidade. (D10, dez./2021).

Os alunos com deficiências em escolas regulares aprendem a socialização e ajuda a todos os cidadãos a respeitar as diferenças. (D13, dez./2021).

Muitas vezes dentro da escola que trabalho vejo os alunos portadores de necessidades especiais deslocados ou sendo incompreendidos pelos educadores, o que barra o processo educacional. (D18, dez./2021).

Nesse contexto, o maior desafio atualmente é com a estrutura das escolas e profissionais preparados para atuar com esse público diverso, pois a inclusão no contexto escolar tem contribuído para formar cidadãos menos preconceituosos e mais altruístas. Além disso, formar seres humanos mais empáticos que compreendam melhor a situação do outro, contribuindo para o respeito, trocas de experiências e novos aprendizados.

Como foi realizado com os demais atores entrevistados, o quadro 3 sistematiza a análise do conteúdo das respostas com os professores:

Quadro 3 – Sistematização das respostas com os professores dos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021

<b>Análise geral</b>	<b>Observações</b>
De acordo com a resposta dos docentes, podemos analisar que há o entendimento sobre a educação inclusiva e existe uma preocupação de todos os docentes para melhorar o cenário atual da educação inclusiva nas escolas pública de Salvador.	Com a aplicação desse questionário, foi possível perceber o quanto as escolas ainda precisam avançar no que se refere a inclusão, inúmeros são os desafios, mas a falta de recurso e infraestrutura têm sido os principais problemas enfrentados pelos docentes.  Além disso, a necessidade da formação continuada e melhor qualificação para os professores é uma demanda de todos, para que assim possam desenvolver um melhor trabalho com os alunos.

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, 2021.

Nesse contexto apresentado sobre os gestores, coordenadores e professores, destacamos que embora tenhamos avançado em políticas públicas, a ausência de equipamento e infraestrutura ainda é algo permanente e “gritante” no contexto educacional. Em contraponto ao que é vivenciado nas escolas, podemos dizer que quase inexistente em sua maioria.

Contudo, os desafios das escolas públicas são potencializados pela ausência de profissionais capacitados, a fim de propor uma educação acessível e de qualidade para os discentes com deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Nesse sentido, os desafios vão desde a estrutura física das escolas à falta de equipamentos e tecnologia para atender as demandas desses discentes, ausência de acessibilidade, profissionais preparados para lidar com esse público, o que tem contribuído para dificultar o acesso desses discentes a escola regular.

### 5.3 PAIS/MÃES OU RESPONSÁVEIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No questionário dos/as pais/mães ou responsáveis dos alunos com deficiência, foram analisados os aspectos de inclusão, educação inclusiva e sociabilidade no cenário da aprendizagem e acessibilidade dos educandos à escola regular da rede pública de Salvador, em dois estudos de caso – os colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia, além dos desafios e perspectivas.

A partir da análise de conteúdo, os resultados mostraram que os/as pais/mães ou responsáveis ressaltaram, por unanimidade, que é importante a inclusão das crianças e adolescentes com deficiência na escola regular, e majoritariamente consideram a escola dos seus filhos inclusivas. Contudo, acreditam que mais ações poderiam ser desenvolvidas para promover uma maior inclusão.

Os/as pais/mães ou responsáveis acreditam que faltam: infraestrutura, profissional especializado e a ausência de uma equipe pedagógica multidisciplinar. Percebe-se, ainda, segundo os mesmos, que existe uma resistência muito grande das escolas em lidar com as crianças e adolescentes com deficiência. Segundo o relato de um entrevistado, “[...] a transformação de uma sociedade, a educação que insere de forma integral todo e qualquer indivíduo de ser diferente, merece respeito.” (P/M/R<sup>10</sup>18, dez./2021). É preciso exercitar na sociedade um novo olhar para as diferenças e limitações e, perpetrar a empatia e respeito ao próximo.

De acordo com outro pai/mãe ou responsável:

---

<sup>10</sup> P/M/R – Pais/mães ou responsáveis.

É notório o desespero e o reconhecimento do despreparo dos professores e isso desmotiva. Entendo que o sistema educacional não ajuda, mas o professor enquanto ser transformador deve procurar ferramentas que conquistem esse desafio. A inércia é constante.” [...] Vou esperar que a secretaria de educação mande alguém, porque isso não é problema meu. (P/M/R 12, dez./2021).

Nesse sentido, observa-se a necessidade de ações mais efetivas no espaço escolar, de forma a melhorar o preparo dos profissionais que ali estão, seja o desenvolvimento de rodas de conversa, convite de profissionais que venham ao espaço escolar tratar da temática, buscar uma rede de apoio para melhorar a vivência e experiências desses sujeitos no espaço escolar, e explicá-los que o problema é de toda a sociedade.

A escola regular é um espaço importante e necessário para o desenvolvimento e interação das crianças e adolescentes com deficiência. Pensar em melhores estruturas e profissionais mais capacitados são demandas urgentes. As atitudes discriminatórias também devem ser combatidas por meio de ações, como: criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. Além disso, proporcionar uma educação eficaz e melhorar a eficiência e, em última análise, a credibilidade de todo o sistema educacional.

A seguir, temos algumas falas dos entrevistados:

Existem poucos programas de rede de apoio que sejam pouco burocráticos e acessíveis, e que promovam a qualificação de profissionais para que estejam seguros e certos do trabalho que fazem. Isso transfere o dever para a família ou até os desestimulam a abandonar a continuidade do ensino das crianças. (P/M/R4, dez./2021).

É desafiador. Estamos em constante crescimento, ao mesmo tempo lutando para sermos visibilizados socialmente. Não como rótulo de mãe e pais guerreiros. Não é sobre isso e não sou adepta a essa ideia. Mas sim, de que precisamos ser acolhidos e auxiliados para que a nossa jornada não seja tão árdua e solitária. Inclusão é uma ação de todos e todas.” (P/M/R3, dez./2021).

Primeiro conhecer as limitações e depois se dispor a servir através da educação. (P/M/R8, dez./2021).

Com uma responsabilidade a mais que a das outras. Não pôr as limitações que o mundo lança sobre ele. Ver a compreensão no olhar, expressão e coração do outro, transbordado nas ações e atitudes das pessoas. (P/M/R1, dez./2021).

Assim, caminhar para inclusão implica, portanto, em reduzir as barreiras que impedem ou dificultam o acesso das crianças e adolescente a uma educação de qualidade. Dando uma atenção especial aos alunos mais vulneráveis ou desfavorecidos, visto que eles se encontram expostos a situações de exclusão e necessitam de uma educação emancipadora e formativa na perspectiva da formação cidadã.

O quadro 4 a seguir sistematiza a visão dos pais/mães ou responsáveis:

Quadro 4 – Sistematização das respostas dos pais/mães ou responsáveis dos alunos com deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021

Análise Geral	Observação
<p>De acordo com Mantoan (2003, p. 06), a “Educação Especial, na perspectiva inclusiva, tem papel imprescindível e não pode ser negado, embora dentro dos limites de suas atribuições, sem extrapolar seus espaços de atuação específica”.</p> <p>Podemos afirmar que as escolas precisam se adequar desde o projeto político pedagógico, infraestrutura, material didático, professores capacitados e, acima de tudo, acreditar na potencialidade do aluno para que o mesmo desenvolva suas habilidades, e a família tem papel imprescindível nesse processo.</p>	<p>Percebe-se uma mudança positiva na integração social das crianças e adolescentes, porém temos muito o que avançar. Para isso é preciso que a sociedade tenha um olhar crítico sobre essa temática, e a escola precisa se adaptar para receber esses discentes com necessidades especiais.</p> <p>Isso implica em uma intensa transformação dos currículos, nos pressupostos avaliativos da abordagem didático-pedagógica, bem como no número de educandos por sala.</p> <p>Por fim, o papel da família no contexto escolar é de fundamental importância para promover e cobrar o direito desses sujeitos.</p>

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, 2021.

#### 5.4 A VISÃO DOS ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA

No presente questionário aplicados com 9 (nove) estudantes sem deficiência, foram analisados como eles veem os aspectos de inclusão, educação inclusiva e sociabilidade no cenário da aprendizagem e acessibilidade dos educandos com deficiência à escola regular da rede pública de Salvador. Os

questionários foram aplicados nos estudos de caso – os colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia.

As respostas desses participantes mostraram que a igualdade é uma das questões mais importantes evidenciadas. Para eles todos os estudantes necessitam de acesso à educação, sem restrição, para que tenham igualdade de oportunidades.

Partindo desse princípio, o respeito, carinho, tratamento igualitário, liberdade para dialogar sobre qualquer assunto, são elementos que ajudam a fortalecer o ambiente escolar no convívio com as diferenças, contribuindo para novos aprendizados e respeito à diversidade.

Segundo os alunos, a presença dos discentes com deficiência na escola regular precisa ser mais acolhedora por parte dos professores. Eles também gostam da presença dos colegas que são portadores de deficiência, pois podem aprender muito juntos. De acordo com um aluno: “Eu trato todas as pessoas igualmente, sabendo, claro, da limitação de cada um e respeitando, porém, cobro e incentivo da mesma forma, realizando algumas alterações na didática para tornar mais cômodo para a pessoa”. (DS<sup>11</sup>6, dez./2021).

A escola como um espaço de transformação social, deve desenvolver ações na direção e promoção da educação inclusiva, como: acolhimento, inclusão, igualdade de direitos, acessibilidade, infraestrutura, acesso as novas tecnologias, além do convívio com os colegas que são importantes para o desenvolvimento e consciência cidadã.

No entanto, nas respostas dos alunos ficou evidente que existe uma ação na escola para o desenvolvimento e inclusão, mas muito ainda tem a ser feito para que a inclusão aconteça de forma satisfatória na sociedade como um todo.

Seguem algumas falas dos alunos:

A sociedade vê o deficiente como uma pessoa incapaz, que possui determinada limitação e que é digno de pena, por isso que, muitas vezes, não entende corretamente o que é uma deficiência e como uma pessoa sofre por isso. (DS5, dez./2021).

---

<sup>11</sup> DS – Discentes sem deficiência.

Como uma eterna criança que tudo que for fazer precisa de ajuda, a sociedade pensa que não consegue realizar nada sozinha. (DS3, dez./2021).

Bom, acho que a sociedade não tem muitos cuidados com as pessoas com deficiência. (DS2, dez./2021).

Entretanto, ressalta-se que para os alunos que responderam os questionários, 78% dizem não ter amigos com deficiência na escola. Esse mesmo percentual de alunos afirma que as pessoas ignoram os deficientes, e para 66,7% dos alunos, eles não contribuíram para o bom convívio das pessoas com deficiência no contexto escolar, e sabem que ter consciência inclusiva é: conhecer, acolher, incluir e respeitar, e a responsabilidade pelas dificuldades de incluir as pessoas com deficiência é um dever de todos.

A maioria desses alunos também não tiveram ou não se lembram de ter tido aula de educação inclusiva. O que eles sabem sobre o assunto e pela internet.

O quadro 5 a seguir sistematiza as falas dos alunos:

Quadro 5 – Sistematização das respostas dos alunos sem deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021

<b>Análise Geral</b>	<b>Observações</b>
<p>A inclusão educacional tem sido um dos temas mais discutido nos últimos tempos e um desafio para a sociedade.</p> <p>O processo de inclusão é desafiador, pois, é difícil incluir todos em um ambiente que não dispõe de recursos de acessibilidade adequados e profissionais capacitados que possibilite sua plena participação e desenvolvimento social a partir do seu processo educativo. Mas, é preciso garantir a esses alunos oportunidades para o seu desenvolvimento pleno no espaço escolar.</p>	<p>No campo da Inclusão escolar, a Lei Brasileira de Inclusão determina que todas as escolas públicas ou privadas devem receber os alunos com deficiência no ensino regular e, assim, adotar medidas e providências de acomodação indispensável para que esses educandos possam ter pleno acesso à educação como os demais discentes.</p> <p>A inclusão no ensino regular ainda é uma dificuldade, não por parte dos discentes, mas sim pela falta de estrutura, preparo dos docentes, material didático e profissionais que atuam na unidade escolar.</p> <p>Vale ressaltar a importância que a educação assume no desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência, sendo</p>

	<p>necessário o conhecimento sobre as características dos educandos com deficiência, que estão incluídos nas escolas regulares, para que assim seja garantido não só acessibilidade física, mas todos os recursos e materiais didático pedagógicos necessários para o seu pleno desenvolvimento educacional e social.</p> <p>Consideramos que é indispensável, também, que as instituições de ensino se organizem com base na Lei de Inclusão 13.146/2015 e no conhecimento das reais necessidades educacionais dos alunos com deficiência, para garantir pleno desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem e igualdade de oportunidades.</p>
--	--

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, 2021.

## 5.5 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E SEU PODER DE FALA

A pesquisa com os alunos com deficiência, 10 (dez)<sup>12</sup>, foi realizada em dois colégios estaduais de Salvador, Edvaldo Fernandes e Central da Bahia. Foram aplicados questionários a fim de analisar os aspectos de inclusão, educação inclusiva e sociabilidade no cenário da aprendizagem e acessibilidade dos educandos à escola regular.

Pautados na realidade vivenciada por cada um dos alunos dentro da sua vivência escolar, em geral, a partir da análise do conteúdo, compreendemos que para esses alunos já avançamos muito na sociedade contemporânea, contudo ainda falta muito para que esses sujeitos com deficiência sejam incluídos, respeitados, tenham igualdade na sociedade, sem preconceito. Em relatos de 66% dos alunos, estes se sentem ignorados na escola ou em seu meio social.

---

<sup>12</sup> Por causa da pandemia, e muitos precisam de ajuda para responderem os questionários, por isso houve baixa demanda.

Nos deparamos com alunos, em sua maioria, pretos ou pardos, de menor renda, que moram em bairros populares de Salvador e que necessitam do auxílio de terceiros para se locomover pela cidade, utilizando transporte público de ônibus e/ou metrô. Ressalta-se que os alunos com deficiência têm idades variadas e cursam o ensino médio ou estão no EJA - Educação de Jovens e Adultos. O tipo de deficiência também é variado.

Na sala de aula, a maioria também necessita de ajuda, sobretudo dos colegas. (83%) deles afirmaram serem bem acolhidos pelos colegas e que conseguem acompanhar as aulas, que os colegas os ajudam nas tarefas, os tratando bem e auxiliam a fazer as atividades, colocando-os nos grupos e em outros assuntos. Esse acolhimento tem ajudado a superar o preconceito, estando sempre participando das brincadeiras e das atividades que são oferecidas na escola, apesar disso, apenas 33% dos estudantes disseram estar inseridos em atividades de educação física, por exemplo.

Para eles, a escola também faz um bom acolhimento, 67% dos estudantes se sentem acolhidos. A escola fornece material didático e equipamentos, mas que ainda é insuficiente para atender a realidade e as demandas existentes nos contextos escolares. A ausência desses equipamentos tem dificultado de forma considerável desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes com deficiência. De acordo com um aluno “[...] necessitamos desses equipamentos ou matérias didáticos, o que vai permitir que as pessoas que têm alguma dificuldade possam realizar as suas tarefas.” (DC<sup>13</sup>2, dez. 2021).

Nos dias atuais, os computadores e as demais ferramentas tecnológicas são de grande importância para os estudos dos alunos com deficiência, além de contribuir também para o desenvolvimento pessoal. Contudo, ainda há inúmeras dificuldades, seja como o “[...] professor que diz não saber dar aula para alunos com deficiência e que não recebeu formação adequada para tal realidade”, segundo um educando (DC7, dez. 2021) ou “[...] pela dificuldade de acesso às escolas, falta de material apropriado, de paciência e de concentração em executar as atividades por parte de alguns professores.” (DC9, dez. 2021).

---

<sup>13</sup> Discente com deficiência.

Bem verdade que as estruturas das escolas têm melhorado consideravelmente nas questões de acessibilidade, mas ainda tem muito para ser feito, não só nas escolas, porém a cidade de modo geral precisa ser melhor adaptada para que as pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção possam acessar livremente os espaços que assim desejarem.

Diante da análise desses questionários, foi possível compreender que o espaço escolar tem sido acolhedor para os alunos com deficiência proporcionando muitos ensinamentos de cidadania e respeito ao próximo. A maior dificuldade relatada por eles no contexto escolar, são: falta de profissionais capacitados e dispostos a trabalhar com alunos com deficiência, além de recursos e materiais didáticos para dar melhor suporte ao professor, infraestrutura que permita o melhor acesso desses educandos ao espaço escolar etc.

Para os alunos que participaram da pesquisa, a sociedade também precisa mudar de comportamento a fim de colaborar e entender que a pessoa com deficiência tem seus direitos e precisa de igualdade de oportunidade dentro das características ou impedimentos que possuem, mas eles não desejam ser vistos como incapazes ou inúteis. Segundo alguns alunos, as pessoas os veem como coitados, outros como anormais. Para eles, as pessoas com deficiência precisam ser respeitadas dentro das suas singularidades, precisam de igualdade de oportunidades e respeito às suas características. Algumas pessoas buscam ignorar, outros rejeitam, faltam com respeito, intolerância e olhares estranhos e preconceituosos.

Os resultados encontrados com a devolutiva dos discentes ao responder o questionário deixou claro que existe ações nas escolas que tem contribuído para melhorar este cenário e a família tem uma parcela importante em prol da inclusão.

O Estatuto da PcD, em seu Art. 27 determina:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único: "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com

deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.” (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015, p. 32).

Sendo assim, as instituições de ensino necessitaram se adaptar à nova realidade. Porém, essa lei é utilizada da forma correta? Os alunos têm seu direito à educação garantido? Desse modo, podemos pensar que o contexto educacional brasileiro tem vivenciado nas últimas três décadas uma reconfiguração política orientada para a efetivação de condições de desenvolvimento e aprendizagem para todos<sup>14</sup>.

Algumas falas desses estudantes podem ser observadas abaixo:

Há falta de material adaptado para acompanhar as aulas. (DC10, dez./2021).

Desejo continuar estudando e entrar em uma faculdade. (DC2, dez./2021).

Sou capaz, porém, preciso de oportunidade para mostrar meu potencial. (DC1, dez./2021).

Na escola, com a falta de livros em braile [...], o professor não quer ditar o que estava sendo escrito no quadro [...]. Não consigo fazer as provas ao mesmo tempo, dentro do mesmo prazo que os outros alunos sem deficiência, por não estar em braile. (DC5, dez./2021).

Algumas pessoas nos veem como coitados, outros com normalidade. (DC6, dez./2021).

Enfim, muito ainda precisa ser feito para que a inclusão aconteça de forma satisfatória na sociedade como um todo, pois compreendemos que a inclusão é uma demanda da sociedade e embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência n. 13.146/2015 esteja em vigor há oito anos, temos muito trabalho a fazer para mudar esta triste realidade que se encontra presente nas unidades escolares da rede pública estadual de Salvador.

É relevante ressaltar que mesmo com as dificuldades enfrentadas todos os alunos pesquisados preferem estar em uma escola comum, do que em uma escola só com alunos com deficiência.

---

<sup>14</sup> Com exceção dos anos de 2018 a 2022.

A seguir, no quadro 6, pode ser evidenciado a sistematização das repostas dos alunos com deficiência.

Quadro 6 – Sistematização e análise das respostas dos alunos com deficiência que estudam nos colégios estaduais Edvaldo Fernandes e Central da Bahia - dez. 2021

Análise Geral	Observações
<p>Constatamos que a escola é um dos principais espaços responsáveis por mudanças e transformações em toda sociedade.</p> <p>Para que o processo de inclusão ocorra efetivamente, faz-se necessário uma transformação da escola, para que possa oferecer a esses educandos todo o suporte necessário, seja pedagógico ou de estrutura possibilitando seu desenvolvimento como um todo. Segundo as diretrizes curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação básica a educação inclusiva.</p>	<p>É necessário a reestruturação de todo modelo de ensino para que as crianças sejam incluídas de fato, pois, apesar dos avanços, ainda falta muito para esse tão sonhado modelo de ensino inclusivo.</p> <p>A educação inclusiva implica uma nova postura da escola comum que propõe no Projeto Pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por prática heterogenias. A escola capacita seus professores, preparam-se, organizam-se e adaptam-se para oferecerem uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais.</p> <p>Diante dessa constatação, não podemos aceitar que em tempos atuais a educação inclusiva ainda fique à mercê do preconceito, e da falta de responsabilidade do poder público, fazendo um trabalho de faz de conta, e a tão sonhada inclusão fique longe da realidade. Percebe-se também a necessidade de políticas públicas voltadas para melhorar as condições sociais do educando com deficiência.</p>

Fonte: Trabalho de campo realizado por Joelma Oliveira, 2021.

Levando-se em consideração os aspectos expostos analisados nesses questionários, observamos que a inclusão de pessoas com deficiência é um processo árduo, que permanece em constante aperfeiçoamento e construção de melhorias para as pessoas com deficiência. Porém, algumas conquistas são

notórias, mas a necessidade de mudanças e aprimoramento do sistema favorece a inclusão.

Entretanto, de modo geral, os desafios para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular são inúmeros. Refere-se as questões de adequação do material escolar, a infraestrutura e profissionais capacitados para melhor atender essa clientela.

Conclui-se que a formação continuada e a ausência de qualificação dos docentes. A readequação curricular é um passo importante, que ainda precisa ser dado para promover práticas pedagógicas inclusivas. Assim, percebe-se a necessidade de capacitação dos colaboradores das unidades escolares, para que o trabalho possa se desenvolver de forma adequada e proporcione a inclusão e socialização dos aprendizes.

## 6 POSSÍVEIS AÇÕES INCLUSIVAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Neste último capítulo trazemos as tecnologias de informação e comunicação na perspectiva de apresentar alternativas de estímulo a pesquisa e melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, bem como indicamos e analisamos outras ações inclusivas, mostrando seus desafios e perspectivas.

### 6.1 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

A partir desse estudo sobre a educação especial, constatamos que a mesma precisa estar alicerçada a uma diversidade de bases e pressupostos, cujo intuito é trazer uma integração para as variadas esferas sociais, justamente por ser uma necessidade que impacta os múltiplos âmbitos sociais. Dessa forma, pensando o espaço educacional, é notório que há a necessidade de a educação inclusiva integrar o ensino regular.

Um dos pilares que marca o processo de inclusão é justamente trazer as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) para dentro dos ambientes escolares pautados na inclusão. Esses recursos tecnológicos podem ser diversos: computadores, *chat*, *wifi*, *voip*, vídeo digital, entre outros, são alguns dos elementos que compõem as salas de recursos multifuncionais.

A importância das TICs nas salas de aula inclusiva pode ser consumada por meio da sua atuação no que se refere ao desenvolvimento de estímulo a pesquisa e melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Pensando nisso, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza alguns recursos, desde curso de libras, braile, até materiais didáticos e paradidáticos, mas é preciso destacar que a inclusão não é apenas inserir nesse espaço e ceder os recursos materiais, mas sim preparar todo o ambiente escolar para integrar efetivamente esses indivíduos.

Nesse sentido, as tecnologias podem contribuir para ressignificar os ambientes inclusivos dando mais possibilidades aos discentes no que se refere à autonomia e construção do seu saber. Contudo, se de um lado a educação inclusiva com o auxílio das tecnologias cede mais possibilidade para os discentes, por outro

ocasiona uma problemática para os professores que, em geral, não possuem o preparo específico para manusear esses recursos. Isso ocorre pela carência de formações complementares na área, que minam as possibilidades proporcionadas pelas TICs, além de revelarem as barreiras e limites da inclusão, ocasionando prejuízos a mecanismos que servem de ferramentas cruciais para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem do discente.

Este panorama é reflexo da carência de instrução pedagógica e tecnológica, o que faz emergir a necessidade de uma nova estrutura para se pensar a inclusão, sem perder de vista as contribuições das TICs enquanto materiais de avaliação, auxiliador no desenvolvimento da criticidade e sua função de multidisciplinaridade, resultando em elementos diferenciados do ensino-aprendizagem inclusivo.

Salienta-se que há pressupostos legais que respaldam o uso das TICs no ambiente escolar, a citar o CNE/CP n° 1 de 2006 que prevê a inserção dessas tecnologias.

Uma das maneiras de explorar as potencialidades do TICs é buscar definir qual eixo será seguido, se um mais arcaico em que o educador atua sem mediação ou preocupação efetiva com a promoção da perspectiva inclusiva ou se será um mediador na construção do conhecimento, dando ao educando a chance de ser sujeito ativo na construção do seu saber.

Usar as TICs dentro de uma perspectiva inclusiva não significa dizer que todos os problemas que permeiam a educação especial serão resolvidos, mas que os educadores terão mais mecanismos para enfrentar os entraves desse cenário educacional. Caso o uso dessa ferramenta se dê de modo equivocado, haverá um prejuízo na prática educacional, podendo causar o efeito reverso ao pretendido. Sendo válido reforçar que é necessário que o educador reconheça as possibilidades concretas das TICs. Tais possibilidades podem ser: promover a inclusão, promover uma aprendizagem cooperativa e grupal, serve como resolução de problemas ou desenvolvimento de projetos etc. Assim, possui a capacidade de promover o respeito, a diversidade e a identidade.

Mesmo com as vantagens das TICs, existem ainda resistências para incorporar essas tecnologias com o cunho pedagógico. Certamente questões

norteadoras devem ser feitas para administrar a melhor maneira de inserir essa tecnologia com os discentes, até porque as tecnologias sozinhas não são totalmente eficazes e, tampouco, resolvem as problemáticas da inclusão, todavia uma proposta seria a escola consolidar uma aprendizagem significativa com esses recursos.

Com essas novas interfaces tecnológicas que vieram complementar os processos de comunicação e aprendizagem, em relação ao ato de comunicar-se, existe meios alternativos, tais quais: PCS, PIC, Bliss e outros. E no que se refere aos recursos de acessibilidade, existem três: as adaptações físicas ou órteses (adaptações fixadas ao corpo do aluno e que facilitam a interação e construção); adaptações de *hardware* (adaptações presentes nos componentes físicos do computador); *software* especial de acessibilidade (programas especiais que propiciam a interação entre o estudante e a tecnologia). Dessa maneira, se percebe que as TICs se inserem no ambiente escolar como possibilidade interativa de comunicação entre o educador e educando e entre os educandos entre si.

Além disso, é uma maneira de refletir sobre um ensino mais autônomo que coloque o aluno como construtor do seu saber, ainda que haja barreiras postas, o uso das tecnologias enquanto ferramenta didática abre portas para se pensar num ensino inclusivo e mais equitativo. Por isso, é necessário trazer esses recursos para as escolas e os usar de modo pedagógico e como mediador através de um educador preparado.

Portando, cabe ao corpo docente e a comunidade escolar, em geral, pensar também nas barreiras físicas que abrangem as questões arquitetônicas, a acessibilidade virtual por meio da universalização da internet nesse ambiente, ou seja, considerar a necessidade especial a partir das múltiplas esferas.

É nesse contexto que são pensados os infográficos, que possibilita um universo mais amplo, pois é o canal mais utilizado para perceber o mundo, haja vista que cerca de 70% da dedicação mental é utilizada para recursos visuais. Cada vez mais o interesse por infográficos tem aumentado, especialmente a partir de 2010 devido ao reconhecimento de suas significativas contribuições na compreensão da informação e otimização da leitura. Ao pensar em infográficos é válido pontuar que seu objetivo principal é equacionar aspectos sintáticos,

semânticos e pragmáticos, abrangendo o contexto de planejamento, produção e as interfaces das informações junto ao público-alvo.

Para facilitar a compreensão podemos utilizar o conceito de Santos (2015) que os define como: “objeto gráfico que representa fatos, fenômenos e/ou dados, por meio principalmente de elementos pictóricos e esquemáticos, tendo a função de contextualizar uma informação para o leitor, trazendo para primeiro plano questões de compreensão visual” (p. 39).

Inúmeras compreensões giram em torno do que é infografia, Colle (2005) considera uma nova linguagem, outros a exemplo de Alonso (1998) entende como um novo gênero textual ou jornalístico, Pablos (1999) abarca a noção de informação gráfica, e Furst (2009) uma nova maneira de comunicação como reflexo das necessidades sociais. Neste sentido, é notável que falar de infografia é abrir um leque de discussões em torno de variados sentidos, contudo algumas categorias dos infográficos podem ser vistas como unânimes para os autores.

Levy (1994) e Iria (2010) convergem ao afirmar que os infográficos atuam como ferramenta didática, contudo seu processo de elaboração exige técnica para que o objetivo esperado seja alcançado e a assimilação do leitor possível. O resultado de facilitação da compreensão do leitor deve contemplar a informação textual vinculada a iconicidade, estética e a tipografia. Dessa maneira, algumas questões podem nortear uma experiência mais complexa e com sentido para o leitor.

Raymond Colle (2005) elenca três categorias gerais: Infográficos científico ou técnico: encontrados há séculos em pesquisas científicas e manuais técnicos; Infográficos de divulgação: transmite conhecimento científico e técnico para a população em geral, por meio de enciclopédias, livros didáticos, catálogos etc. e, por fim, os Infográficos jornalísticos: mais conhecidos por darem nova dimensão a infografia na atualidade, sendo suporte facilitador de compreensão de um conhecimento ou fatos complexos.

Alguns autores ponderam que os infográficos recorrem ao uso de ilustração podem despertar a emoção do leitor, chamar sua atenção e motivar o mesmo a prosseguir com a leitura. Segundo Peirce (1993), o processo que guia a compreensão dos infográficos sob a ótica da semiótica é conduzido por três

elementos primordiais: I - natureza do signo, pautado na percepção ou não do objeto pela mente; II - aspecto objetivo do signo definido pela tomada de consciência do objeto; III - a mediação entre a percepção do primeiro e do segundo faz emergir o terceiro momento pela relação entre ambos: o sentido e o percebido, ocorrendo através dos aspectos cognitivos.

Com o acompanhamento desses avanços tecnológicos, o infográfico se torna uma ferramenta que facilita a comunicação e apreensão do conhecimento, por isso no que se refere ao âmbito educacional, o infográfico consolida um leque de opções para ceder possibilidades nas relações de ensino-aprendizagem devido ao seu diálogo com a realidade discente, permitindo uma aprendizagem mais concreta.

Desse modo, os infográficos adentram nos diversos níveis de construção do saber, permitindo unificar leitura textual e visual. Uma das vantagens do infográfico é ser detalhista sem ser cansativo, mesmo usando texto, os infográficos exemplificam os dados mais relevantes e detalham o conteúdo, mas isso não retira a atuação do educador a necessidade de ser criativo sobre esse recurso e o saber explorar visando esgotar suas potencialidades que são diversas: auxilia na memorização, autonomia na aprendizagem, ajuda no desenvolvimento das habilidades cognitivas, na descoberta de informações novas, promove a criticidade, estabelece o diálogo com a realidade discente, ultrapassa os parâmetros abstratos, e abarca a educação presencial ou a distância.

Existem algumas formas de usar o infográfico pensando o processo de aprendizagem: estático (informação total apresentada de uma vez só); animado (construção surge de forma progressiva e segue uma sequência linear); interativo (aluno quem delimita o ritmo e a ordem), e essas formas podem ser propostas de acordo com as singularidades e necessidades das turmas.

## 6.2 OUTRAS AÇÕES INCLUSIVAS

A escola é um espaço plural que está em constante transformações, onde as pessoas estão sempre indo e vindo; os professores mudam; os alunos crescem, se formam; enquanto outras crianças, seguindo o ciclo, a ocupam. Assim, ao final

do processo, espera-se que o tema, ainda considerado tabu por muitos professores, alunos, pais/mães e pela comunidade escolar, de maneira geral, torne-se mais popular nas discussões do cotidiano a reforçar a importância da valorização das diferenças e o respeito.

Nessa perspectiva, seguem algumas ações que podem ser adotadas pela escola e corpo docente na perspectiva inclusiva:

- A escola deve fazer periodicamente uma autoavaliação de suas práticas.
- Promover rodas de conversas entre os alunos, professores e as famílias.
- Refletir quais comportamentos do cotidiano reproduzem o preconceito e a exclusão dos educandos com deficiência.
- Combater a discriminação, presente nas atividades curriculares excludentes.
- Adaptação da estrutura física, banheiros adaptados, salas de aulas equipadas, rampas de acessibilidade, materiais didáticos adaptados, entre outros recursos que dê autonomia a esses sujeitos.
- Fazer uma anamnese com as famílias desses educandos no momento da matrícula ou agendar esse momento de escuta.
- Promover formação de professores dentro do ambiente escolar e que essa formação seja intercalada com a participação dos educandos.
- Criação de fóruns de discussões, nos quais os discentes e os professores possam se sentir acolhidos e livres para apresentar suas considerações sobre a temática.
- Formação de grupos e a realização de atividades, como: teatro, música, a dança, a pintura, entre outros.
- Incentivo da leitura e de obras escritas por autores pautadas na inclusão, reforçando uma mudança de comportamento na produção de pensamentos críticos.
- Os infográficos como recurso didático/pedagógico que contribuem na melhor compreensão de informações e conceitos (como apresentado anteriormente).

- Reforçar a capacidade do pensar criticamente.
- Desenvolver e organizar ideias através do uso de ilustrações.
- Proporcionar aos educandos mais engajamento e interação durante as aulas.

Essas são mudanças necessárias nas práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de uma cultura interna da escola e necessária na sociedade. É importante destacar que a formação continuada reflita os direitos humanos, as práticas educativas e contemple a diversidade e as questões voltadas à inclusão. Por isso, a formação dos professores e as propostas de avaliação das práticas pedagógicas no enfrentamento e combate à exclusão, devem ser realizadas de maneira direta com as crianças e adolescentes, na perspectiva crítica reflexiva.

Dessa maneira, a escola exerce importante papel e autonomia no exercício de suas práticas pedagógicas, proporcionando momentos de reflexão junto às famílias sobre a importância de promover o respeito e a igualdade de direitos a todos/as. Portanto, é papel da escola assegurar o reconhecimento e a identidade desses sujeitos, dentro e fora do contexto escolar, no combate e preservação das histórias de vida e individualidade.

Levando-se em consideração esse estudo, sabemos que a realidade do processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação do nosso país. Tal aspecto pode ser confirmado através dos questionários aplicados. Apesar da maioria dos discentes (88,9%) pontuarem que se sentem incluídos na escola e que não pensam em abandonar os estudos, é possível perceber que ainda não há uma inclusão propícia.

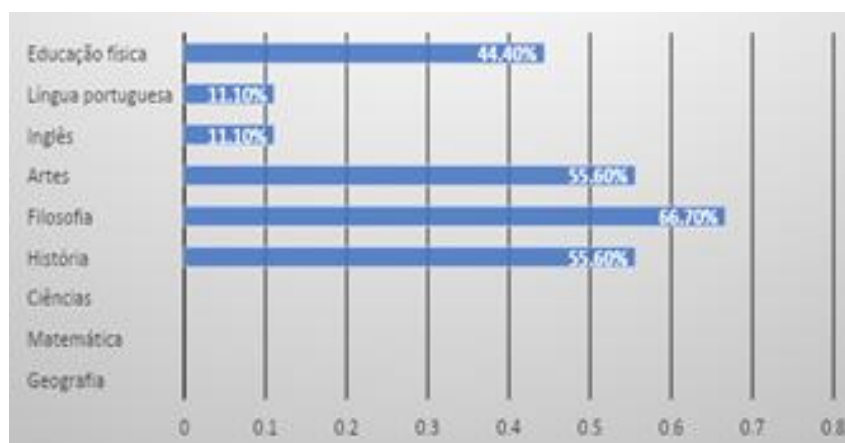
Este aspecto pode ser observado na pergunta “Já teve ou tem aula de educação inclusiva?”, a maioria dos estudantes não recordam (44,4%) ou não tiveram (22,2%), o que demonstra que a inclusão na prática ainda é uma lacuna. Neste sentido, as tecnologias digitais visando a inclusão e a legislação acabam tendo pouca eficácia, pois por mais que o professor esteja preparado do ponto de vista teórico, na prática ainda existem diversas lacunas, sendo necessárias muitas discussões acerca dessa temática que se transforme em ações práticas, frente aos

desafios da igualdade de direito a uma educação de qualidade para todos os educandos com deficiência.

Uma ilustração deste fato é que a inclusão é abordada na escola, em geral, como projetos escolares, ou seja, o aluno dedica-se visando nota e estuda naquele momento específico. Assim, rompe com o intuito da inclusão que é a integração plena e cotidiana do indivíduo nas salas comuns. Sendo, inclusive, uma necessidade observada pelos próprios alunos, pois 100% dos entrevistados reconhecem a necessidade de trabalhar mais a inclusão em sala.

Estes jovens possuem contato com a inclusão através da internet (77,7%). Os números demonstram que a escola ainda não possibilita uma conscientização da inclusão de forma efetiva e, tampouco, promove a integração total dos indivíduos. Todavia, os discentes que debatem inclusão dentro do espaço escolar apontam que as disciplinas de Ciências Humanas se destacam como as norteadoras desta reflexão, Filosofia e História, respectivamente, possuem os maiores índices de discussão da temática (Figura 4).

Figura 4 – Quais disciplinas abordam a questão inclusiva na escola?



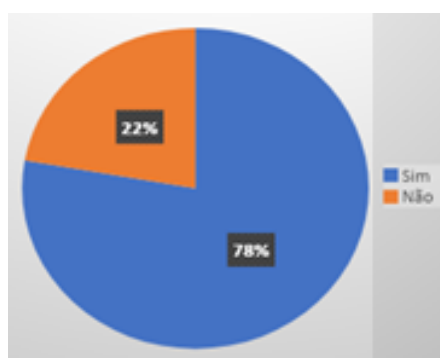
Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado por Joelma Oliveira, 2023.

Estes educadores que trazem a temática inclusão no âmbito escolar alinham teoria e prática (44,4%), conforme colocação dos discentes, o que marca a efetivação das políticas públicas ainda que haja lacunas. Entre os discentes se notou o reconhecimento da responsabilidade coletiva de incluir, acolher e respeitar independente das diferenças, mas a maioria dos entrevistados sinalizam os

desafios do acolhimento (55,6%) e da inclusão/igualdade (55,6%), sendo cabível buscar estratégias que mobilizem ainda mais a integração entre os indivíduos.

Um demonstrativo dessa carência no acolhimento pode ser visto na Figura 5. Entretanto, essa realidade ocorre fora dos espaços escolares, se refletindo no preconceito e na exclusão social.

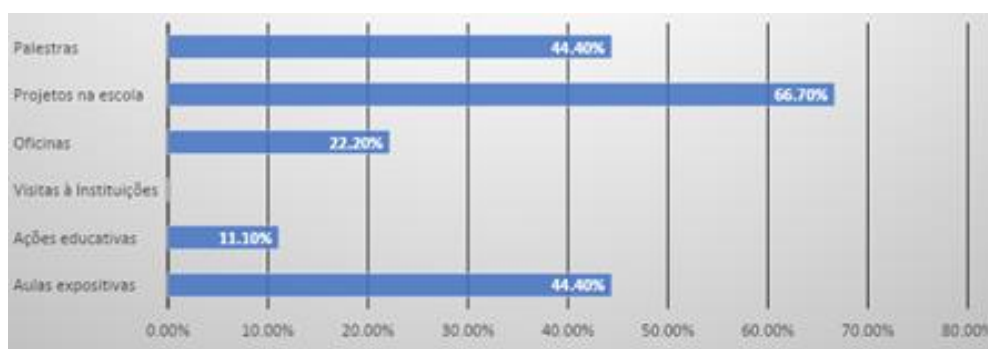
Figura 5 – Você acredita que as pessoas ignoram o deficiente?



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado por Joelma Oliveira, 2023.

Estas questões se reverberam no próprio despreparo dos professores com estas pautas, pois com base nas entrevistas, 50% dos educadores não estão envolvidos em nenhum projeto/atividade cujo foco seja inclusão, como também essas questões não aparecem no planejamento dos docentes e que os projetos são discutidos apenas por um semestre letivo. Conforme, observa-se na Figura 6 abaixo.

Figura 6 – Como a educação inclusiva foi ou está sendo trabalhada?



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado por Joelma Oliveira, 2023.

Isto norteia os desafios reconhecidos pelos gestores para proporcionar a Educação Inclusiva de qualidade, seja pela infraestrutura (100%); acessibilidade (100%); e formação docente (100%). Com estes dados, vemos que os professores atuantes não estão preparados para trabalhar com esse público e, por isso, os baixos projetos envolvendo inclusão nas escolas.

Muitos professores sinalizam que uma das resoluções desse problema é a Secretária da Educação promover cursos de formação, flexibilizar a carga horária e disponibilizar mais recursos. Inclusive, um dos pontos mais destacados pelos professores é a necessidade de cursos de formação, especialmente, pelo fato de muitos terem participado de cursos/seminários voltados à inclusão. Mas mesmo com os desafios, boa parte dos educadores focam em aulas expositivas (81,5%), filmes e vídeos (63%), seminários (25,9%). Fazendo com que a internet seja o principal meio de conhecimento acerca da inclusão, como foi percebido durante as entrevistas.

Ressalta-se que os profissionais da educação têm reconhecido a importância da frequência de crianças e adolescentes na escola regular, entretanto, mesmo assim não atuam na comunidade visando solucionar os problemas inclusivos. Assim como também não enxergam a escola como preparada para receber essas crianças, provavelmente, devido a falta de infraestrutura e pelo próprio receio, pois muitos professores apontam que tinham medo de não saber lidar com os alunos especiais (55,6%), e outros preocupados com a questão pedagógica (66,7%), o que revela a insegurança destes profissionais, sobretudo, pela carência de treinamento. 70,4% dos professores relataram que não recebem preparação para receber este público.

Outro aspecto que impacta no desenvolvimento cognitivo do discente é o tratamento diferenciado dos colegas, apenas por possuírem necessidades especiais. Cerca de 63% dos professores relatam tratamento diferenciado. Ao serem perguntados acerca dos principais desafios da inclusão na comunidade escolar, quatro aspectos centrais se destacam: convívio com os colegas, infraestrutura, inclusão e acolhimento.

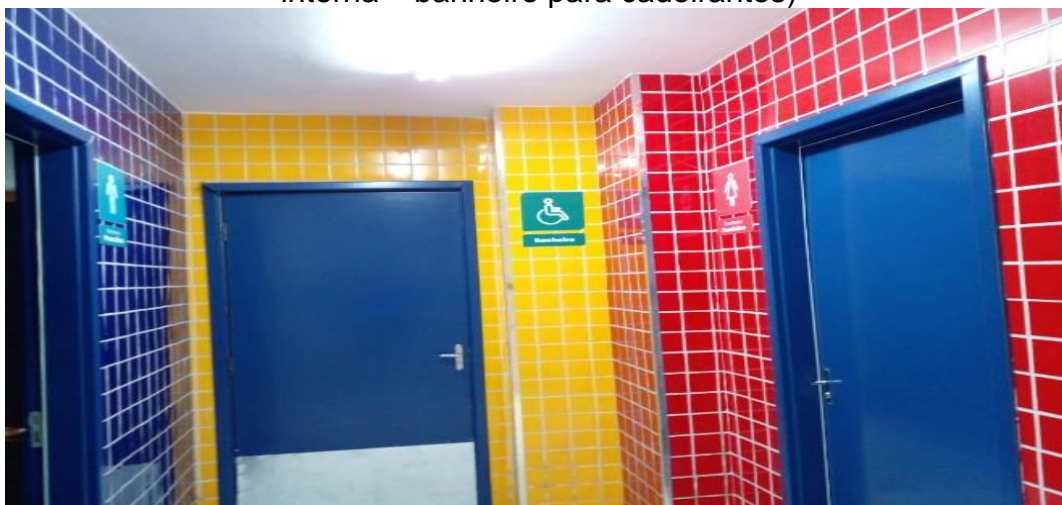
A família também tem se mobilizado na luta pelo acolhimento. Boa parte dos pais (37,5%) acreditam que as escolas regulares necessitam de uma equipe

multidisciplinar e a orientação mais efetiva dos professores e alunos (25%), como ações que deveriam partir da Secretária de Educação. Apesar dos pais terem participado de palestras nas escolas (50%) referente ao tema, isto não sana todas as demandas em torno de uma prática pedagógica inclusiva. Um aspecto importante é que as ações desenvolvidas envolvem jogos educacionais, ou seja, há um alinhamento das tecnologias com a prática pedagógica.

É importante destacar que muitos pais consideram positivo a presença de alunos com deficiência em salas regulares e que não desejariam que seus filhos estivessem em ambientes educacionais específicos. Os próprios alunos portadores de deficiência reconhecem e aproveitam o respeito e inclusão que tem dos colegas, todavia, muitos relatam estarem excluídos das aulas de Educação Física. Isto pode ser justificado pelos desafios da acessibilidade e de uma preparação profissional. Especialmente, por grande parte dos alunos necessitarem de auxílio para se locomoverem (66,7%) e precisarem de ajuda dos colegas etc.

Durante a análise do questionário, notamos que os alunos se sentem confortável e integrados nas aulas, sobretudo pelo fato das escolas possuírem diferenciados mecanismos que facilitam a convivência e integração, sobretudo estrutural, como calçadas rebaixadas, piso tátil, bebedouro rebaixado para cadeirantes e afins, inclusive banheiros específicos e rampas de acesso, conforme podem ser vistos nas Figuras 7 e 8.

Figura 7 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna – banheiro para cadeirantes)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Joelma Oliveira, jan. 2023

Figura 8 – Colégio Estadual Edvaldo Fernandes em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna – rampa interna)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Joelma Oliveira, jan. 2023

As imagens acima demonstram que o Colégio Estadual Edvaldo Fernandes possui alguns elementos que facilitam a mobilidade e independência dos discentes que são portadores de necessidades especiais. Igualmente ocorre no Colégio Estadual Central, que possui em sua área interna rampas que foram vistas pelos discentes como instrumentos positivos para facilitar a inclusão. Conforme, pode ser observada na Figura 9.

Figura 9 - Colégio Estadual Central em Salvador/BA - jan. 2023 (área interna – rampa interna)



Fonte: Trabalho de campo realizado pela pesquisadora Joelma Oliveira, jan. 2023.

Por fim, no processo de análise das falas dos alunos com deficiência, o mais chocante é que alguns alunos apresentam alguns receios e medos em torno do despreparo social, por exemplo, cerca de (33,3%) pontuam que queriam ser “invisíveis” para evitar constrangimentos, sendo, assim, cabível e necessária uma mobilização coletiva da sociedade para mudar esta realidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência no contexto escolar constatou que a inclusão do sujeito com deficiência na escola regular já conquistou alguns avanços. No que refere aos aspectos legais da escolarização, as diretrizes trouxeram como aspectos principais o acesso e a garantia às escolas inclusivas, independentemente da condição física, intelectual, sensorial ou social.

Foi possível constatar que no processo de inclusão é necessária uma atuação em grupo, com todos comprometidos no desenvolvimento educacional, com a participação de professores, funcionários, alunos, pais/mães ou responsáveis, coordenadores e gestores, para que esses alunos se sintam integrados, é necessário que a escola esteja adaptada para eles, com todo suporte pedagógico e físico. Diante de tal problemática, exige-se um trabalho de parcerias, no qual todos tenham conhecimento de causa, para que possam superar os mitos e preconceitos que ainda são muito presentes na comunidade escolar e na sociedade como um todo.

Levando-se em consideração os aspectos expostos acima, observamos que a inclusão de pessoas com deficiência é um processo árduo, e em constante aperfeiçoamento e construção, porém, algumas conquistas são notórias, mas a mudança de postura e a reformulação dos princípios possibilitando que o aprimoramento dessa temática venha se tornar cada vez mais eficiente.

Entretanto, de modo geral, podemos perceber que os desafios para a inclusão de crianças com deficiência na escola regular, refere-se, principalmente, a problemas rotineiros, onde o principal ponto é a falta de apoio governamental, deixando de lado a manutenção das leis vigentes, além de não adequar a infraestrutura escolar as reais necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica.

O ambiente escolar contempla não apenas alunos especiais, sejam eles com alguma deficiência e/ou dificuldade de aprender, mas todos os demais, dessa forma, entende-se que a metodologia de ensino deve abranger a todos, ao invés

de esperar que uma determinada criança com deficiência se ajuste à escola para que obtenha sucesso na corrente educativa geral.

Embora existam exigências legais, quanto à formação e à especialização para ensino de alunos com necessidades especiais, muitos professores relatam encontrar dificuldades seja na metodologia aplicada ou no processo em si de inclusão. Identifica-se, assim, uma autorreflexão dos professores quanto à sua prática de ensino, relatando de forma crítica as barreiras encontradas nas práticas educativas ao ensino inclusivo.

Assim, percebe-se um grande esforço dos professores para lidar com situações que envolvam alunos com deficiência, porém, existe a insegurança e a falta de conhecimento por parte de alguns. A resposta dos educandos no questionário foi surpreendente!

Os problemas com a formação continuada dos docentes, e a não qualificação dos mesmos para que se desenvolva um trabalho voltado para a inclusão de fato e de direito. Além das capacitações dos docentes, é de suma importância uma readequação no currículo escolar, para que as práticas pedagógicas possam ser redimensionadas para uma melhor estratégia de ensino.

Portanto, faz-se necessária a capacitação dos demais colaboradores escolares para que de forma uníssona o trabalho se torne mais adequado e facilitado para todos os envolvidos no processo. E, por último, mas não menos importante, é válido fazer referência para o que está se tornando cada vez mais comum nos espaços escolares, o *bullying*, que vem afetando ainda mais as pessoas que sofrem com algum tipo de deficiência, esse fato não apareceu nas respostas dos questionários em nenhum dos atores envolvidos no processo. No entanto, pela vivência, que isso ocorre.

No cerne desse contexto, podemos perguntar se tendo seus direitos assegurados e garantidos por leis, as crianças e adolescentes com deficiência que foram matriculadas no ensino regular estão sendo atendidas em conformidade às leis que lhes asseguram e garantem atendimento educacional especializado? Não, haja vista as condições expressadas nos questionários respondidos pelos participantes dessa pesquisa.

Assim, diante dos argumentos apresentados, fica claro a necessidade de uma mobilização em massa da sociedade a respeito da temática expressada no estudo, e se faz necessário a extinção das práticas segregacionistas que ao longo da história da inclusão de pessoas com deficiência vem se mostrando forte, bem como as mudanças necessárias e urgentes para que a construção do processo de inclusão seja de fato real, coerente e colocado em prática, de forma satisfatória para as pessoas com deficiência.

Compreendemos que é de extrema importância que se tenha um professor para acompanhar esses alunos no desenvolvimento de suas atividades, pois é impossível que o professor da classe, sozinho, consiga dar o suporte necessário para esses alunos. No decorrer da pesquisa, observamos que a inclusão escolar no ensino regular, em pleno século XXI, ainda seja uma realidade distante, sendo este um processo desafiador e precisa da colaboração de todos.

Conclui-se que há um distanciamento entre as legislações pátrias e a realidade, já que, nas normas, fala-se em uma efetiva acessibilidade, com total suporte das três esferas governamentais, assim como da família e da sociedade. Entretanto, o Estado falha na sua atuação ao não fornecer os recursos suficientes e professores preparados para o aprendizado pleno dos deficientes visuais, como a própria família e a sociedade também reproduzem preconceito, o qual, direta ou indiretamente, influi no desenvolvimento dos estudantes. Que a escola seja livre de preconceitos de qualquer natureza, respeitando as individualidades dos alunos e incentivando a convivência harmoniosa e coletiva de suas diferentes expressões, firmando um comprometimento com os documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil, como a BNCC, a LDB e os PCNs na valorização das diversidades.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Teoría de la seudocultura. In: ADORNO, T. W. **Filosofía y superstición**. Madrid: Alianza Editorial, 1972. p. 141-174. Publicado originalmente em 1959.

ALONSO, Julio. Grafía. El trabajo en un agencia de prensa especializada en infograficos. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 8. agos. 1998. La Laguna.Tenerife. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/49inf6.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BEZERRA, Giovanni. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69, p. 475-497, abr./jun. 2017.

BOURDIEU, P. A; Champagne, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 5 ago. de 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 01 out. 2021

BRASIL. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 03 maio 2021. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 22 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Brasileira. Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão Social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Edneia Maria. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida**: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do colégio militar de Juiz de Fora. 2016. 75 f. Dissertação Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAVALCANTI, Meire. Inclusão: **A sociedade em busca de mais tolerância**. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 34-36, out. 2006.

CASTEL, R. **Les Métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

COLLE, R. Infografia: tipologias. **Revista latina de comunicación social**, n. 58, 2005

CORREIA, L. M. (1997). **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora

CROCHÍK, José Leon. **Educação inclusiva e Preconceito: desafios para a prática pedagógica**. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 39-59.

CUNHA, Antônio. Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

D' ALBUQUERQUE, Teila Rocha Lins. **O estatuto da pessoa com deficiência e as novas perspectivas em torno da mudança da capacidade civil**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha. 1994.

DE PABLOS, José Manuel. **Infoperiodismo**. El Periodista como Creador de Infografia. Madrid, Editorial Síntesis, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo. v. 40, n. 3, p. 18-25, jul.-set. 2000.

FOUCAULD, J. B.; PIVETEAU. D. **Une société en quête de sens**. Paris: Editions Odile Jacob, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURST, M. S. B. C. **O trabalho com as novas mídias nas aulas de língua portuguesa**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6., 2009, João Pessoa.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HANASHIRO, D. M. M.; GODOY, A. S; CARVALHO, S. G. Estudos em diversidade: reflexões teóricas e evidências práticas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ENEO, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IRIA, L. Prefácio. In: TEIXEIRA, T. **Infografia e jornalismo: conceitos, análises e perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEVY, Pierre. **O que é cibercultura**. São Paulo: Loyola, 1999.

LIBÂNEO, José. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Editora Loyola, 1986.

LOPEZ-ROCHA, Sandra. **Diversity in the workplace: issues, strategies, and perspectives**. *International Journal of the Diversity*, v. 5, n. 5, p. 11-18, 2005/2006.

MAGALHÃES, R. C. **Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Entre pontos e contrapontos. Parte III. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates**, São Paulo, v.24, n.45 –, pp. 24-33, jan/jul 2004.

MARQUES, Eduardo. **“Elementos conceituais da segregação, a pobreza urbana e da ação do Estado”**. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (org.) São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2005, p. 19-56.

MAZZOTTA, Marcos. José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.

MATTA, Alfredo. **Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história**. Brasília: Editora Liber Livro, 2006.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma Educacional Emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

NKOMO, Stella M.; COX JR., Taylor. **Diversidade e identidade nas organizações**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. cap. 12, p. 334-360.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993.

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 7ª edição, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral. Resolução nº 48/96, de 20 de dezembro de 1993. Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU. Nova York, 1993. Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br/textos/vidaand/normas.htm>>. Acesso em: 21/03/2021.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos: Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575/9519>.

Acesso em: 12 jun. 2022.

Saussure, Ferdinand de. [1916]1969. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix:1995.

SANTOS, Gabriele Maria Silva dos. **Infográficos interativos como material escolar**: um estudo sobre a utilização de infográficos digitais interativos para compreensão de conteúdo escolar no ensino médio. Recife: O Autor, 2015.

SILVA, M. O. E. Inclusão: Concepções e Práticas nos Últimos Dez Anos – Relato de uma Experiência, Conferência proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Anais.... IIIº Ciclo de Estudos e Debates sobre Educação Inclusiva**, 1 e 2 de outubro, 2007.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Educação inclusiva**: A estranha necessidade de políticas para incluir pessoas. Porto Alegre, RS: PUC, 2015.

SILVA, M. A. P. da. Salvador – Roma Negra: Cidade Diaspórica. *In*: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 10., 2018, Uberlândia. **Anais[...]**. Uberlândia: UFU, 2018. 17p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação**: Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha: Unesco, 1994.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental**. *In*: **Anais...** Congresso de Pós-Graduação, 4., 2007, São Carlos. **Anais de Eventos da UFSCar**, v. 3, p. 1695, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

## ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UCSAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SALVADOR-BA: DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR À SOCIABILIDADE .

**Pesquisador:** Joelma Cerqueira de Oliveira

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 51120221.9.0000.5628

**Instituição Proponente:** ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.235.131

#### Apresentação do Projeto:

A inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares está pautada no princípio democrático de educação para todos. As pessoas com deficiências têm direitos como todo cidadão e esses direitos abrangem quem está na escola junto com os demais estudantes. É preciso focar na permanência e na qualidade do ensino, e entender às suas diferenças e necessidades individuais, o que implica em mudanças de comportamentos e paradigmas para a disseminação de uma educação na perspectiva inclusiva e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Será realizado um estudo de “casos múltiplos, exploratório-descritivo e crítico” em escolas públicas estaduais de Salvador onde inicialmente será feito um estudo panorâmico sobre a temática em Salvador. A coleta ocorrerá a partir de março de 2022, onde serão utilizados questionários semiestruturados com 40 participantes, entre alunos com e sem deficiência de aprendizado; professores; pais ou responsáveis; gestores e coordenação pedagógica.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G  
**Bairro:** FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.235.131

Analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns da rede pública estadual de Salvador, enfocando da integração escolar à sociabilidade.

**Objetivos Específicos:**

Fazer uma revisão histórica da legislação (diretrizes, resoluções, decretos e leis) sobre a educação inclusiva nas diferentes esferas governamentais e, sobretudo, analisar a Lei de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Analisar a trajetória e o ambiente social, e compreender as necessidades pedagógicas das crianças e adolescentes com deficiência que estão inseridas nas escolas comuns da rede pública estadual de Salvador.

Avaliar o processo de inclusão escolar desses alunos nas escolas da rede pública estadual de Salvador.

Entender o impacto na vida dos alunos e de seus familiares ao frequentar uma escola comum.

Compreender o papel, a importância e os desafios dos profissionais da Educação Especial na atuação para a inclusão desses alunos deficientes.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A autora cita que os riscos relacionados com a pesquisa “são de níveis mínimos, já que são procedimentos não invasivos à intimidade do participante e nem provocam qualquer tipo de desconforto (físico ou emocional).” E para minimizar esses riscos, utilizará “técnicas e métodos adequados de pesquisa”, levando “em consideração o universo pesquisado e suas peculiaridades para evitar qualquer tipo de intervenção ou modificação intencional em variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais nos participantes.”

Cita que, caso sejam observados quaisquer tipos de desconforto, o estudo poderá ser suspenso para reavaliação. Acrescenta que “os riscos também são considerados mínimos por a pesquisa ser realizada em ambiente virtual. Para minimizar tais riscos, utilizará uma empresa bem conhecida e difundida no setor de serviços online e de software, o Google, que apresenta uma política de privacidade e segurança baseada em práticas recomendadas pelo setor.”

Como benefícios, foi descrito pela autora que os resultados do estudo “serão de grande valia para toda sociedade, porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura inclusiva de todas as partes envolvidas em escolas públicas estaduais de Salvador e, assim, contribuir para uma melhor vivência e permanência desses sujeitos em todos os âmbitos da sociedade”.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa como requisito parcial para obtenção do título de doutorado

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G  
**Bairro:** FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL**



Continuação do Parecer: 5.235.131

apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, onde será realizado um estudo de relevância social e política, que apresenta objetivos bem definidos, um quadro teórico pertinente ao tema proposto.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes documentos pertinentes à realização da pesquisa, conforme Res. CNS nº 510/16, tais como: folha de rosto; anuência da instituição participante; orçamento; cronograma; TCLE; TALE e os questionários.

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1788353.pdf	18/01/2022 17:44:51		Aceito
Outros	Termo_CRAS.pdf	18/01/2022 17:44:04	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	27/11/2021 12:46:52	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	Referencial.pdf	27/11/2021 12:39:49	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado.pdf	27/11/2021 12:33:29	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	24/08/2021 17:22:53	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	20/07/2021 17:53:04	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	QUEST_alunosS.pdf	12/07/2021 10:48:27	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	QUEST_alunosC.pdf	12/07/2021 10:47:24	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G  
**Bairro:** FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.235.131

Outros	QUEST_coord.pdf	12/07/2021 10:44:07	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	QUEST_docen.pdf	12/07/2021 10:41:11	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	QUEST_gest.pdf	12/07/2021 10:36:07	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
Outros	QUEST_pais.pdf	12/07/2021 10:35:18	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assenti_aluno.pdf	07/07/2021 16:34:31	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_prof.pdf	07/07/2021 16:31:20	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Aluno.pdf	07/07/2021 16:30:38	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais.pdf	07/07/2021 16:28:37	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_gest.pdf	07/07/2021 16:26:18	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_coord.pdf	07/07/2021 16:25:19	Joelma Cerqueira de Oliveira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 10 de Fevereiro de 2022

Assinado por:  
**Eliana Sales Brito**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G  
**Bairro:** FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.235.131

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G  
**Bairro:** FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

## APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AOS GESTORES ESCOLARES (Plataforma Google)

1) Como você avalia a atuação dos órgãos regulamentados estaduais para o acesso das crianças e adolescentes com deficiência ou dificuldade de aprendizado à escola regular?

- ( ) Bom  
( ) Ruim  
( ) Péssima  
( ) Inexistente  
( ) Outros \_\_\_\_\_

2) Você acha que as escolas públicas de Salvador estão devidamente equipadas para possibilitar o acesso e permanência dos discentes com deficiência na escola regular? Porquê?

---

---

---

3) Quais os maiores desafios da escolar em proporcionar uma educação acessível e de qualidade para os discentes com deficiência ou dificuldade de aprendizado? (Pode marcar mais de uma resposta).

- ( ) Acessibilidade  
( ) Formação docente  
( ) Infraestrutura  
( ) Recursos Tecnológicos  
( ) Profissionais qualificados  
( ) Outros \_\_\_\_\_

4) Na sua opinião, as políticas educacionais que asseguram o acesso de todas as crianças com deficiência a escola regular têm contribuído para uma melhor socialização desses educandos e inclusão dos mesmos?

- ( ) Sim  
( ) Não

5) Quais fatores têm impactado para que caminhamos a passos lentos mesmo após oitenta anos de legislação com ações mais efetivas no processo de inclusão dos discentes com deficiência na escola regular?

---

---

---

---

6) A unidade escolar tem transformado sua realidade para tornar a escola mais acessível, inclusiva e acolhedora para os discentes e seus familiares?

- ( ) Sim  
( ) Não

7) É sabido que as tecnologias tem sido uma importante aliada no processo de ensino, contribuindo para uma maior mobilidade e autônoma dos sujeitos com deficiência. Quais recursos tecnológicos a escola tem fornecido a seus discentes para contribuir com seu aprendizado?

- Internet
- Computadores
- Sala Multifuncional
- Máquina de Braille
- Materiais em Libras
- Lousa digital
- Retroprojektor
- Outros \_\_\_\_\_

8) As tecnologias educacionais podem ser consideradas um fator agregador e colaborativo para a educação inclusão?

- Sim
- Não

9) Quais medidas as escolas têm adotado para melhorar a convivência e socialização dos discentes com e sem morbidades no espaço escolar?

---

---

---

---

---

10) Quais fatores contribuem para potencializar as dificuldades docentes em trabalhar com as crianças e adolescentes com deficiência no contexto escolar?

---

---

---

---

---

11) O que mais poderia ser feito para que o aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizado fosse incluído na escola (infraestrutura e aprendizado)?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS (Plataforma Google)

### PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

1) Qual o seu gênero

- Homem
- Mulher
- Outro \_\_\_\_\_
- Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarelo
- Indígena
- Prefiro não definir

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

4) Formação

- Licenciatura Plena
- Bacharelado
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

5) Onde você exerce o magistério?

- Apenas em instituições de ensino público
- Em instituições de ensino público e particular

6) Qual seu regime de trabalho?

- Efetivo
- REDA ( Regime Especial de Direito Administrativo)
- PST ( Prestação de Serviço Temporário)

7) Há quanto tempo aproximadamente você leciona ou coordena?

- 1 a 4 anos
- 5 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- mais de 30 anos

8) Em média quantas horas você trabalha por semana?

- 10 horas semanais
- 20 horas semanais
- 30 horas semanais
- 40 horas semanais
- Mais de 40 horas semanais.

**PARTE II – INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

1) A escola desenvolve projetos de educação inclusiva?

Sim

Não

2) Caso afirmativo, quantos e quais os projetos desenvolvidos durante o ano letivo?

---

---

---

---

---

3) Quantos professores estão envolvidos nos projetos de educação inclusiva na Escola?

Nenhum (0%)

Em torno de 25%

Em torno de 50%

Em torno de 75%

Todos participam (100%)

4) Como é a participação e o envolvimento dos alunos nos projetos de Educação Inclusiva:

Tem baixa motivação e não estão engajados no(s) projeto(s)

São motivados para participar, mas não se engajam efetivamente no(s) projeto(s)

São motivados e se engajam nos projetos da escola

A escola não desenvolve projetos de educação inclusiva

5) Nos AC (atividades de coordenação), os professores planejam em suas respectivas disciplinas conteúdos voltados à educação inclusiva?

Raramente

Ocasionalmente

Sempre

6) Os projetos estruturantes voltados para a Educação Inclusiva estão voltados nos pressupostos orientadores da BNCC?

Sim

Não

7) Qual a periodicidade que se discutem projetos sobre educação inclusiva na escola?

Por unidade letiva

Por semestre letivo

Anualmente

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS DOCENTES  
(Na plataforma Google)**

**PARTE I – IDENTIFICAÇÃO**

1) Qual o seu gênero

- Homem
- Mulher
- Outro \_\_\_\_\_
- Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarelo
- Indígena
- Prefiro não definir

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

4) Formação

- Licenciatura Plena
- Bacharelado
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

5) Disciplina que leciona

- Língua Portuguesa
- Biologia/ Ciências
- História
- Geografia
- Matemática
- Artes
- Física
- Inglês
- Educação Física
- Filosofia

Outras: \_\_\_\_\_

6) Onde você exerce o magistério?

- Apenas em instituições de ensino público
- Em instituições de ensino público e particular

7) Qual seu regime de trabalho?

- Efetivo
- REDA (Regime Especial de Direito Administrativo)
- PST (Prestação de Serviço Temporário)

8) Há quanto tempo aproximadamente você leciona?

- 1 a 4 anos
- 5 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- mais de 30 anos

9) Em média, quantas horas você trabalha por semana?

- 10 horas semanais
  - 20 horas semanais
  - 30 horas semanais
  - 40 horas semanais
  - Mais de 40 horas semanais
- 

## PARTE II - QUESTÕES SOBRE INCLUSÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1) Como o tema educação inclusiva é desenvolvido em sua escola:

- Tema transversal
  - Saídas de campo
  - Projetos
  - Eventos comemorativos
  - Disciplina(s) específica(s)
  - Outros
- 
- 
- 
- 
- 
- 

2) Em sua opinião, o que poderia ser feito pela Secretaria de Educação para favorecer o desenvolvimento dos projetos da educação inclusiva? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Cursos de formação dos envolvidos
  - Liberação para participação em eventos
  - Flexibilidade na carga horária do professor envolvido no projeto
  - Disponibilidade de recursos materiais em geral (papel, xerox, transporte)
  - Infraestrutura para saídas de campo
  - Recursos Tecnológicos
  - Outros
- 
- 
- 
- 
- 
- 

3) A partir de sua escolha acima, enumere de 1 a 5 o grau de importância (quanto maior o número, maior a importância).

- Cursos de formação dos envolvidos
- Liberação para participação em eventos
- Flexibilidade na carga horária do professor envolvido no projeto

- Disponibilidade de recursos materiais em geral (papel, xerox, transporte)
- Infraestrutura para saídas de campo
- Recursos Tecnológicos
- Outros

4) Você já participou de algum evento sobre educação inclusiva?

- Sim
- Não

5) Se "SIM", qual(is)? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Seminários e Congressos
  - Fórum Permanente de Professores
  - Cursos de educação ambiental promovida pela SEDUC
  - Curso de Especialização
  - Outros
- 
- 
- 
- 

6) Você desenvolve atividades da educação inclusiva em suas aulas?

- Sim
- Não

7) Em caso afirmativo, enumere até 3 (três) estratégias pedagógicas que você mais utiliza:

- Aula expositiva
  - Seminários
  - Saídas de campo
  - Gincanas
  - Atividades na comunidade (ações práticas)
  - Eventos comemorativos
  - Filmes e vídeos
  - Expressões artísticas (literatura, música, teatro, dança, etc.)
  - Matérias de jornais, revistas e internet
  - Outros
- 
- 
- 
- 

8) Das palavras ou expressões abaixo relacionadas, assinale 3 (três) que, no seu entendimento, estão mais próximas de sua prática pedagógica em relação à educação inclusiva?

- Percepção integrada da educação inclusiva
- Articulação das diversas disciplinas
- Transversalidade
- Postura participativa e acolhedora
- Favorecer a inserção das crianças e adolescentes com deficiência na escola regular
- Desenvolvimento de valores e atitudes comprometidos com a inclusão
- Processo contínuo de formação
- Respeito às singularidades de cada indivíduo

- Atividades que contribua para a diminuição da exclusão da pessoa com deficiência
- Relevância da problemática inclusiva do Brasil

9) Qual o maior desafio que você encontra para desenvolver atividades da educação inclusiva em suas aulas?

---

---

---

---

---

10) No seu cotidiano, para manter-se informado sobre as questões inclusivas, quais meios de comunicação você utiliza? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Noticiários/documentários inclusivos e filmes pela televisão
- Jornais escritos
- Revista (em geral ou científicas)
- Vídeos educativos ou livros paradidáticos
- Cursos oferecidos pela Secretaria
- Pela internet
- Não acompanho
- Outros

---

---

---

---

---

11) Em sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentas pelo corpo docente para trabalhar com as crianças e adolescentes com deficiência na escola regular?

---

---

---

---

---

12) Na sua prática pedagógica, como você tem orientado seus alunos na resolução desses problemas?

---

---

---

---

---

13) No seu cotidiano, você possui uma prática social ligada à busca de soluções para os problemas inclusivos que você e sua comunidade vivenciam?

- Sim
- Não

14) Se "SIM", qual é a prática social?

---

---

---

---

---

15) O que você entende por Educação Inclusiva?

---

---

---

---

16) Você considera importante o acesso das crianças e adolescentes com deficiência a escola regular?

- Sim  
 Não

17) Na sua opinião o acesso das crianças e adolescentes a escola regular tem contribuído para a diminuição da exclusão da pessoa com deficiência no contexto social?

- Sim  
 Não

18) Você acha que eles estariam melhor se frequentassem escola especial?

- Sim  
 Não

19) Se respondeu "SIM", por quê?

---

---

---

---

20) A escola e seus pares estão preparados para receber as crianças e adolescentes com deficiência? Justifique sua resposta.

- Sim  
 Não  
 Em parte

---

---

---

---

(21) As tecnologias educacionais tem sido um importante aliado no processo de inclusão das crianças e adolescentes com deficiência?

- Sim  
 Não

(22) A falta de conhecimento e informação seria a maior barreira encontrada para trabalhar com as crianças e adolescentes com deficiência?

- Sim  
 Não

(23) Na sua opinião, quais medidas deveriam ser adotadas para melhorar a qualificação dos docentes no trabalho com crianças e adolescentes com deficiência?

---

---

---

---

---

24) O que você sentiu ao saber que lecionaria para um deficiente? (Pode marcar mais de uma opção)

- Medo de não saber como lidar com o aluno  
 Animado(a) com o novo desafio  
 Preocupado(a) em como passar o conteúdo pedagógico

25) Os seus alunos com deficiência ou com dificuldade de aprendizado, em sua maioria:

- Correspondem às atividades propostas  
 Apresentam algumas dificuldades, mas acompanham a classe  
 Não conseguem acompanhar a classe  
 Apesar de não acompanhar a classe tem apresentado progressos desde o início do ano.

26) Você observa diferenças no tratamento entre os alunos/as em sala de aula, pelo fato do aluno/a ser uma pessoa com deficiência?

- Sim  
 Não

27) Se sua resposta foi "SIM", você lembra-se de alguma situação que gostaria de relatar?

---

---

---

---

---

28) Na sua opinião, qual a vantagem para um/a aluno/a sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

---

---

---

---

---

29) Como a convivência entre as pessoas diferentes pode contribuir para o crescimento individual de cada um de nós possui? Comente:

---

---

---

---

---

30) Você recebeu algum treinamento, curso ou orientação para receber alunos/as com deficiência?

- Sim  
 Não

31) Se sua resposta foi "SIM", qual?

---

---

---

---

---

32) Como é o comportamento e acompanhamento da família perante a escola?

---

---

---

---

---

33) A presença de alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PAIS/MÃES OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (Plataforma Google)

### PARTE I – IDENTIFICAÇÃO

1) Qual o seu gênero

- Homem
- Mulher
- Outro \_\_\_\_\_
- Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarelo
- Indígena
- Prefiro não definir

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

3. Escolaridade

- Ensino Fundamental I (1º ao 6º ano)
- Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano)
- Ensino Médio
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Não alfabetizado
- Prefiro não informar.

4. Você trabalha? (Pode assinalar mais de uma resposta)

- Sim
- Não
- Carteira assinada
- Trabalho informal
- Prestação de serviço sem vínculo empregatício (Diarista, pintor, pedreiro cuidador de idosos, entre outros)
- Outros especifique:

\_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo aproximadamente você trabalha desse seguimento?

- 1 a 4 anos
- 5 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- Mais de 30 anos

8. Em média, quantas horas você trabalha por semana?

- 10 horas semanais
- 20 horas semanais
- 30 horas semanais

- 40 horas semanais  
 Mais de 40 horas semanais

## PARTE II – INCLUSÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SOCIABILIDADE

1) Você acha a escola do seu filho inclusiva?

- Sim  
 Não

Justifique sua resposta

---



---



---



---



---

2) Em sua opinião, o que poderia ser feito pela Secretaria de Educação para promover mais atividades voltadas para a educação inclusiva? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Acolhimento da comunidade escolar  
 Cursos de formação para pais e colaboradores  
 Promover eventos na Unidade escolar aberto as famílias  
 Orientar pais professores e alunos sobre a importância da inclusão na escola e contexto social da criança e adolescente  
 Disponibilidade de recursos para melhor estruturar a escola  
 Infraestrutura para saídas de campo (transporte, alimentação, entre outros)  
 Recursos Tecnológicos (uso de tecnologias assistivas)  
 Equipe Multidisciplinar  
 Outros:

---



---



---



---

3) A partir de sua escolha acima, enumere de 1 a 5 o grau de importância (quanto maior o número, maior a importância).

- Acolhimento da comunidade Escolar  
 Cursos de formação para pais e colaboradores  
 Promover eventos na unidade escolar aberto às famílias  
 Orientar pais professores e alunos sobre a importância da inclusão na escola e do contexto social da criança e adolescente  
 Disponibilidade de recursos para melhor estruturar a escola  
 Infraestrutura para saídas de campo (transporte, alimentação, entre outros)  
 Recursos tecnológicos (uso de tecnologias assistivas)  
 Equipe multidisciplinar  
 Outros:

---



---



---



---

4) Você já participou de algum evento sobre educação inclusiva na escola do seu filho?

- Sim
- Não

5) Se "SIM", qual(is)? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Seminários
- Palestras
- Orientação Educacional aos pais
- Cursos de educação inclusiva promovida pela SEDUC
- Atendimento Especialização para os pais e alunos.
- Outros:

---

---

---

---

6) A escola do seu filho desenvolve atividades inclusiva?

- Sim
- Não

7) Em caso afirmativo, enumere até 3 (três) atividades pedagógicas que são mais utiliza:

- Aula expositiva
- Seminários
- Saídas de campo
- Gincanas
- Atividades na comunidade (ações práticas)
- Eventos comemorativos
- Filmes e vídeos
- Expressões artísticas (literatura, música, teatro, dança, etc.)
- Matérias de jornais, revistas e internet
- Jogo Educacionais
- Outros:

---

---

---

---

8) A partir do seu acompanhamento, quais ações abaixo estão mais relacionadas com o dia a dia do seu filho, assinale 3 (três) que, no seu entendimento, estão mais próximas das ações desenvolvidas na escola em relação à educação inclusiva?

- Atividades integrada na escola pautadas na educação inclusiva
- Articulação das diversas disciplinas
- Transversalidade
- Postura participativa e acolhedora
- Inserção das crianças e adolescentes com deficiência no cotidiano escolar de forma acolhedora
- Desenvolvimento de valores e atitudes comprometidos com a inclusão dos seus alunos
- Professores capacitados e comprometidos com o processo formativo dos seu alunos
- Respeito às singularidades de cada indivíduo e suas características
- Atividades que contribuem para a diminuição da exclusão da pessoa com deficiência

Relevância da problemática inclusiva do Brasil

9) Qual o maior desafio que você já encontrou para inserir ou manter seu filho na escola regular?

---

---

---

---

10) No seu cotidiano, para manter-se informado sobre as questões inclusivas, quais meios de comunicação você costuma utilizar? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Noticiários/documentários sobre inclusão e filmes pela televisão  
 Jornais escritos  
 Revista (em geral ou científicas)  
 Vídeos educativos ou livros paradidáticos  
 Cursos oferecidos pela escola  
 Internet  
 Não acompanho  
 Outros:

---

---

---

---

11) Em sua opinião, como você avalia o trabalho docente com as crianças e adolescentes com deficiência na escola do seu filho? Você está satisfeito?

- Sim  
 Não

Justifique sua resposta:

---

---

---

---

12) Você tem orientação da escola sobre as dificuldades para obter recursos que melhor auxiliem as crianças e adolescentes com deficiência na escola regular?

- Sim  
 Não  
 Nunca perguntei

13) No seu cotidiano do seu filho, você possui uma prática social ligada à busca de soluções para enfrentamento dos problemas inclusivos que possui em sua comunidade

- Sim  
 Não

14) Se "SIM", qual é a prática social?

---

---

---

---

15) O que você entende por Inclusão?

---

---

---

---

---

16) O que você entende por Educação Inclusiva?

---

---

---

---

---

17) Você considera importante o acesso das crianças e adolescentes com deficiência a escola regular?

- Sim  
 Não

18) Você preferiria que ele estudasse em escola especial?

- Sim  
 Não

19) Na sua opinião o acesso das crianças e adolescentes a escola regular tem contribuído para a diminuição da exclusão da pessoa com deficiência no contexto social?

- Sim  
 Não

(20) A escola e seus colaboradores estão preparados para receber as crianças e adolescentes com deficiência? Justifique sua resposta.

- Sim  
 Não

---

---

---

---

---

(21) As tecnologias educacionais tem sido um importante aliado no processo de inclusão das crianças e adolescentes com deficiência?

- Sim  
 Não

(22) A falta de conhecimento e informação seria a maior barreira encontrada pelos pais para a permanências das crianças e adolescentes com deficiência na escola?

- Sim  
 Não

(23) Na sua opinião quais medidas deveriam ser adotadas pelo governo para melhorar a qualificação dos professores no trabalho com crianças e adolescentes com deficiência?

---

---

---

---

---

---

24) Para você pai, mãe ou responsável, quais as maiores dificuldades enfrentadas em ter um filho deficiente?

---

---

---

---

25) Como é ser pai, mãe ou responsável por uma criança ou adolescente deficiente? Qual é seu maior desafio e desejo?

---

---

---

---

26) Como é a convivência do seu filho na comunidade em que vive?

---

---

---

---

## APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS (que não tem deficiência ou dificuldade de aprendizado – Plataforma Google)

### PARTE I – QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

1) Qual o seu gênero

( ) Homem

( ) Mulher

( ) Outro \_\_\_\_\_

( ) Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarelo

( ) Indígena

( ) Prefiro não definir

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

4) Qual o seu ciclo de aprendizagem?

( ) Ensino Fundamental II

( ) Ensino Médio

5) Quantas pessoas trabalham e ajudam na renda de sua casa? E quem são? (Não dar nomes. Colocar se é o seu pai, mãe, irmão, você, avô/avó, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Qual a profissão do (s) seu(s) pai(s/mãe) ou responsável?

Mãe(s)

\_\_\_\_\_

Pai(s)

Responsável \_\_\_\_\_

7) Quantas pessoas moram com você e quem são? (Não dar nome. Só indicar o grau de parentesco: mãe, pai, irmão, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8) A casa onde você mora é?

( ) Própria

( ) Alugada

( ) Cedida

9) Qual o bairro que você mora?

---

10) Quantos cômodos têm em sua casa?

- 1 a 2
- 3 a 4
- 5 a 6
- mais de 6

11) Seus pais ganham o auxílio financeiro Bolsa Família?

- Sim
- Não

12) Alguém da sua família recebe(u) o Auxílio Emergencial (Suporte financeiro na pandemia da Covid-19)?

- Sim
- Não

13) Se "SIM", quem recebe(u)? (Exemplo: pai, mãe, irmão, você, avô/avó, etc.)

---

---

---

---

---

14) Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

15) Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

16) Qual é o nível de escolaridade de seu responsável? (Só responder se tiver responsável que não seja seu pai e sua mãe)

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

17) Você tem computador em casa?

- Sim
- Não

18) Tem acesso à internet em casa?

- Sim
- Não

19) Se respondeu “NÃO”, onde você tem acesso à internet? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Casa de parente
- Casa de amigo
- No vizinho
- Lan house*
- Outro(s): \_\_\_\_\_

20) Qual o tempo de deslocamento da sua casa para escola?

- Cerca de 5 minutos
- Cerca de 10 minutos
- Cerca de 15 minutos
- Cerca de 30 minutos
- Mais de 30 minutos
- Mais de 1 hora

21) Como normalmente você se desloca da sua casa para a escola?

- A pé
- De ônibus
- De carro
- De bicicleta
- Outra forma: \_\_\_\_\_

## PARTE II – QUESTÕES SOBRE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1) Para você o que é inclusão?

---

---

---

---

---

2) você se sente acolhido na escola pelos professores?

- Sim
- Não

3) Se respondeu “SIM”, de que forma?

---

---

---

---

---

4) você se sente acolhido na escola pelos outros alunos?

- Sim  
 Não

5) Se respondeu "SIM", de que forma?

---

---

---

---

6) Você tem amigos na escola que tem deficiência ou dificuldade de aprendizagem?

- Sim  
 Não

7) Tem dificuldade de conviver com alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem na escola?

- Sim  
 Não

8) Vocês acham que esses alunos dificultam o seu aprendizado em sala de aula?

- Sim  
 Não

9) Se respondeu "SIM", de que forma?

---

---

---

---

10) Você passou por algum tipo de constrangimento ou teve algum problema com algum aluno com deficiência?

- Sim  
 Não

11) Se respondeu "SIM", o que ocorreu?

---

---

---

---

12) Você acredita que as pessoas ignoram o deficiente?

- Sim  
 Não

13) Você gosta de seu ambiente escolar? Por quê?

---

---

---

---

14) Quais as suas expectativas depois de terminar a escola? (O que você quer fazer.)

---

---

---

---

15) Sente-se incluído na escola?

Sim

Não

16) Já pensou em abandonar a escola?

Sim

Não

17) Como está sendo seu aprendizado nas aulas virtuais por causa da pandemia?

---

---

---

---

18) Já teve aula ou tem aula de educação inclusiva?

Sim

Não

Não lembro

19) Se respondeu "SIM", como a educação inclusiva foi ou está sendo trabalhada? (Pode marcar mais de uma resposta)

Aulas expositivas

Ações Educativas

Visitas a Instituições

Oficinas

Projetos na escola

Palestras

Outro(s): \_\_\_\_\_

20) Na sua opinião, a educação inclusiva deveria ser trabalhada com mais frequência na escola?

Sim

Não

Não acho necessário discutir educação inclusiva

21) Aonde você aprende mais sobre inclusão? (Pode marcar mais de uma resposta)

TV

Livros

Escolas

Revistas

Casa

Internet

Outro(s): \_\_\_\_\_

22) Quais disciplinas abordam a questão inclusiva na escola? (Pode responder com mais de uma disciplina)

Geografia  Artes

Matemática  Inglês

Ciências  Língua Portuguesa

História  Educação Física

( ) Filosofia

23) As ações de educação inclusiva na escola aliam teoria e prática?

- ( ) Somente prática
- ( ) Somente teoria
- ( ) Teoria e prática
- ( ) Nenhuma das alternativas.

24) Na sua opinião, as ações da educação inclusiva na sua escola:

- ( ) Foram eficientes
- ( ) Não foram eficientes
- ( ) Não tive educação inclusiva
- ( ) Não sei informar

25) A escola é importante para desenvolver ações de educação inclusiva?

- ( ) Sim, muito importante
- ( ) Pouco importante
- ( ) Não é importante
- ( ) Não sei informar

26) Que tipo de problema inclusivo é predominante na sua comunidade escolar? (Pode marcar mais de uma resposta)

- ( ) Acolhimento
- ( ) Inclusão / igualdade
- ( ) Acessibilidade
- ( ) Infraestrutura
- ( ) Tecnologias
- ( ) Convívio com os colegas
- ( ) Outro(s): \_\_\_\_\_
- ( ) Não existem problemas inclusivo.

27) A responsabilidade pelas dificuldades de incluir as pessoas com deficiência são do(a/e):

- ( ) Governo
- ( ) Escola
- ( ) Todos
- ( ) Ninguém

28) Ter consciência inclusiva é:

- ( ) Conhecer, Acolher, Incluir e Respeitar.
- ( ) Igualdade de direitos e respeitar a legislação vigente
- ( ) Denunciar preconceito, falta de respeito e discriminação
- ( ) Todas as alternativas.

29) Como é seu ambiente em casa?

- ( ) Bom
- ( ) Ruim. Por quê?

---

---

---

30) Tem amigos que tem deficiência ou dificuldade de aprendizado na comunidade em que mora?

- ( ) Sim

( ) Não

31) Como você acha que a sociedade vê a pessoa com deficiência?

---

---

---

---

---

32) Na sua opinião, você contribui para o bom convívio das pessoas deficientes no contexto escolar?

( ) Sim

( ) Não

33) Se "SIM", de que forma?

---

---

---

---

---

## APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (Na plataforma Google)

### PARTE I – QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

1) Qual o seu gênero

( ) Homem

( ) Mulher

( ) Outro \_\_\_\_\_

( ) Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarelo

( ) Indígena

( ) Prefiro não definir

3) Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

4) Qual o seu ciclo de aprendizagem?

( ) Ensino Fundamental II

( ) Ensino Médio

5) Quantas pessoas trabalham e ajudam na renda de sua casa? E quem são? (Não dar nomes. Colocar se é o seu pai, mãe, irmão, você, avô/avó, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Qual a profissão do (s) seu(s) pai(s/mãe) ou responsável?

Mãe(s) \_\_\_\_\_

Pai(s) \_\_\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

7) Quantas pessoas moram com você e quem são? (Não dar nome. Só indicar o grau de parentesco: mãe, pai, irmão, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8) A casa onde você mora é?

( ) Própria

( ) Alugada

( ) Cedida

9) Qual o bairro que você mora?

---

10) Quantos cômodos têm em sua casa?

- 1 a 2
- 3 a 4
- 5 a 6
- mais de 6

11) Seus pais ganham o auxílio financeiro Bolsa Família?

- Sim
- Não

12) Alguém da sua família recebe(u) o Auxílio Emergencial (Suporte financeiro na pandemia da Covid-19)?

- Sim
- Não

13) Se "SIM", quem recebe(u)? (Exemplo: pai, mãe, irmão, você, avô/avó, etc.)

---

---

---

---

---

14) Qual é o nível de escolaridade do seu pai?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

15) Qual é o nível de escolaridade da sua mãe?

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

16) Qual é o nível de escolaridade de seu responsável? (Só responder se tiver responsável que não seja seu pai e sua mãe)

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- Ensino Médio (antigo 2º grau)
- Ensino Superior
- Especialização
- Não estudou
- Não sei dizer

17) Você tem computador em casa?

- Sim  
 Não

18) Tem acesso à internet em casa?

- Sim  
 Não

19) Se respondeu “NÃO”, onde você tem acesso à internet? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Casa de parente  
 Casa de amigo  
 No vizinho  
 Lan house  
 Outro(s): \_\_\_\_\_

20) Qual o tempo de deslocamento da sua casa para escola?

- Cerca de 5 minutos  
 Cerca de 10 minutos  
 Cerca de 15 minutos  
 Cerca de 30 minutos  
 Mais de 30 minutos  
 Mais de 1 hora

21) Como normalmente você se desloca da sua casa para a escola?

- A pé  
 De ônibus  
 De carro  
 De bicicleta  
 Outra forma: \_\_\_\_\_

## **PARTE II – QUESTÕES SOBRE INCLUSÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SOCIABILIDADE**

1) Especifique qual a sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem?

---

---

---

2) Para você o que é inclusão?

---

---

---

---

3) Quais as maiores dificuldades que você já enfrentou por ser deficiente ou ter dificuldade de aprendizagem?

---

---

---

---

---

---

4) você se sente acolhido na escola pelos professores?

( ) Sim

( ) Não

5) Se respondeu "SIM", de que forma?

---

---

---

---

6) você se sente acolhido na escola pelos outros alunos?

( ) Sim

( ) Não

7) Se respondeu "SIM", de que forma?

---

---

---

---

8) Você tem amigos na escola que não tem deficiência ou dificuldade de aprendizagem?

( ) Sim

( ) Não

9) Você está inserido nas atividades de educação física?

( ) Sim

( ) Não

10) Se respondeu "SIM", quais atividades você faz?

---

---

---

---

11) A escola fornece material didático ou equipamento para que você possa acompanhar a aula?

( ) Sim

( ) Não

( ) Não preciso de material ou equipamento diferenciado dos demais colegas que não tem deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

12) Se respondeu "SIM", qual tipo de material?

---

---

---

---

13) Devido à sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem, precisa de auxílio de terceiros para se locomover ou estudar?

Sim ( )

Não ( )

14) Se respondeu "SIM", quem te ajuda?

---

---

---

---

15) Já sofreu acidente na escola por causa da sua deficiência?

( ) Sim

( ) Não

16) Se respondeu "SIM", foi por conta de algum problema de falta de acessibilidade na escola?

( ) Sim

( ) Não

17) Já passou por algum tipo de constrangimento ou preconceito na escola por causa de sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem?

( ) Sim

( ) Não

18) Se respondeu "SIM", por quem? (Não precisa dar nomes.) E como?

---

---

---

---

19) Você acredita que as pessoas ignoram o deficiente?

( ) Sim

( ) Não

20) Como é o seu relacionamento com os demais alunos?

---

---

---

---

21) Como é seu relacionamento com os professores e funcionários na escola?

---

---

---

---

22) Você gosta de seu ambiente escolar? Por quê?

---

---

---

---

23) Você preferiria estar em uma escola só com alunos deficientes ou com dificuldade de aprendizado?

( ) Sim

( ) Não

24) Você consegue acompanhar as aulas?

( ) Consigo acompanhar sem problemas

( ) Tenho dificuldade de acompanhar

( ) Tenho extrema dificuldade de acompanhar. Por quê?

---



---



---

25) Como é a sua acessibilidade nas dependências da escola?

	É de fácil acesso	É de difícil acesso	Não tenho nenhum acesso (preciso de outras pessoas para ajudar)
Minha locomoção nas dependências da minha escola			
Acesso a sala de aula			
Acesso ao banheiro			
Acesso ao bebedouro			
Acesso a cantina/lancheonete			
Acesso a biblioteca			
Acesso a brinquedoteca (se tiver)			

26) Na sua escola tem na frente ou em seu interior:

	Tem	Não tem
Calçada rebaixada		
Rampas internas		
Piso tátil		
Bebedouro rebaixado para cadeirantes		
Pia do banheiro rebaixada para cadeirantes		

27) Tem acesso ao(s) laboratório(s) da escola?

( ) Sim, em todos

( ) Sim, mas não em todos

( ) Não

( ) Não tem laboratório na escola

28) Quais as suas expectativas depois de terminar a escola? (O que você quer fazer.)

---



---



---

29) Sente-se incluído na escola?

- Sim  
 Não

30) Já pensou em abandonar a escola?

- Sim  
 Não

31) Que recursos você precisaria para ter um melhor desempenho escolar?

---

---

---

---

32) Liste os recursos e equipamentos que a escola tem para a sua inclusão no aprendizado?

---

---

---

---

33) Como está sendo seu aprendizado nas aulas virtuais por causa da pandemia?

---

---

---

---

34) Já teve aula ou tem aula de educação inclusiva?

- Sim  
 Não  
 Não lembro

35) Se respondeu "SIM", como a educação inclusiva foi ou está sendo trabalhada? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Aulas expositivas  
 Ações Educativas  
 Visitas a Instituições  
 Oficinas  
 Projetos na escola  
 Palestras  
 Outro(s): \_\_\_\_\_

36) Na sua opinião, a educação inclusiva deveria ser trabalhada com mais frequência na escola?

- Sim  
 Não  
 Não acho necessário discutir educação inclusiva

37) Aonde você aprende mais sobre inclusão? (Pode marcar mais de uma resposta)

- TV  
 Livros

- Escolas
- Revistas
- Casa
- Internet
- Outro(s): \_\_\_\_\_

38) Quais disciplinas abordam a questão inclusiva na escola? (Pode responder com mais de uma disciplina)

- Geografia
- Matemática
- Ciências
- História
- Filosofia
- Artes
- Inglês
- Língua Portuguesa
- Educação Física

39) As ações de educação inclusiva na escola aliam teoria e prática?

- Somente prática
- Somente teoria
- Teoria e prática
- Nenhuma das alternativas.

40) Na sua opinião, as ações da educação inclusiva na sua escola:

- Foram eficientes
- Não foram eficientes
- Não tive educação inclusiva
- Não sei informar

41) A escola é importante para desenvolver ações de educação inclusiva?

- Sim, muito importante
- Pouco importante
- Não é importante
- Não sei informar

42) Que tipo de problema inclusivo é predominante na sua comunidade escolar? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Acolhimento
- Inclusão / igualdade
- Acessibilidade
- Infraestrutura
- Tecnologias
- Convívio com os colegas
- Outro(s): \_\_\_\_\_
- Não existem problemas inclusivo.

43) A responsabilidade pelas dificuldades de incluir as pessoas com deficiência são do (a/e):

- Governo
- Escola
- Todos
- Ninguém

44) Ter consciência inclusiva é:

- Conhecer, Acolher, Incluir e Respeitar.
- Igualdade de direitos e respeitar a legislação vigente
- Denunciar preconceito, falta de respeito e discriminação

( ) Todas as alternativas.

45) Como é seu ambiente em casa?

( ) Bom

( ) Ruim. Por quê?

---

---

---

46) Sofre algum tipo de constrangimento ou preconceito na comunidade em que mora?

( ) Não

( ) Sim. Qual tipo?

---

---

---

47) Tem amigos que não tenham deficiência na comunidade em que mora?

( ) Sim

( ) Não

48) Sente-se incluído em casa?

( ) Sim

( ) Não

49) Sente-se incluído na comunidade em que vive?

( ) Sim

( ) Não

50) Como é seu acesso nas ruas da comunidade em que vive?

( ) Bom

( ) Ruim

51) Para evitar conflitos de acessibilidade, procura se deslocar o mínimo possível?

( ) Sim

( ) Não

52) Às vezes é melhor ser invisível para evitar constrangimento?

( ) Sim

( ) Não

53) Como você acha que a sociedade vê a pessoa com deficiência?

---

---

---

---

---